

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ADMISSÃO E SELEÇÃO

IE/ES EAOF 2016

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE
SELEÇÃO AO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO AO
OFICIALATO DO ANO DE 2016**

2015

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**



ADMISSÃO E SELEÇÃO

IE/ES EAOF 2016

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE
SELEÇÃO AO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO AO
OFICIALATO DO ANO DE 2016**

2015



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENS Nº 436-T/DE-2, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015.

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Seleção ao Estágio de Adaptação ao Oficialato do ano de 2016 (IE/ES EAOF 2016).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 2º das Instruções Gerais para os Exames de Admissão e de Seleção gerenciados pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 345/DE-2, de 30 de novembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Seleção ao Estágio de Adaptação ao Oficialato do ano de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 208, de 13 de novembro de 2015)

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE SELEÇÃO AO ESTÁGIO DE
ADAPTAÇÃO AO OFICIALATO DO ANO DE 2016 (IE/ES EAOF 2016)**

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 FINALIDADE	7
1.2 AMPARO NORMATIVO	7
1.3 ÂMBITO	7
1.4 DIVULGAÇÃO	8
1.5 RESPONSABILIDADE	9
1.6 ANEXOS	9
1.7 CALENDÁRIO DE EVENTOS	9
2 OBJETO DO EXAME DE SELEÇÃO	9
2.1 PÚBLICO-ALVO	9
2.2 QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS DA AERONÁUTICA	9
2.3 VAGAS	11
2.4 ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO AO OFICIALATO	11
2.5 SITUAÇÃO DURANTE O EAOF	12
2.6 SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO EAOF	13
3 INSCRIÇÃO NO EXAME DE SELEÇÃO	13
3.1 CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO	13
3.2 LOCALIDADES PARA A REALIZAÇÃO DO EXAME	14
3.3 ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO	15
3.4 RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO	16
4 EVENTOS DO EXAME	16
5 PROCESSO SELETIVO	17
5.1 ETAPAS	17
5.2 PROVAS ESCRITAS	17
5.3 ANÁLISE/PARECER DA SECRETARIA DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO DE GRADUADOS (SECPG)	22
5.4 CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, INSPSAU, EAP, TACF E PPRM	23
5.5 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)	23
5.6 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)	24
5.7 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)	25
5.8 PROVA PRÁTICA DE REGÊNCIA MUSICAL - PPRM (PARA OS CANDIDATOS DA ESPECIALIDADE DE MÚSICA)	25
5.9 VALIDAÇÃO DOCUMENTAL	26
6 RECURSOS	26
6.1 INTERPOSIÇÃO	26
6.2 RECURSO QUANTO AO INDEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO	27
6.3 RECURSO QUANTO À ANÁLISE/PARECER DA SECPG	27
6.4 RECURSO QUANTO À FORMULAÇÃO DE QUESTÕES DAS PROVAS ESCRITAS E AOS SEUS RESPECTIVOS GABARITOS	28

6.5 RECURSO QUANTO AOS GRAUS ATRIBUÍDOS AOS CANDIDATOS NAS PROVAS ESCRITAS.....	29
6.6 RECURSO QUANTO AO GRAU OBTIDO NA REDAÇÃO.....	29
6.7 RECURSO QUANTO À INSPEÇÃO DE SAÚDE.....	30
6.8 REVISÃO QUANTO AO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA, EM GRAU DE RECURSO.....	30
6.9 RECURSO QUANTO AO TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO ...	31
6.10 REVISÃO QUANTO À PROVA PRÁTICA DE REGÊNCIA MUSICAL EM GRAU DE RECURSO.....	31
6.11 RECURSO DA VALIDAÇÃO DOCUMENTAL.....	31
7 RESULTADO FINAL DO EXAME.....	31
8 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA.....	32
9 DISPOSIÇÕES GERAIS.....	34
9.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS.....	34
9.2 IDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS.....	34
9.3 UNIFORME E TRAJE.....	35
9.4 EXCLUSÃO DO EXAME.....	36
9.5 VALIDADE DO EXAME.....	37
10 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	37
 Anexo A – Siglas e Vocábulo.....	 39
Anexo B – Conteúdos Programáticos e Bibliografias.....	40
Anexo C – Calendário de Eventos.....	64
Anexo D – Distribuição de Vagas por Especialidade do QOEA para o EAOF 2016.....	71
Anexo E – Previsão de Efetivos para Ingresso no QOEA por Localidade (EAOF 2016)	72
Anexo F – Relação das OMAP.....	73
Anexo G – Requerimento para Teste de Avaliação do Condicionamento Físico em grau de recurso.....	75
Anexo H – Requerimento para a revisão da Prova Prática de Regência Musical (PPRM), em grau de recurso.....	75
Anexo I – Requerimento para postergação da participação no Exame, por apresentar estado de gravidez.....	76
Anexo J – Requerimento de solicitação de recurso quanto à Validação Documental.....	78
Anexo K – Modelo de Ofício de Apresentação da OM de origem.....	78

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE SELEÇÃO AO ESTÁGIO DE
ADAPTAÇÃO AO OFICIALATO DO ANO DE 2016
(IE/ES EAOF 2016)**

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 As presentes Instruções, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 436-T/DE-2, de 11 de novembro de 2015, têm por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para inscrição e participação no Exame de Seleção ao Estágio de Adaptação ao Oficialato do ano de 2016 (ES EAOF 2016).

1.2 AMPARO NORMATIVO

1.2.1 As presentes Instruções encontram-se fundamentadas na (no):

- a) Constituição Federal (1988);
- b) Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;
- c) Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011;
- d) Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000;
- e) Decreto nº 2.996, de 23 de março de 1999;
- f) Decreto nº 4.576, de 15 de janeiro de 2003;
- g) Portaria nº 43/GC3, de 15 de janeiro de 2014, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 012, de 17 de janeiro de 2014;
- h) Portaria nº 6/GC6, de 6 de janeiro de 2012, publicada no BCA nº 12, de 17 de janeiro de 2012 e no Diário Oficial da União nº 15, de 20 de janeiro de 2012;
- i) Portaria DEPENS nº 345/DE-2, de 30 de novembro de 2009, publicada no BCA nº 228, de 8 de dezembro de 2009 e republicada no BCA nº 31, de 17 de fevereiro de 2010; e no Diário Oficial da União nº 35, de 23 de fevereiro de 2010;
- j) Portaria DEPENS nº 346/DE-2, de 1º de dezembro de 2009, publicada no BCA nº 229, de 9 de dezembro de 2009; e no Diário Oficial da União nº 35, de 23 de fevereiro de 2010; e
- k) Portaria DEPENS nº 241/DE-1, de 15 de agosto de 2014, publicada no BCA nº 157, de 21 de agosto de 2014.

1.3 ÂMBITO

1.3.1 Estas Instruções aplicam-se a:

- a) todas as Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER), no tocante à divulgação das condições e dos procedimentos aprovados para inscrição e participação no processo seletivo;
- b) Comandantes, Chefes e Diretores de OM a cujo efetivo pertencer o militar interessado no presente processo seletivo, no tocante à observância das condições para a inscrição neste Exame e ao atendimento das condições para a habilitação à matrícula no EAOF 2016; e
- c) todos os interessados em participar do ES EAOF 2016.

1.4 DIVULGAÇÃO

1.4.1 O ato de aprovação das presentes Instruções encontra-se publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.4.2 Para conhecimento dos interessados, estas Instruções encontram-se publicadas no BCA e estão disponíveis, durante toda a validade do Exame, nos seguintes endereços eletrônicos da Intraer do:

- a) Comando da Aeronáutica (COMAER):
<http://www.portal.intraer>
- b) Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR):
<http://www.ciaar.intraer>

1.4.3 O endereço da Intraer, citado na alínea “b” do subitem **1.4.2**, deverá ser utilizado para obtenção de informações, Formulários e divulgações a respeito do acompanhamento de todas as etapas do certame.

1.4.3.1 Além de acesso à Intraer, o computador utilizado pelo candidato para acompanhamento das etapas do certame também deverá ter acesso à Internet.

1.4.4 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de aprovação no processo seletivo, valendo, para este fim, a publicação em BCA.

1.4.5 O endereço eletrônico deste Exame é o meio de comunicação frequente e oficial da organização do certame com o candidato.

1.4.6 Informações a respeito de datas, locais e horários de realização dos eventos não serão transmitidas por telefone. O candidato deverá observar rigorosamente as Instruções Específicas, seus anexos e os comunicados divulgados nas páginas eletrônicas do Exame.

1.4.7 Outras informações diferentes daquelas mencionadas no subitem **1.4.6** poderão ser obtidas junto aos Serviços Regionais de Ensino (SERENS), órgãos do COMAER vinculados ao DEPENS, e junto ao CIAAR, por intermédio dos seguintes telefones:

SERENS	Localidade / UF	Telefone	Fax
SERENS 1	Belém / PA	(91) 3204-9659	(91) 3204-9113
SERENS 2	Recife / PE	(81) 2129-7092	(81) 2129-7092
SERENS 3	Rio de Janeiro / RJ	(21) 2101-4933; 2101-6015; 2101-6026	(21) 2101-4949
SERENS 4	São Paulo / SP	(11) 3382-5253	(11) 3208-6148
SERENS 5	Canoas / RS	(51) 3462-1204	(51) 3462-1241
SERENS 6	Brasília / DF	(61) 3364-8205	(61) 3365-1393
SERENS 7	Manaus / AM	(92) 2129-1736; 2129-1736	(92) 3629-1805

1.4.7.1 Organização Militar responsável pela execução deste Exame:

CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA (CIAAR)

DIVISÃO DE CONCURSOS

Av. Santa Rosa, nº 10 – Bairro Pampulha

CEP: 31270-750 – Belo Horizonte / MG

TEL: (31) 4009-5066; (31) 4009-5068

FAX: (31) 4009-5002

1.5 RESPONSABILIDADE

1.5.1 Este Exame será regido por estas Instruções e sua execução será de responsabilidade do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS), dos Comandos Aéreos Regionais (COMAR) com apoio dos Serviços Regionais de Ensino (SERENS), das Organizações Militares de Apoio (OMAP), do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA), da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), do Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC), do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) e demais Órgãos do Comando da Aeronáutica (COMAER) que tenham envolvimento com as atividades de Admissão e de Seleção, conforme Portarias DEPENS nº 345/DE-2, de 30 de novembro de 2009 e nº 346/DE-2, de 1º de dezembro de 2009.

1.5.2 Constitui-se responsabilidade do candidato a leitura integral e o conhecimento pleno destas Instruções, bem como o acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados referentes ao Exame no endereço eletrônico do certame.

1.5.3 A inscrição neste Exame implica a aceitação irrestrita, por parte do candidato, das normas e das condições estabelecidas nas presentes Instruções para a matrícula no EAOF 2016, bem como de todas as demais instruções que eventualmente vierem a ser expedidas e publicadas posteriormente.

1.6 ANEXOS

1.6.1 Os Anexos constituem parte integrante das presentes Instruções, cujas informações devem ser lidas e conhecidas pelos candidatos ao ES EAOF 2016.

1.6.2 Para melhor compreensão das orientações e conhecimento do significado de siglas e vocábulos usados nestas Instruções, o candidato deverá consultar o **Anexo A**.

1.6.2.1 Para orientação dos estudos e realização das Provas, os Conteúdos Programáticos e as Bibliografias poderão ser encontrados no **Anexo B**.

1.7 CALENDÁRIO DE EVENTOS

1.7.1 Para realização de todas as etapas deste Exame, incluindo as informações pormenorizadas, o candidato deverá observar o rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos no **Anexo C**.

2 OBJETO DO EXAME DE SELEÇÃO

2.1 PÚBLICO-ALVO

2.1.1 O presente Exame destina-se a selecionar cidadãos brasileiros natos, graduados do COMAER da ativa, de ambos os sexos, voluntários e interessados em ingressar na carreira de oficiais, que atendam às condições e às normas estabelecidas nestas Instruções, para serem habilitados à matrícula no EAOF, a ser realizado no CIAAR, em Belo Horizonte / MG, em 2016.

2.2 QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS DA AERONÁUTICA

2.2.1 O Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (QOEA) do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, previsto pelo Decreto nº 2.996, de 23 de março de 1999, e alterado pelo Decreto nº 4.576, de 15 de janeiro de 2003, é regulado pela ICA 36-15 “Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica” (IRQOEA) e destina-se a atender às necessidades de oficiais técnicos, por especialidade do QOEA, no COMAER.

2.2.2 Para o Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica apenas poderão concorrer militares da ativa do Quadro de Suboficiais e Sargentos (QSS) e do Quadro Feminino de Graduados (QFG) das especialidades discriminadas a seguir:

ESPECIALIDADES DO QOEA	ESPECIALIDADES DO QSS	ESPECIALIDADES DO QFG
Aeronaves (ANV)	BMA	
Armamento (ARM)	BMB	
Bombeiro da Aeronáutica (BBA)	SBO/SGS-02	
Comunicações (COM)	BCO	
	BEI	
	BET	
Controle de Tráfego Aéreo (CTA)	BCT	
Fotografia (FOT)	BFT	
Guarda e Segurança (GDS)	SGS/SGS-01	
Meteorologia (MET)	BMT	
Música (MUS)	SMU	
Serviços de Informações Aeronáuticas (SAI)	SAI	
Suprimento Técnico (SUP)	BSP	
Serviços Administrativos (SVA)	SAD/SAD-01/SAD-06	SAD-01/SAD-03/ SAD-04/SAD-05
Serviços de Engenharia (SVE)	SCF	
	SDE	
	SEL	
	SOB	
	SPV	
	STP	
Serviços Hospitalares (SVH)	SEF	SEF
	SLB	SLB
	SRD	
	STO	STO
Serviços de Manutenção (SVM)	BEP	
	BEV	
	SEM	
	SML	

2.3 VAGAS

2.3.1 As vagas para matrícula no EAOF 2016 são destinadas aos candidatos aprovados neste Exame (em todas as etapas previstas), classificados dentro do número de vagas e que forem habilitados à matrícula no referido Estágio.

2.3.2 As vagas encontram-se fixadas por especialidade do QOEA, conforme **Anexo D**, sendo que o candidato somente poderá concorrer àquelas disponíveis para a **sua especialidade**. As vagas são definidas de acordo com a necessidade da Administração, levando-se em consideração, entre outros aspectos, a infraestrutura existente no CIAAR, Organização de Ensino responsável pela execução do EAOF. As localidades para as respectivas vagas estão previstas no **Anexo E**.

2.3.3 Além de concorrer às vagas fixadas nestas Instruções, os candidatos também concorrerão àquelas que eventualmente possam ser acrescentadas, na respectiva Especialidade, **até a data prevista para a divulgação da relação nominal de candidatos convocados para a Concentração Intermediária deste Exame**, decorrentes de necessidades que tenham sido identificadas e definidas pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) e respeitando-se as limitações físicas do CIAAR.

2.3.3.1 As localidades a seguir especificadas compõem a mesma “sede”, podendo os militares serem classificados em qualquer OM sediada nas citadas localidades:

- a) Alcântara e São Luiz (MA);
- b) Cachimbo e Novo Progresso (PA);
- c) Natal e Parnamirim (RN);
- d) Recife e Jaboatão dos Guararapes (PE);
- e) Belo Horizonte, Lagoa Santa e Confins (MG);
- f) São Paulo e Guarulhos (SP);
- g) Curitiba e São José dos Pinhais (PR);
- h) Canoas e Porto Alegre (RS); e
- i) Brasília e Gama (DF).

2.4 ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO AO OFICIALATO

2.4.1 O EAOF **não é** um Curso de carreira do Quadro de Suboficiais e Sargentos (QSS) e do Quadro Feminino de Graduados (QFG), pois se destina a voluntários desses Quadros que tenham interesse em ingressar na carreira de oficiais e que atendam às condições previstas para tal.

2.4.2 O EAOF é ministrado no CIAAR, em Belo Horizonte/MG, e tem a duração aproximada de **14 (quatorze) semanas** e abrange instruções nos Campos Geral e Militar.

2.4.2.1 A instrução ministrada no Campo Geral, além de fornecer ao Aluno noções de administração, proporcionando-lhe subsídios para assumir funções como Agente da Administração nas OM onde for servir, visa a aprimorar a capacidade de expressão oral e escrita do Aluno, bem como ampliar sua cultura geral, mediante um conjunto de matérias de estudo introdutório de algumas ciências sociais e humanas, do conhecimento da Constituição Brasileira e dos principais problemas da realidade brasileira da atualidade, conhecimentos imprescindíveis para o desempenho das funções como Oficial da Aeronáutica.

2.4.2.2 A instrução ministrada no Campo Militar possibilita que os conhecimentos adquiridos sejam enfatizados para a adaptação ao oficialato, preparando o Aluno para o exercício de chefia e liderança militar.

2.4.2.3 Um período de instrução de aproximadamente **21 (vinte e um) dias corridos**, em regime de internato, contados a partir da data do início do EAOF, será ministrado aos que vierem a ser

matriculados, sendo fundamental para a adaptação ao Estágio e para verificação da aptidão ao Oficialato, estando inserido na instrução do Campo Militar.

2.4.2.4 O período de instrução citado no subitem **2.4.2.3** é essencial e indispensável à adaptação do Aluno, **não podendo deixar de ser cumprido**, ainda que seja por candidato convocado por força de decisão judicial.

2.4.2.5 O candidato convocado para o EAOF por força de decisão judicial, **até a data de validade do Exame** (subitem **9.5.1**), receberá Ordem de Matrícula e realizará o Estágio com os demais candidatos. Na hipótese de convocação após a data de validade do Exame, será matriculado no EAOF **imediatamente posterior**, devido à impossibilidade do cumprimento do subitem **2.4.2.3**.

2.5 SITUACÃO DURANTE O EAOF

2.5.1 O candidato, no momento da matrícula, mediante ato do Comandante do CIAAR, passa à situação de Aluno (Praça Especial, conforme a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares), situação essa a ser mantida durante todo o Estágio.

2.5.2 O Aluno do EAOF é militar da ativa com precedência hierárquica prevista no Estatuto dos Militares.

2.5.3 Os Suboficiais e Primeiros-Sargentos que forem matriculados no EAOF passarão à condição de adidos ao CIAAR, permanecendo nos efetivos das suas Organizações de origem.

2.5.4 Durante a realização do EAOF, os militares manterão, entre si, a mesma relação de antiguidade que possuíam na ocasião de suas matrículas no Estágio.

2.5.5 Durante a realização do Estágio, o(a)s Primeiros-Sargentos continuarão a concorrer às promoções que se efetivarem nos respectivos Quadros, consoante sua origem, assim como continuarão a receber a mesma remuneração à qual faziam jus no início do Estágio ou a da graduação à qual vierem a ser promovidos durante sua realização.

2.5.6 Durante a realização do Estágio, os Alunos estarão sujeitos ao regime escolar do CIAAR, estabelecido no Plano de Avaliação à época vigente.

2.5.7 Os Alunos realizarão Provas teóricas e práticas nos Campos Geral e Militar, e a conclusão do Estágio está condicionada à sua aprovação, mediante a obtenção de graus e médias previstos no Plano de Avaliação. O Aluno não tem direito líquido e certo à nomeação ao Oficialato, pois, para ser nomeado, necessita concluir o Estágio com aproveitamento.

2.5.8 A Aluna do EAOF **não** poderá apresentar estado de gravidez **durante o Estágio**, em virtude do cumprimento de intenso programa (obrigatório e eliminatório) de treinamento e de instrução militar, com longas jornadas de atividades físicas e da submissão do organismo a elevadas cargas de esforço fisiológico e emocional, inerentes ao conteúdo programático da formação do futuro Oficial da Força Aérea Brasileira.

2.5.8.1 A incompatibilidade do estado de gravidez com a vida acadêmica está relacionada às seguintes atividades rotineiras e compulsórias no CIAAR:

- a) treinamentos de adaptação a situações de desconforto, com reduzido tempo de descanso e variações de gradiente térmico;
- b) treinamentos de sobrevivência, na selva e no mar, com prolongado tempo de privação do sono, de abstenção de água e alimento;
- c) instruções de marcha, diurna e noturna, com transposição por terreno acidentado, de relevo íngreme e vegetação densa;
- d) instruções de educação física em pista de obstáculos; e
- e) instruções de tiro, com manuseio de armamento e artefato bélico.

2.5.8.2 Em caso de constatação do estado de gravidez, **a partir da matrícula até a conclusão do Estágio**, a Aluna será submetida às Normas Reguladoras dos Cursos e Estágios do CIAAR (NOREG).

2.6 SITUACÃO APÓS A CONCLUSÃO DO EAOF

2.6.1 O Aluno que concluir o EAOF com aproveitamento estará em condições de ser nomeado Segundo-Tenente, mediante ato do Comandante da Aeronáutica, e de integrar o Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (QOEA), sendo designado para servir em OM do COMAER considerando as vagas fixadas por especialidade do QOEA e por localidade, de acordo com a classificação obtida ao término do Estágio.

2.6.2 A precedência hierárquica do concluinte do EAOF será estabelecida ao final do Estágio, àquele que vier a concluí-lo com aproveitamento, segundo o respectivo Plano de Avaliação do Estágio e legislação em vigor.

2.6.3 A demissão do serviço ativo a pedido, quando contar menos de cinco anos de oficialato, implicará a indenização relativa às despesas feitas pela União, com a sua preparação e formação, nos termos da legislação em vigor.

2.6.3.1 O preenchimento das vagas obedecerá ao critério de opção do Aluno, observada a precedência hierárquica de inclusão no QOEA.

3 INSCRIÇÃO NO EXAME DE SELEÇÃO

3.1 CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

3.1.1 São condições para a inscrição:

- a) ser voluntário e estar ciente de todas as normas e condições estabelecidas nestas Instruções Específicas (item **8.1**) para habilitação à futura matrícula no EAOF 2016;
- b) ser Suboficial ou Primeiro-Sargento da ativa da Aeronáutica do Quadro de Suboficiais e Sargentos (QSS) ou do Quadro Feminino de Graduados (QFG), de especialidade correlata à do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (QOEA);
- c) pagar a taxa de inscrição e comprovar o pagamento, ressalvado o dispositivo no item **3.4**; e
- d) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI).

3.1.2 O candidato deverá **informar oficialmente** (comunicado por escrito, via Parte) ao seu Comandante, Diretor ou Chefe, que irá participar do processo seletivo. Ele deverá estar ciente de que, na condição de candidato e de voluntário, deverá ser liberado nos dias e horários estabelecidos no Calendário de Eventos do certame, mas que tais liberações são de caráter **particular** e, portanto, não podem ser remuneradas nem apoiadas pela Administração (como pagamento de diárias, indenização de passagem, fornecimento de transporte ou qualquer outro tipo de apoio institucional), assim como, as faltas ao expediente para comparecimento aos eventos do certame poderão ser compensadas ou descontadas do período de férias.

3.1.3 O candidato deverá estar ciente de que, no período compreendido entre as Provas Escritas e a Matrícula para início do Estágio, não poderá ser escalado para missões a serviço fora de sede nos períodos estabelecidos no Calendário de Eventos, devendo informar oficialmente sobre essa indisponibilidade.

3.1.4 Em caso de aprovação em todas as etapas previstas do Exame, classificação dentro do número de vagas e seleção para a Matrícula no EAOF 2016, o candidato deverá atender às condições

previstas para a Habilitação à Matrícula (item 8.1 destas Instruções), a serem comprovadas na Concentração Final deste certame.

3.1.4.1 O candidato que se inscrever para o Exame e não possuir as condições para a Habilitação à Matrícula no Estágio, previstas nas alíneas “d”, “e”, “f” e “m” do item 8.1, realizará **apenas** as Provas Escritas, ficando vedada a sua participação nas demais etapas do certame, independentemente do seu resultado nas Provas Escritas.

3.1.5 As informações prestadas no FSI são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CIAAR, a qualquer tempo, do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher o Formulário de maneira completa e correta, ou ainda não atender aos requisitos previstos para a Habilitação à Matrícula no EAOF 2016.

3.2 LOCALIDADES PARA A REALIZAÇÃO DO EXAME

3.2.1 As Provas Escritas serão realizadas nas localidades designadas, cuja relação consta no **Anexo F**. Os **locais** da realização das Provas serão divulgados na página eletrônica do CIAAR.

3.2.2 No momento da solicitação de inscrição, o candidato deverá indicar a localidade da OMAP onde deseja realizar as Provas Escritas.

3.2.3 As Provas Escritas serão realizadas pelo candidato na localidade indicada por ocasião da solicitação de inscrição. Caso prossiga no Exame, as etapas subsequentes serão realizadas na localidade correlacionada à das Provas Escritas, conforme o previsto no Quadro apresentado no subitem 3.2.4, salvo nos casos determinados em contrário, por parte da Administração.

3.2.4 QUADRO DE OMAP E LOCALIDADE PARA A REALIZAÇÃO DOS EXAMES

Provas Escritas		Concentração Intermediária (*) INSPSAU (e em grau de recurso) (**) EAP TACF (e em grau de recurso)	Prova Prática de Regência Musical (PPRM) (***)	Concentração Final Validação Documental
OMAP	LOCALIDADE	LOCALIDADE	LOCALIDADE	OMAP/ LOCALIDADE
COMAR I	BELÉM/PA	BELÉM/PA	RIO DE JANEIRO/RJ	CIAAR/ BELO HORIZONTE/MG
COMAR II	RECIFE - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE	RECIFE-JABOATÃO/PE		
BAFZ	FORTALEZA/CE			
BANT	NATAL- PARNAMIRIM/RN			
BASV	SALVADOR/BA			
COMAR III	RIO DE JANEIRO/RJ	RIO DE JANEIRO/RJ		
CIAAR	BELO HORIZONTE- LAGOA SANTA/MG			
COMAR IV	SÃO PAULO- GUARULHOS/SP	SÃO PAULO/SP		
BACG	CAMPO GRANDE/MS			

COMAR V	PORTO ALEGRE-CANOAS/RS	CANOAS/RS		
BAFL	FLORIANÓPOLIS/SC			
CINDACTA II	CURITIBA/PR			
COMAR VI	BRASÍLIA/DF	BRASÍLIA/DF		
COMAR VII	MANAUS/AM	MANAUS/AM		
BABV	BOA VISTA/RR			
BAPV	PORTO VELHO/RO			

(*) A Concentração Intermediária, para os candidatos convocados, será em Organização Militar da Aeronáutica indicada pela Administração. **A Organização Militar e seu endereço serão divulgados na página eletrônica oficial do processo seletivo.**

(**) Caso a especificidade do Exame Médico assim o exija, a Administração definirá a localidade para a realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU), em grau de recurso, diversa daquela prevista nesse quadro para a INSPSAU em 1º grau.

(***) A Prova Prática de Regência Musical (PPRM), para os candidatos convocados, será realizada na cidade do Rio de Janeiro, em Organização da Aeronáutica indicada pelo SERENS-3. **A Organização e o seu endereço serão divulgados por meio da Intraer, no período previsto no Calendário de Eventos.**

3.3 ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.3.1 A inscrição deverá ser efetuada, exclusivamente, na página eletrônica, informada na alínea “b” do subitem 1.4.2, que poderá ser utilizada pelos candidatos somente durante o período de inscrição, estabelecido no Calendário de Eventos.

3.3.2 O Sistema conduzirá o candidato ao preenchimento interativo do FSI, com inserção de seus dados pessoais, bem como daqueles relativos ao Exame de Seleção. Ao final deste processo, o candidato deverá imprimir o boleto bancário com o número de protocolo, que identificará a solicitação de inscrição e o candidato. A impressão e a guarda do comprovante de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

3.3.3 O procedimento acima mencionado não será concluído se o candidato deixar de informar algum dado ou se já tiver efetuado outra inscrição usando o mesmo número de CPF.

3.3.4 Não é necessário remeter qualquer documento para efetivar a inscrição, visto que o CIAAR considerará o recebimento eletrônico dos dados enviados no momento do processamento da inscrição e do pagamento do boleto bancário.

3.3.4.1 Se, durante o preenchimento eletrônico do FSI, o candidato informar dado que não atenda a algum dos requisitos previstos nas condições para a Matrícula, será alertado dessa situação, mas poderá prosseguir com sua inscrição e participação nas Provas Escritas, estando ciente de que não participará da Concentração Intermediária e de todas as etapas subsequentes do certame.

3.3.5 O valor da taxa de inscrição para o ES EAOF 2016 é de **R\$ 70,00 (setenta reais)**.

3.3.6 O comprovante original de pagamento bancário da Taxa de Inscrição deverá permanecer sob a posse do candidato, para futura comprovação, caso necessário.

3.3.7 Não serão aceitos para comprovação do pagamento: comprovante de agendamento de pagamento, depósito em cheque, comprovante de ordem bancária ou recibo de entrega de envelope para depósito em terminais de autoatendimento, transferências entre contas e pagamentos após a data limite para inscrição no respectivo Exame.

3.3.8 O valor pago referente à taxa de inscrição é diretamente recolhido ao Tesouro Nacional e, por isso, **não poderá ser restituído**, independentemente do motivo. É também vedada a transferência

do valor pago para terceiros, assim como a permuta da inscrição para outrem. Objetivando evitar ônus desnecessários, o candidato deverá certificar-se de todas as condições e restrições, pagando a inscrição somente após conferir todos os dados inseridos no Sistema de Inscrição.

3.3.9 O candidato, ao preencher o FSI, deverá dar especial atenção ao assinalamento dos campos relativos à:

- a) sua Especialidade do QSS ou QFG correlata à do QOEA a cuja vaga pretende concorrer; e
- b) OMAP à qual deseja estar vinculado.

3.3.10 Recomenda-se aos interessados não deixarem para os últimos dias a efetivação de sua inscrição. A Administração não se responsabilizará se o preenchimento do FSI não for concretizado/completado por motivo de ordem técnica, de informática, falhas ou de congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem o processamento de dados.

3.3.11 As informações prestadas, a verificação do correto preenchimento do FSI e o pagamento da taxa de inscrição são de responsabilidade do candidato.

3.4 RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

3.4.1 O candidato terá sua solicitação de inscrição **indeferida** se:

- a) deixar de efetuar o pagamento da taxa de inscrição ou efetuá-lo após o término do período de inscrição, ou ainda pagá-la de forma incorreta; e/ou
- b) o pagamento da taxa de inscrição não for compensado, por qualquer motivo.

3.4.2 Caberá ao CIAAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos (**Anexo C**), divulgar na Intraer o resultado da solicitação de inscrição, discriminando os deferimentos e os motivos dos indeferimentos.

3.4.3 Caberá ao candidato tomar conhecimento do resultado de sua solicitação de inscrição, divulgado na Intraer na data estabelecida no Calendário de Eventos, a fim de, no caso de indeferimento e havendo interesse, proceder à solicitação de recurso.

3.4.4 A divulgação sobre o deferimento ou indeferimento definitivo da solicitação de inscrição, após análise dos recursos, conforme item **6.2**, será feita pelo CIAAR, quando o candidato poderá consultar o local de realização das Provas Escritas, bem como imprimir o Cartão de Inscrição ou o Aviso de Indeferimento de Inscrição.

3.4.5 O candidato deve levar o Cartão de Inscrição consigo no dia das Provas Escritas.

3.4.6 O candidato que não apresentar seu Cartão de Inscrição poderá ingressar no local designado para a realização das Provas, desde que a respectiva solicitação de inscrição tenha sido deferida e que possa ser identificado por meio do seu documento de identificação oficial original.

4 EVENTOS DO EXAME

4.1 No período compreendido entre a Inscrição e a Matrícula, haverá **3 (três) eventos**, nos quais o comparecimento pessoal é obrigatório e cujas datas e horários constam do Calendário de Eventos.

4.4.1 Esses **eventos** e suas finalidades são os seguintes:

- a) **Provas Escritas:** visa a realizar os exames de escolaridade (EE) e de conhecimentos especializados (CE), precedido de orientação aos candidatos sobre os procedimentos durante as Provas e também a respeito do próximo evento (Concentração Intermediária) para os que vierem a ser convocados para esta fase.

- b) **Concentração Intermediária:** visa a orientar o candidato (convocado para prosseguimento no Exame) a respeito da realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU), do Exame de Aptidão Psicológica (EAP), do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF), da Prova Prática de Regência Musical (PPRM), das solicitações de recurso/revisão e sobre a Concentração Final (para os que vierem a ser convocados para essa fase).
- c) **Concentração Final:** visa a comprovar o atendimento dos requisitos previstos para a Matrícula no Estágio, por parte do candidato selecionado pela Junta Especial de Avaliação (JEA), quando deverão ser apresentados os **originais** de todos os documentos, para análise e conferência, e entregue **1 (uma) cópia** de cada um deles.

4.2 O local desses eventos será divulgado no endereço eletrônico do Exame, conforme Calendário de Eventos.

4.3 Na Concentração Intermediária, os candidatos receberão informações das datas e horários das etapas subsequentes e assinarão um Termo declarando estarem cientes de todas as informações transmitidas.

4.4 Antes da Concentração Final, serão divulgadas pelo CIAAR, na Intraer, orientações aos candidatos, futuros Alunos, juntamente com uma relação de documentos pessoais, dos dependentes e dos bens móveis, que deverão ser providenciados até a data prevista para a Concentração Final.

5 PROCESSO SELETIVO

5.1 ETAPAS

5.1.1 Este Exame será constituído das seguintes **etapas**:

- a) Provas Escritas;
- b) Análise ou Parecer da SECPG para a Concentração Intermediária e efetivação da Matrícula;
- c) Inspeção de Saúde (INSPSAU);
- d) Exame de Aptidão Psicológica (EAP);
- e) Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF);
- f) Prova Prática de Regência Musical (PPRM), para os candidatos da especialidade de música; e
- g) Validação Documental.

5.1.2 O Exame é de âmbito nacional. As Provas Escritas são de caráter **classificatório e eliminatório**. A INSPSAU, o EAP, o TACF, a PPRM e a Validação Documental são de caráter **eliminatório**.

5.1.3 Não haverá segunda chamada para a realização de qualquer etapa supracitada, não cabendo, por consequência, solicitação de adiamento de qualquer uma das etapas ou tratamento diferenciado para algum candidato, independentemente do motivo (por exemplo: fraturas, luxações, alterações fisiológicas, indisposições ou outros).

5.2 PROVAS ESCRITAS

5.2.1 As Provas Escritas serão compostas das seguintes disciplinas:

- a) Língua Portuguesa (Gramática e Interpretação de Texto - GIT);
- b) Conhecimentos Especializados (composta por questões de Regulamentos e de assuntos relativos à especialidade a que concorre o candidato); e
- c) Redação.

5.2.2 As Provas Escritas abrangerão os Conteúdos Programáticos e as Bibliografias do **Anexo B** e serão compostas de questões objetivas de múltipla escolha, com quatro alternativas em cada questão, das quais somente **uma** será a correta.

5.2.2.1 A Redação (RED) será constituída da elaboração de um texto manuscrito, cujo tema versará sobre assunto da atualidade e terá como propósito verificar a capacidade de expressão escrita do candidato na Língua Portuguesa.

5.2.3 Para a apuração dos resultados das questões objetivas das Provas Escritas, será utilizado um Sistema automatizado de leitura de cartões. É de responsabilidade do candidato atentar para o correto preenchimento de seu Cartão de Respostas, a conferência dos dados pessoais, incluindo a especialidade/versão da Prova, registrados no seu Cartão de Respostas e no Caderno de Questões, bem como na Relação de Chamada e demais documentos do Exame.

5.2.3.1 O candidato não poderá rasurar, amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão de Respostas ou a sua Folha de Redação, sob pena de ser prejudicado pela impossibilidade de se processar a leitura óptica.

5.2.3.2 Qualquer prejuízo, dano causado no ato do destaque da Folha de Redação, será de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. Em **hipótese alguma**, haverá substituição do Cartão de Respostas e da Folha de Redação.

5.2.3.3 Serão aceitas somente as marcações feitas com **caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta**, de acordo com as instruções constantes no Cartão de Respostas. Quaisquer outras formas de marcação que estiverem em desacordo com este subitem ou com as instruções contidas no Cartão de Respostas, tais como marcação dupla (ou mais de uma opção), com rasura, emenda, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas aos círculos, indícios de marcações apagadas ou uso de lápis, serão consideradas incorretas e, portanto, não receberão pontuação.

5.2.3.4 Qualquer marcação considerada incorreta, tal como descrito no subitem anterior, resultará em pontuação 0,0000 (zero) para o candidato na questão correspondente.

5.2.4 MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

5.2.4.1 Para realizar as Provas Escritas, o candidato deverá utilizar somente caneta esferográfica **de corpo transparente, de tinta azul ou preta**.

5.2.4.2 O material não poderá conter qualquer tipo de equipamento eletrônico ou inscrição, exceto as de caracterização de marca, fabricante e modelo.

5.2.4.3 Não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão, realizar a Prova portando (junto ao corpo ou sobre a mesa) óculos escuros, telefone celular, relógio de qualquer tipo, gorro, “bibico”, luvas, cachecol, lenço ou faixa de cabeça, chapéu, boné ou similares, bolsa, mochila, pochete, livros, manuais, impressos, lápis, lapiseira, borracha, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações (inclusive o Cartão de Inscrição), calculadora, protetores auriculares, uso de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registros eletrônicos, e/ou quaisquer dispositivos, bem como aparelhos eletroeletrônicos, que recebam, transmitam ou armazenem informações.

5.2.4.4 O candidato não poderá portar armas de qualquer espécie, ainda que detenha autorização para o respectivo porte ou que esteja uniformizado e/ou de serviço.

5.2.4.5 Recomenda-se ao candidato não levar quaisquer dos objetos citados nos subitens anteriores, no dia da realização das Provas.

5.2.4.5.1 Em cada Setor de Provas, a Comissão Fiscalizadora destinará um espaço para que os candidatos deixem seus pertences pessoais, podendo retirá-los apenas após a devolução do Cartão de Respostas e da Folha de Redação e da assinatura na Relação de Chamada, ao sair definitivamente do local de Prova.

5.2.4.5.2 Os telefones celulares e os equipamentos eletroeletrônicos deverão permanecer completamente desligados antes de serem depositados no espaço indicado, sob pena de exclusão do candidato.

5.2.4.6 A Comissão Fiscalizadora e a organização do Exame não se responsabilizarão por quaisquer objetos deixados pelos candidatos, em razão de perdas, esquecimentos, extravios ou danos que eventualmente ocorrerem. É de responsabilidade do candidato, ao término da Prova, recolher e conferir seus pertences pessoais.

5.2.4.7 Após a identificação no Setor e iniciadas as Provas Escritas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura.

5.2.4.8 Poderá haver revista pessoal por meio da utilização de detector de metais.

5.2.5 PROCEDIMENTOS DURANTE AS PROVAS ESCRITAS

5.2.5.1 Após o fechamento dos portões, iniciam-se as orientações aos candidatos (procedimentos operacionais) relativos ao Exame. As Provas terão duração de 4 (quatro) horas e 20 (vinte) minutos, sendo seu horário de início informado no Calendário de Eventos (**Anexo C**), porém relativo ao horário de **início de cada Setor**. O tempo decorrido, desde o início até o término da Prova, será informado verbalmente pela Comissão Fiscalizadora a cada hora cheia, nos últimos 50 minutos, 20 minutos e 5 minutos sucessivamente. Recomenda-se ao candidato iniciar a marcação do Cartão de Respostas nos últimos 20 minutos do tempo total das Provas.

5.2.5.2 Por razões de segurança e de sigilo, uma vez iniciadas as Provas Escritas, o candidato:

- a) deverá permanecer obrigatoriamente no Setor de Provas por, no mínimo, **2 (duas) horas**;
- b) que venha a ter necessidade de ordem fisiológica, deverá ser acompanhado de um Fiscal da Comissão Fiscalizadora durante o tempo em que estiver ausente do Setor;
- c) não poderá, sob nenhum pretexto, fazer anotações em local que não seja o próprio Caderno de Questões; e
- d) somente poderá levar consigo o Caderno de Questões se permanecer no Setor de Provas por, no mínimo, **4 (quatro) horas**.

5.2.5.3 No dia das Provas Escritas, **não** será permitido:

- a) ingresso ou permanência no local de Prova de pessoas estranhas, não envolvidas com o Exame (parentes, amigos etc.);
- b) o acesso ao Setor de Provas de candidata lactante conduzindo o bebê;
- c) ao candidato, por iniciativa própria, realizar as Provas em local diferente daquele previsto e divulgado, ainda que por motivo de força maior;
- d) qualquer tipo de auxílio externo ao candidato, mesmo no caso daquele com limitação de movimentos ou impossibilitado de escrever; e/ou
- e) fumar no Setor de Provas.

5.2.5.4 Não haverá local nem qualquer tipo de apoio destinado a acompanhante de candidato, ressalvado o disposto no subitem **5.2.5.6**.

5.2.5.5 Ao final das Provas, os **03 (três) últimos** candidatos remanescentes em cada setor deverão permanecer no local onde realizaram as Provas. Somente poderão ser liberados do recinto juntos, quando todos tiverem concluído as Provas ou o tempo para realização delas tenha se encerrado, mediante as suas identificações e assinaturas do Termo de Encerramento de Prova.

5.2.5.6 A candidata **lactante**, que precisar amamentar, durante as Provas Escritas, deverá levar um acompanhante adulto, que ficará em sala reservada e que será responsável pela guarda da criança. A amamentação se dará nos momentos que se fizerem necessários, devendo o acompanhante adulto,

nestes momentos, ausentar-se da sala reservada. Não haverá compensação do tempo dispensado com as amamentações em relação ao tempo de duração das Provas. A ausência de acompanhante impossibilitará a candidata de realizar as Provas, visto que ela não poderá permanecer com a criança no Setor de Provas.

5.2.5.6.1 O acompanhante **não** poderá portar (junto ao corpo) qualquer dos objetos citados no subitem **5.2.4.3** e anteriores e deverá cumprir as obrigações destas Instruções Específicas, sob pena de exclusão da candidata.

5.2.6 ATRIBUIÇÃO DE GRAUS

5.2.6.1 A cada questão será atribuído um valor específico e o resultado de qualquer uma das Provas será igual à soma dos valores das questões assinaladas corretamente.

5.2.6.2 Os graus atribuídos às Provas Escritas e à Redação e as médias calculadas com base nesses graus estarão contidos na escala de **0 (zero)** a **10,0000 (dez)**, considerando-se até a casa décimo-millesimal, com arredondamento da última casa.

5.2.6.3 O grau mínimo que determinará o aproveitamento do candidato em qualquer uma das Provas Escritas e da Redação será **5,0000 (cinco)**.

5.2.7 REDAÇÃO (RED)

5.2.7.1 A Redação (RED) tem o objetivo de avaliar o conteúdo, o conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa e será realizada junto às demais Provas Escritas previstas para o certame.

5.2.7.1.1 Somente serão corrigidas as redações dos candidatos que atenderem ao estabelecido no subitem **5.2.6.3** e classificados por meio da Média Parcial (MP) prevista no subitem **5.2.9**, conforme quadro a seguir.

5.2.8 QUADRO DA QUANTIDADE DE REDAÇÕES A SEREM CORRIGIDAS POR ESPECIALIDADE

ESPECIALIDADE	QUANTIDADE DE REDAÇÕES CORRIGIDAS
Aeronaves (ANV)	80
Armamento (ARM)	18
Bombeiro da Aeronáutica (BBA)	15
Comunicações (COM)	50
Controle de Tráfego Aéreo (CTA)	50
Fotografia (FOT)	15
Guarda e Segurança (GDS)	50
Meteorologia (MET)	24
Música (MUS)	18
Serviços de Informações Aeronáuticas (SIA)	30
Suprimento Técnico (SUP)	36
Serviços Administrativos (SVA)	70
Serviços de Engenharia (SVE)	50
Serviços Hospitalares (SVH)	30
Serviços de Manutenção (SVM)	40

5.2.8.1 A Redação consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, em prosa, e abordará tema contemporâneo. A Folha de Redação disponibilizada será o único documento válido para avaliação, não sendo substituída. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Redação, devendo o candidato limitar-se ao impresso recebido, que possui 30 (trinta) linhas. A folha para rascunho no Caderno de Questões é de preenchimento facultativo.

5.2.8.2 Recomenda-se que a Redação seja escrita em letra cursiva legível. Caso seja utilizada a letra de forma (caixa alta), as letras maiúsculas deverão receber o devido realce.

5.2.8.3 Para correção da Redação, será utilizado processo que impede a identificação do candidato, garantindo assim a imparcialidade no julgamento.

5.2.8.4 A correção da Redação será realizada por membros das Bancas Examinadoras específicas, compostas por **3 (três)** professores. A Redação será avaliada considerando-se os aspectos apresentados na tabela a seguir:

PARTE	ASPECTOS AVALIADOS	PONTOS DEBITADOS POR ERRO COMETIDO
I EXPRESSÃO	Pontuação, ortografia, caligrafia, vocabulário, acentuação gráfica e morfossintaxe.	0,2000 por cada erro cometido relacionado a cada um dos aspectos avaliados
II ESTRUTURA	Paragrafação.	0,5000 por cada erro cometido
III CONTEÚDO	Pertinência ao tema proposto	até 1,5000
	Argumentação	até 1,5000
	Informatividade	até 1,5000

5.2.8.5 O erro ortográfico idêntico será computado apenas uma vez.

5.2.8.6 Será atribuído o **grau 0 (zero)** à Redação:

- fora da tipologia textual ou tema proposto;
- que não estiver em prosa;
- com número inferior a 100 (cem) palavras (consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa);
- com número inferior a 15 (quinze) linhas;
- com marcas que permitam a identificação do autor;
- escrita de forma ilegível ou cuja caligrafia impeça a compreensão do sentido global do texto;
- escrita em outro idioma, que não seja o português;
- escrita a lápis (total ou parcialmente) ou com caneta que não seja de tinta preta ou azul; e
- cujos descontos (por erros) somem valores superiores ao grau 10,0000 (dez).

5.2.9 MÉDIA PARCIAL

5.2.9.1 O grau obtido pelos candidatos na **Média Parcial (MP)** será calculado pela média ponderada dos graus das Provas que o compõem, conforme abaixo:

$$MP = \frac{(GIT + 2CE)}{3}, \text{ em que:}$$

MP = Média Parcial;

GIT = grau da Prova de Gramática e Interpretação de Texto; e

CE = grau da Prova de Conhecimentos Especializados.

5.2.10 MÉDIA FINAL

5.2.10.1 O grau obtido pelos candidatos na **Média Final (MF)** será calculado pela média ponderada dos graus das Provas que o compõem, conforme abaixo:

$$MF = \frac{(GIT + RED + 2CE)}{4}, \text{ em que:}$$

MF = Média Final;

GIT = grau da Prova de Gramática e Interpretação de Texto;

RED = grau da Redação; e

CE = grau da Prova de Conhecimentos Especializados.

5.2.10.2 Serão considerados candidatos com aproveitamento aqueles que obtiverem MF **igual ou superior a 6,0000 (seis)** desde que atendam ao critério estabelecido no subitem **5.2.6.3** destas Instruções.

5.2.10.3 Os candidatos com aproveitamento serão relacionados por especialidade, por meio da ordenação decrescente de suas MF, o que estabelecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas.

5.2.11 CRITÉRIO DE DESEMPATE

5.2.11.1 No caso de empate das MP, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- a) maior grau obtido na Prova de Gramática e Interpretação de Texto (GIT); e
- b) precedência hierárquica militar.

5.2.11.2 No caso de empate das MF, o desempate será decidido, de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- a) maior grau obtido na Prova de Conhecimentos Especializados (CE);
- b) maior grau obtido na Prova de Gramática e Interpretação de Texto (GIT); e
- c) precedência hierárquica militar.

5.3 ANÁLISE/PARECER DA SECRETARIA DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO DE GRADUADOS (SECPG)

5.3.1 Neste Exame de Seleção, a SECPG realizará **02 (duas)** Análises/Pareceres dos candidatos: a **primeira**, antes da Concentração Intermediária e a **segunda**, antes da JEA, para aqueles que poderão ser convocados para a Concentração Final, quando terão seus dados históricos de desempenho moral e profissional analisados, dentro dos períodos previstos no Calendário de Eventos (**Anexo C**).

5.3.2 O CIAAR encaminhará à SECPG a relação nominal dos respectivos candidatos para emissão da apreciação de desempenho e emissão do Parecer sobre sua aptidão, conforme Calendário de Eventos.

5.3.3 As análises e os Pareceres serão sustentados na análise qualitativa dos atributos inerentes ao exercício da função militar, contidos nas fichas de avaliação de desempenho à luz das obrigações e deveres militares, previstos na Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares) e serão expressos por meio das menções “FAVORÁVEL” ou “DESFAVORÁVEL”.

5.3.4 A SECPG comunicará às OM dos candidatos o nome e os respectivos motivos da Análise/Parecer “DESFAVORÁVEL” para que, havendo interesse, o candidato solicite recurso.

5.4 CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, INSPSAU, EAP, TACF E PPRM

5.4.1 Somente serão convocados para prosseguirem no Exame e, portanto, participarem da Concentração Intermediária e realizarem a INSPSAU, o EAP, o TACF e a PPRM (para os candidatos da especialidade de Música), os candidatos relacionados de acordo com a ordem estabelecida pela MF, por especialidade do QOEA, em quantidade de **até quatro vezes** o total das vagas estabelecidas, **podendo o número ser inferior** a esse limite, de acordo com a conveniência da Administração.

5.4.1.1 Somente será convocado para a Concentração Intermediária, a INSPSAU, o EAP, o TACF e a PPRM (para os candidatos da especialidade de Música) o candidato que atender às condições previstas no item **8.1**, alíneas “**d**”, “**e**”, “**f**” e “**m**” destas Instruções.

5.4.1.2 A convocação de candidatos em número superior ao das vagas fixadas visa ao preenchimento dessas e de possíveis vagas adicionais, em caso de haver exclusão de candidatos em decorrência de eliminação nas etapas subsequentes - INSPSAU, EAP, TACF, PPRM (para os candidatos da especialidade de Música) e Habilitação à Matrícula ou de eventual desistência de candidato aprovado antes do encerramento do certame.

5.4.2 Caso as vagas previstas não sejam preenchidas com os candidatos convocados para a Concentração Intermediária, a Administração **poderá** efetuar novas convocações, dentre os candidatos considerados com aproveitamento pelo subitem **5.2.10.2**, respeitando-se a sequência da classificação estabelecida pela MF, desde que existam prazos mínimos necessários para a realização das etapas subsequentes e a convocação ainda se dê dentro do **prazo de validade** deste Exame.

5.5 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

5.5.1 A INSPSAU do Exame de Seleção avaliará as condições de saúde dos candidatos, por meio de exames clínicos, de imagem e laboratoriais, inclusive toxicológicos, definidos em Instruções do Comando da Aeronáutica, de modo a comprovar não existir patologia ou característica incapacitante para o Serviço Militar nem para as atividades previstas.

5.5.2 A INSPSAU tem amparo legal na Lei nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar), no Decreto nº 57.654/1966, na Lei nº 12.464/2011 (dispõe sobre o ensino da Aeronáutica) e na Lei nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares).

5.5.3 A INSPSAU será realizada em Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA). O resultado para cada candidato será expresso por meio das menções “APTO” ou “INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA”, divulgado na página eletrônica deste Exame, na data prevista no Calendário de Eventos (**Anexo C**).

5.5.3.1 Na ocasião da INSPSAU, as candidatas do sexo feminino deverão apresentar Laudo de Exame **Citopatológico Ginecológico** (Preventivo do Câncer Ginecológico), cuja validade não deverá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias antes da data da Inspeção de Saúde.

5.5.3.2 Da mesma forma, no ato da INSPSAU, os candidatos com idade a partir de 35 anos deverão apresentar seu **Teste Ergométrico**, com data de realização prévia não superior a 2 (dois) anos.

5.5.4 Os requisitos que compõem a INSPSAU e os parâmetros exigidos para a obtenção da menção “APTO” constam da ICA 160-6 “Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica”, divulgada na página eletrônica, constante na alínea “b” do subitem 1.4.2.

5.5.5 O candidato que obtiver a menção “INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA” na INSPSAU terá o diagnóstico de sua incapacidade registrado no Documento de Informação de Saúde (DIS), disponibilizado na página eletrônica do Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato.

5.5.6 Durante o período compreendido entre a Inspeção de Saúde do Exame de Seleção e a data de conclusão do EAOF, a candidata **não deverá** apresentar estado de gravidez, dada a incompatibilidade com os testes físicos específicos, de caráter seletivo, estabelecidos nestas Instruções, que oferecem risco ao feto e à própria candidata.

5.5.6.1 Em caso de constatação do estado de gravidez durante o período compreendido entre a **Inspeção de Saúde** deste Exame e a **matrícula no Estágio**, sendo este o único motivo da sua INCAPACITAÇÃO e INAPTIDÃO, não será permitida à candidata prosseguir neste Exame, mas poderá vir a ser convocada para realizar novamente a Concentração Intermediária e todas as etapas subsequentes, no Exame de Seleção ao EAOF **imediatamente posterior** ao período da gestação.

5.5.6.2 Para ter direito a tal condição, a candidata deverá atender às seguintes condições:

- a) ter obtido classificação final no Exame original que viesse a lhe garantir uma das vagas previstas no Estágio, na especialidade do QOEA a que concorria; e
- b) permanecer atendendo aos critérios estabelecidos para habilitação à matrícula (item 8.1) no Estágio imediatamente posterior ao período da gestação, em consequência da postergação da entrada.

5.5.6.3 Atendidas todas as condições anteriormente citadas, a candidata interessada deverá providenciar Requerimento Administrativo (**Anexo I**), destinado ao Diretor-Geral de Ensino da Aeronáutica, solicitando a postergação da participação no atual Exame de Seleção e sua permanência no próximo certame.

5.5.6.4 O Diretor-Geral de Ensino da Aeronáutica deverá analisar todas as variáveis e dar solução ao Requerimento, tornando pública a decisão final, com as respectivas fundamentações, na página eletrônica do Exame.

5.6 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

5.6.1 O Exame de Aptidão Psicológica é um processo de avaliação de enfoque seletivo que possui a finalidade de estabelecer uma estimativa de desempenho na atividade, mediante a comparação das características psicológicas do candidato ao Estágio / atividade funcional, com aquelas necessárias ao exercício das tarefas e definidas no perfil profissiográfico.

5.6.1.1 O EAP tem amparo legal na Lei nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar), combinado com o Decreto nº 57.654/1966, na Lei nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares), na Lei nº 12.464/2011 (Lei de Ensino da Aeronáutica) e no Decreto nº 6.944/2009, revisado pelo Decreto nº 7.308/2010.

5.6.2 O EAP será realizado sob a responsabilidade do IPA, segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos expedidos por aquele Instituto e na NSCA 38-13 “Normas Reguladoras das Avaliações Psicológicas” divulgada na página eletrônica do Exame constante da alínea “b” do subitem 1.4.2.

5.6.3 Os candidatos serão avaliados nas áreas de **personalidade, aptidão e interesse** conforme o Padrão Seletivo estabelecido para a função que irão exercer. O resultado do EAP para cada candidato será expresso por meio das menções “APTO” ou “INAPTO”. Os requisitos psicológicos considerados imprescindíveis, bem como os considerados restritivos ao adequado desempenho do cargo, foram estabelecidos previamente por meio de estudo científico de análise do trabalho e produção do perfil profissiográfico, conforme abaixo discriminado:

- a) **Personalidade:** conjunto de características herdadas e adquiridas que determinam o comportamento do indivíduo no meio que o cerca;
- b) **Aptidão:** conjunto de características que expressam a habilidade com que um indivíduo, mediante treinamento, pode adquirir conhecimentos e destrezas, sendo avaliado através da aptidão geral (potencial geral) ou de aptidões específicas (habilidades que se dirigem a determinado setor da atividade da humana); e
- c) **Interesse:** gosto, tendência ou inclinação pelas atividades relativas à função pretendida.

5.6.4 O candidato que obtiver a menção “INAPTO” no EAP terá o motivo de sua inaptidão registrado em um Documento de Informação de Avaliação Psicológica (DIAP), disponibilizado na página eletrônica deste Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato.

5.7 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

5.7.1 O TACF do Exame de Seleção avaliará os padrões individuais de resistência e de vigor físico por meio de exercícios e índices mínimos a serem atingidos, definidos e fixados em Instruções do COMAER, de modo a comprovar não existir incapacitação para as atividades previstas no Estágio e no decorrer da carreira como oficial.

5.7.2 O TACF será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados na ICA 54-2 “Aplicação do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico para Exames de Admissão e de Seleção do Comando da Aeronáutica”, divulgada nas páginas eletrônicas, constantes no subitem 1.4.2.

5.7.3 Somente realizará o TACF o candidato julgado “APTO” na INSPSAU. O resultado do TACF para cada candidato será expresso por meio das menções “APTO” ou “NÃO APTO”.

5.7.4 O candidato que for considerado “NÃO APTO” no TACF receberá essa informação diretamente do próprio aplicador do Teste, no mesmo dia do TACF, com posterior divulgação na página eletrônica do Exame.

5.8 PROVA PRÁTICA DE REGÊNCIA MUSICAL - PPRM (PARA OS CANDIDATOS DA ESPECIALIDADE DE MÚSICA)

5.8.1 A PPRM não será classificatória; terá apenas caráter **eliminatório**.

5.8.2 O Conteúdo Programático segue o previsto no constante do **Anexo B**.

5.8.3 A PPRM tem a finalidade de avaliar a habilidade, o desempenho e a perícia profissional do candidato, bem como de ratificar os conhecimentos demonstrados por ele na Prova Escrita de Conhecimentos Especializados (CE).

5.8.4 As atividades constantes da PPRM serão acompanhadas pela Comissão Fiscalizadora da OMAP e executadas sob coordenação da Banca Examinadora designada para a especialidade de Música.

5.8.5 A PPRM será formulada em uma Ficha de Avaliação que ficará à disposição dos membros da Banca Examinadora, onde, para cada quesito, serão estabelecidos os procedimentos, na ordem de execução, com o valor do grau máximo previsto na avaliação, caso estes sejam realizados corretamente.

5.8.5.1 A cada quesito avaliado, a Banca Examinadora fará constar, na Ficha de Avaliação, os comentários positivos e negativos sobre o conhecimento e a habilidade profissional demonstrados pelo candidato, bem como atribuirá o grau a que fez jus.

5.8.6 O grau atribuído à PPRM estará contido na escala de **0 (zero) a 10,0000 (dez)**, considerando-se até a casa décimo-millesimal.

5.8.7 A divulgação do resultado da PPRM de cada candidato será expressa por meio das menções “APROVADO” ou “NÃO APROVADO”.

5.8.8 Será considerado “APROVADO” na PPRM o candidato que obtiver grau igual ou superior a **5,0000 (cinco)** na Ficha de Avaliação.

5.8.9 Ao término da Prova, os membros da Banca Examinadora, na presença do candidato, procederão aos comentários sobre os diversos quesitos avaliados e os graus correspondentes, bem como darão ciência ao candidato da respectiva menção obtida na Prova. O processo de avaliação encerrar-se-á com a assinatura dos membros da Banca Examinadora e do avaliado na respectiva Ficha de Avaliação, a qual deverá ser encaminhada ao CIAAR. Quando a Ficha de Avaliação for composta de duas ou mais folhas, estas deverão ser rubricadas pelos membros da Banca Examinadora e pelo avaliado.

5.9 VALIDAÇÃO DOCUMENTAL

5.9.1 A Validação Documental será realizada por meio da análise e conferência da documentação prevista para matrícula no Estágio, quando deverão ser apresentados os **originais** de todos os documentos e entregue **1 (uma) cópia** de cada um deles, conforme alínea “q” do item **8.1**.

6 RECURSOS

6.1 INTERPOSIÇÃO

6.1.1 Será permitido ao candidato interpor **recurso/revisão** quanto à(ao):

- a) indeferimento da solicitação de inscrição;
- b) Análise/Parecer DESFAVORÁVEL da SECPG;
- c) formulação de questões das Provas Escritas (Gramática e Interpretação de Texto (GIT) e de Conhecimentos Especializados (CE)) e os seus respectivos gabaritos provisórios;
- d) graus atribuídos aos candidatos nas Provas Escritas (Gramática e Interpretação de Texto (GIT) e de Conhecimentos Especializados (CE));
- e) grau obtido na Redação;
- f) resultado obtido na INSPSAU;
- g) resultado obtido no EAP;
- h) resultado obtido no TACF;
- i) resultado obtido na PPRM; e
- j) Validação Documental.

6.1.2 Os prazos e as datas para interposições de recurso encontram-se estabelecidos no Calendário de Eventos e devem ser rigorosamente observados e cumpridos.

6.1.3 Serão de inteira responsabilidade do candidato a obtenção dos resultados, a solicitação dos recursos na página eletrônica do Exame, a remessa, a entrega e o envio de documentos aos órgãos previstos, bem como o fiel cumprimento dos procedimentos e prazos estabelecidos para a interposição de recurso.

6.1.4 Caso o candidato enfrente dificuldade durante o envio de solicitação de recurso eletrônico, deverá entrar em contato imediatamente com o CIAAR, ainda dentro do prazo previsto para tal.

6.1.5 Todos os recursos impetrados e remetidos ao CIAAR, conforme preconizado nestas Instruções Específicas, serão considerados e respondidos. A informação das soluções aos recursos julgados será divulgada nas páginas eletrônicas do certame.

6.1.6 Caso alguma divulgação ultrapasse a data prevista, o candidato disporá do mesmo prazo previsto originalmente para interpor seu recurso, a contar da data subsequente à da efetiva divulgação.

6.1.7 Para os recursos das alíneas “c” e “e” do subitem **6.1.1** (Formulação de Questões das Provas Escritas e da Redação), o candidato deverá preencher o Formulário de recurso, gerado pelo Sistema, disponível na página eletrônica do Exame. Durante o preenchimento, **no corpo do texto** do recurso, o candidato **não poderá se identificar**. Caso o candidato venha a se identificar, o recurso **não será aceito**. Depois de preenchido, o Formulário deverá ser impresso, assinado e remetido ao CIAAR, via SEDEX INDIVIDUAL, cujo remetente deve ser **o próprio candidato**, até o último dia previsto no Calendário de Eventos para cada recurso. O endereço para envio do SEDEX é:

**CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA
DIVISÃO DE CONCURSOS**

Av. Santa Rosa nº 10, Bairro Pampulha

CEP: 31270-750 – Belo Horizonte / MG

TEL: (31) 4009-5066; (31) 4009-5068

6.1.8 O recurso da alínea “d” do subitem **6.1.1** deverá ser preenchido na página eletrônica do Exame.

6.1.9 Cada candidato deverá encaminhar individualmente sua documentação. Não serão aceitos documentos enviados por mais de um candidato no mesmo envelope.

6.2 RECURSO QUANTO AO INDEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

6.2.1 Poderá requerer inscrição em grau de recurso, o candidato cuja solicitação de inscrição tenha sido indeferida pelo motivo do “não pagamento da taxa de inscrição”, “pagamento após o término do período de inscrição” ou ainda “pagamento da taxa de inscrição não compensado, por qualquer motivo”, desde que a referida taxa tenha sido paga dentro do prazo estabelecido e que tal pagamento possa ser comprovado.

6.2.2 Por ocasião da divulgação do indeferimento da solicitação de inscrição do candidato, será discriminado o motivo desse resultado, com o intuito de conhecer as razões desse indeferimento e, havendo interesse por parte do candidato, subsidiar seu recurso.

6.2.3 O Requerimento para inscrição em grau de recurso deverá ser preenchido **eletronicamente** pelo candidato, no endereço informado no subitem **1.4.2**, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos. O candidato deverá anexar a esse Requerimento cópia autenticada do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, permanecendo com o comprovante original, para verificação futura.

6.2.4 A solicitação de inscrição do candidato será indeferida definitivamente, impossibilitando sua participação no Exame de Seleção, nos casos em que:

- a) não comprovar o pagamento da taxa de inscrição dentro do período previsto; ou
- b) enviar o Requerimento para inscrição em grau de recurso fora do prazo previsto.

6.3 RECURSO QUANTO À ANÁLISE/PARECER DA SECPG

6.3.1 Caberá ao interessado, quando for o caso, interpor recurso quanto à Análise/Parecer da SECPG, por meio de Requerimento dirigido ao Exmo. Sr. Secretário da Comissão de Promoções de Graduados da Aeronáutica ou ao Exmo. Sr. Diretor da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP).

6.3.2 O Requerimento para recurso deverá ser remetido, administrativamente, à DIRAP, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.4 RECURSO QUANTO À FORMULAÇÃO DE QUESTÕES DAS PROVAS ESCRITAS E AOS SEUS RESPECTIVOS GABARITOS

6.4.1 Esses recursos deverão ser referentes às questões que o candidato entenda terem sido formuladas de maneira imprópria ou cujos gabaritos apresentem incorreções, não sendo analisados os recursos que incidam sobre outros aspectos ou que contrariem o estipulado nestas Instruções.

6.4.1.1 Os recursos deverão ser redigidos com base nos Conteúdos Programáticos e nas Bibliografias indicados no **Anexo B** destas Instruções.

6.4.1.2 Os recursos serão analisados por Bancas Examinadoras designadas para esse fim.

6.4.2 O candidato deverá elaborar os recursos, preenchendo o Formulário de recurso, gerado pelo Sistema, disponível na página eletrônica do Exame. Durante o preenchimento, no **corpo do texto** do recurso, o candidato **não poderá se identificar**. Caso o candidato venha a se identificar, o recurso **não será aceito**. Depois de preenchido, o Formulário deverá ser impresso, assinado e remetido ao CIAAR, via SEDEX INDIVIDUAL, cujo remetente deve ser **o próprio candidato**, até o último dia previsto no Calendário de Eventos para cada recurso. O endereço para envio do SEDEX consta no subitem **6.1.7**.

6.4.3 O candidato deverá utilizar **uma** FIFQ para cada questão em pauta ou gabarito.

6.4.4 Após o julgamento dos recursos interpostos pela Banca Examinadora, será divulgada a decisão exarada, de forma definitiva, bem como o gabarito oficial. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso ou revisão, sendo independente em suas decisões, razão pela qual **não** caberão recursos ou revisões adicionais.

6.4.4.1 A decisão exarada pela Banca Examinadora conterá a avaliação a respeito do que foi contestado pelo candidato e um Parecer final sobre a procedência do recurso.

6.4.5 Se, no julgamento do recurso, a Banca Examinadora considerar que o enunciado de uma questão foi formulado de forma imprópria, ou que contém mais de uma ou nenhuma resposta correta, a questão será anulada e os pontos que lhe são pertinentes serão atribuídos a **todos** os candidatos.

6.4.6 Se, no julgamento do recurso, a Banca Examinadora considerar que a resposta correta de uma questão difere da constante do gabarito divulgado provisoriamente, este sofrerá alterações, visando às correções necessárias.

6.4.7 Quando for constatado que a divulgação de um gabarito oficial foi apresentada com incorreções, a divulgação será tornada sem efeito e o gabarito anulado, sendo publicado um novo gabarito oficial, corrigindo o anterior.

6.4.7.1 A anulação de um gabarito oficial, devidamente justificada e divulgada, implicará a invalidação de todos os atos decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração por tal retificação.

6.4.8 Quando for constatado que a divulgação da relação nominal dos candidatos com seus resultados e respectivas Médias Parciais e Finais e/ou classificações foi apresentada com incorreção, a publicação será tornada **sem efeito**, sendo divulgada e publicada nova relação, corrigindo a anterior.

6.4.8.1 A anulação dos resultados obtidos pelos candidatos e das respectivas classificações implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito, ou pedido de reconsideração por tal retificação.

6.5 RECURSO QUANTO AOS GRAUS ATRIBUÍDOS AOS CANDIDATOS NAS PROVAS ESCRITAS

6.5.1 Os recursos quanto aos graus das Provas Escritas deverão ser referentes ao grau que o candidato entenda ter sido atribuído de maneira incorreta, tendo como base o gabarito oficial.

6.5.2 Os recursos deverão ser encaminhados eletronicamente pelo candidato, utilizando-se da Ficha de Solicitação de Revisão de Grau, disponível na página eletrônica do Exame, a partir da data em que for divulgado o resultado das Provas Escritas, dentro do período estabelecido no Calendário de Eventos.

6.5.3 Para fundamentar o recurso, o candidato deverá informar os graus e/ou a média que julga ter obtido nas Provas Escritas.

6.5.4 O CIAAR divulgará na página eletrônica do Exame os resultados dos recursos e os resultados finais das Provas Escritas, na data estabelecida no Calendário de Eventos. Após esses atos, **não** mais caberão quaisquer espécies de recursos ou revisões adicionais, por parte dos candidatos.

6.6 RECURSO QUANTO AO GRAU OBTIDO NA REDAÇÃO

6.6.1 O recurso quanto ao grau obtido na Redação somente será disponibilizado para os candidatos que tiverem a sua Redação corrigida, após a classificação divulgada com base na Média Parcial.

6.6.2 O recurso quanto ao grau obtido na Redação deverá ser, exclusivamente, referente aos erros que o candidato entenda terem sido apontados de maneira imprópria, ou conterem incorreções em seus respectivos pareceres, não sendo analisados os recursos que incidam sobre outros aspectos.

6.6.3 Não poderá ser interposto recurso quanto aos procedimentos de avaliação, os quais estão previamente normatizados nas presentes Instruções.

6.6.4 Será disponibilizado o Sistema informatizado na página eletrônica do CIAAR, na Intraer, durante o prazo previsto no Calendário de Eventos, para que o candidato faça seu recurso. Não há limite quanto ao número de recursos interpostos, mas cada recurso deverá ter, no máximo, 1000 (mil) caracteres para que seja considerado. Durante o preenchimento do recurso, caso o candidato venha a se identificar, o recurso não será aceito.

6.6.4.1 Após o preenchimento, o Formulário de recurso gerado pelo Sistema informatizado deverá ser impresso, assinado e remetido ao CIAAR, via SEDEX INDIVIDUAL, cujo remetente deve ser o **próprio candidato**, até o último dia previsto no Calendário de Eventos para cada recurso. O endereço para envio do SEDEX é:

**CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA
DIVISÃO DE CONCURSOS**

Av. Santa Rosa nº 10, Bairro Pampulha

CEP: 31270-750 – Belo Horizonte / MG

TEL: (31) 4009-5066; (31) 4009-5068

6.6.5 Caso sobrevenha algum fato impeditivo ou restritivo que afete o Sistema informatizado, o CIAAR padronizará e informará o procedimento alternativo a ser utilizado.

6.6.6 As redações, bem como as respectivas correções e notas, estarão disponíveis durante o período previsto para a realização dos recursos. Tal procedimento não é requisito obrigatório para a interposição de recurso.

6.6.7 A decisão da Banca Examinadora conterà os esclarecimentos a respeito do que foi contestado pelo candidato e a justificativa fundamentada sobre a avaliação. A Banca Examinadora, depois de julgar os recursos interpostos, divulgará individualmente e de forma definitiva a decisão exarada. A Banca Examinadora constitui **última instância** para recurso ou revisão, sendo independente em suas decisões, razão pela qual **não** caberão recursos ou revisões adicionais.

6.6.8 Quando for constatada que a divulgação dos resultados foi apresentada com incorreção, a divulgação será tornada sem efeito e a publicação dos resultados será anulada, sendo publicado novo resultado, corrigindo a divulgação anterior.

6.6.8.1 A anulação dos resultados implicará a anulação de todos os atos deles decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito, ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

6.6.9 Caberá ao CIAAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos, divulgar na Intraer o resultado da análise dos recursos e o resultado final da Redação. Após este ato, não caberá mais qualquer espécie de recurso, relacionado ao resultado da Redação, por parte dos candidatos.

6.7 RECURSO QUANTO À INSPEÇÃO DE SAÚDE

6.7.1 O candidato julgado “INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA” poderá solicitar a Inspeção de Saúde (INSPSAU), em grau de **recurso**, por meio da página eletrônica do Exame, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.7.2 Antes de requerer a INSPSAU em grau de recurso, o candidato deverá verificar o DIS, disponibilizado na página eletrônica deste Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, no qual consta o motivo da sua incapacitação.

6.7.2.1 Caso seja de interesse do candidato, outros laudos, exames ou Pareceres poderão ser apresentados no momento da INSPSAU em grau de recurso.

6.7.3 Caso o candidato reprovado em grau de recurso queira saber os motivos que levaram ao resultado de “INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA”, deverá buscar na Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA), onde realizou a inspeção, cópia da Ata da Inspeção de Saúde expedida pela Junta Superior de Saúde da Aeronáutica.

6.8 REVISÃO QUANTO AO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA, EM GRAU DE RECURSO

6.8.1 O candidato julgado “INAPTO” poderá solicitar a revisão do Exame de Aptidão Psicológica (EAP), em grau de recurso, por meio da página eletrônica deste Exame, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.8.2 A revisão do EAP, em grau de recurso, consistirá em uma nova apreciação dos resultados obtidos no processo de avaliação psicológica a que foi submetido o candidato, em primeira instância. Tal revisão será de responsabilidade do Conselho Técnico, composto por uma comissão de psicólogos do IPA, cuja atribuição é a emissão de Pareceres e de julgamentos finais de processos de avaliação psicológica.

6.8.3 Antes de requerer a revisão do EAP, o candidato deverá verificar o DIAP, disponibilizado na página eletrônica deste Exame, mediante senha pessoal a ser cadastrada pelo próprio candidato, no qual consta o motivo da sua inaptidão.

6.8.4 Não será permitida a realização de novo EAP para candidato considerado “INAPTO” no primeiro.

6.8.5 O candidato que, após a revisão do EAP, em grau de recurso, permanecer com a menção “INAPTO”, poderá solicitar Entrevista Informativa, por meio da página eletrônica deste Exame, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.8.6 A Entrevista supracitada será exclusivamente de caráter informativo, para atendimento à resolução do Conselho Federal de Psicologia, não sendo considerada como recurso.

6.8.7 A Entrevista Informativa será realizada no IPA, na cidade do Rio de Janeiro.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA**Av. Marechal Câmara, 233 - 8º Andar****CEP: 20020-080 – Rio de Janeiro – RJ****6.9 RECURSO QUANTO AO TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO**

6.9.1 O candidato julgado “NÃO APTO” poderá solicitar o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF), em grau de recurso, por meio de Requerimento (**Anexo G**), a ser dirigido ao Vice-Presidente da CDA.

6.9.2 Somente poderá requerer o TACF em grau de recurso o candidato que não tiver atingido o índice mínimo estabelecido em pelo menos um dos exercícios.

6.9.3 O recurso deverá ser entregue diretamente à Comissão Fiscalizadora, no mesmo dia e local da realização do TACF, imediatamente após haver recebido o resultado do Teste.

6.9.4 O TACF em grau de recurso será constituído de novo teste completo, com a realização de todos os exercícios previstos na ICA 54-2, divulgada nas páginas eletrônicas, constantes no subitem 1.4.2.

6.10 REVISÃO QUANTO À PROVA PRÁTICA DE REGÊNCIA MUSICAL EM GRAU DE RECURSO

6.10.1 O candidato “NÃO APROVADO” poderá requerer a revisão do resultado obtido na Prova Prática de Regência Musical (PPRM), em grau de recurso, por meio de Requerimento (**Anexo H**), a ser dirigido ao Comandante do CIAAR.

6.10.2 O recurso deverá ser preenchido e entregue pelo candidato ao Presidente da Comissão Fiscalizadora, imediatamente após o recebimento do resultado emitido pela Banca Examinadora.

6.10.3 A revisão do resultado obtido na PPRM, em grau de recurso, consistirá em uma verificação do desempenho obtido na avaliação prática a que foi submetido o candidato, em primeira instância.

6.10.4 Caberá ao CIAAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos, divulgar na Intraer os resultados dos recursos e os resultados finais da PPRM. Após esse ato, não mais caberão recursos ou revisões adicionais, relacionadas aos resultados da PPRM, por parte dos candidatos.

6.11 RECURSO DA VALIDAÇÃO DOCUMENTAL

6.11.1 O candidato que tiver a documentação rejeitada, na etapa de Validação Documental, poderá solicitar recurso ao término de sua conferência, por meio de Formulário próprio, constante do **Anexo J** (disponibilizado no momento da divulgação do resultado), dirigido ao Comandante do CIAAR, e terá **2 (dois) dias úteis** para a solução do problema.

7 RESULTADO FINAL DO EXAME

7.1 Será considerado em condições de ser apreciado pela Junta Especial de Avaliação (JEA), para Habilitação à Matrícula nas vagas existentes, o candidato que atender a todas as condições que se seguem:

- a) nas Provas Escritas, for considerado “COM APROVEITAMENTO” tendo para isso obtido grau igual ou superior a **6,0000 (seis)** na MF do Exame e grau mínimo **5,0000 (cinco)** em cada uma das Provas Escritas e na Redação;
- b) na Avaliação/Parecer da SECPG, obtiver Parecer “FAVORÁVEL”;
- c) na INSPSAU, no EAP e no TACF, for considerado “APTO”; e
- d) na PPRM for considerado “APROVADO” (candidato da especialidade Música).

7.2 Serão selecionados para Habilitação à Matrícula no EAOF 2016, os candidatos aprovados (em todas as etapas do Exame) e que forem classificados dentro do número de vagas fixadas por especialidade do QOEA, considerando a ordem decrescente de suas Médias Finais, os critérios de desempate e a homologação da JEA, que consolidará, pelo Mapa e pela Ata, a relação nominal dos candidatos aprovados e selecionados para a Habilitação à Matrícula.

7.2.1 A Habilitação à Matrícula se dará em data prevista no Calendário de Eventos, durante a Concentração Final e nos dias subsequentes a esta, conforme o andamento dos trabalhos de verificação de atendimento às condições para matrícula no Estágio, após solução do recurso apresentado.

7.3 Os candidatos de que trata o item **7.2** somente estarão habilitados à Matrícula se atenderem a todas as exigências previstas no **Capítulo 8** destas Instruções.

7.4 A JEA também selecionará os candidatos excedentes, considerando as vagas a que concorrem, a ordem decrescente de suas MF e o critério de desempate.

7.5 O candidato aprovado em todas as etapas do Exame, mas não classificado no número de vagas existentes, será considerado **excedente**, até a data de validade do Exame.

7.5.1 A listagem de candidatos excedentes tem por finalidade permitir a convocação imediata, destinada ao preenchimento de vagas não completadas em razão de alguma eventual desistência ou não Habilitação à Matrícula, desde que tal convocação se dê dentro da validade do Exame.

7.5.1.1 Ao candidato excedente que for selecionado pela JEA fica assegurada apenas a expectativa de direito de ser convocado para a Habilitação à Matrícula no EAOF 2016. Essa condição cessa com o término da validade deste Exame.

7.5.1.2 O candidato excedente que for convocado para Habilitação à Matrícula terá **03 (três) dias úteis**, a contar da data subsequente à de convocação, para se apresentar no CIAAR, pronto para atender a todas as exigências previstas no **Capítulo 8**.

7.5.2 O candidato deverá manter atualizado o seu endereço e telefone junto à Divisão de Concursos do CIAAR, enquanto estiver participando do Exame, enviando mensagem eletrônica com o título: “Exame – atualização de Dados” ao e-mail “sac@ciaar.aer.mil.br” e receber resposta confirmando a atualização do banco de dados. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus Dados.

7.6 A Ordem de Matrícula será expedida pelo Diretor-Geral do DEPENS, devendo ser expedida após a homologação do Mapa e da Ata da Junta Especial de Avaliação (JEA).

7.7 A matrícula dos candidatos, a ser efetivada por ato do Comandante do CIAAR, somente ocorrerá depois de recebida a Ordem de Matrícula do DEPENS e cumpridas as exigências previstas para matrícula, dentro dos prazos estabelecidos.

7.7.1 O não cumprimento, por parte do candidato, das exigências para a efetivação da matrícula, dentro dos prazos estabelecidos, implicará o cancelamento da sua Ordem de Matrícula e sua exclusão do Exame.

8 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

8.1 Estará habilitado à Matrícula no ES EAOF 2016, o candidato que atender a todas as condições a seguir:

- a) ser brasileiro nato, nos termos do Art. 12, inciso I, da Constituição Federativa do Brasil.
- b) ter cumprido no momento da inscrição e continuar a cumprir até a data da matrícula, todas as condições previstas para inscrição deste Exame (subitem **3.1.1**);

- c) ter sido aprovado em todas as etapas do Exame (estabelecidas no subitem **5.1.1**), mantendo-se “APTO” no TACF, no EAP e na INSPSAU até a data da Matrícula, e ainda estar classificado dentro do número de vagas e selecionado pela JEA;
- d) se Suboficial do QSS ou do QFG, não completar 54 (cinquenta e quatro) anos de idade, até a conclusão do Estágio;
- e) se Primeiro-Sargento do QSS ou do QFG, não completar 52 (cinquenta e dois) anos de idade, até a conclusão do Estágio;
- f) ter concluído, com aproveitamento, o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS);
- g) estar classificado no mínimo no comportamento “Bom”;
- h) não estar respondendo a Processo Criminal na Justiça Militar ou Comum;
- i) não estar cumprindo pena por Crime Comum, Militar ou Eleitoral, nem estar submetido à medida de segurança;
- j) não realizar ato ou estar envolvido em fato que implique alteração do Parecer “FAVORÁVEL”, obtido na Avaliação da SECPG realizada para este Exame;
- k) não ter sido, nos últimos **5 (cinco) anos**, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, punido por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera do governo, em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso;
- l) não ter sido, nos últimos **5 (cinco) anos**, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado;
- m) ter Parecer “FAVORÁVEL” da Secretaria da Comissão de Promoções de Graduados (SECPG);
- n) estar quite com as obrigações eleitorais;
- o) estar quite com as obrigações militares (se do sexo masculino);
- p) não estar a candidata grávida, desde a Inspeção de Saúde do Exame até a data prevista para a Matrícula;
- q) apresentar-se no CIAAR na data prevista para a Concentração Final, portando **os originais e 1 (uma) cópia** simples de cada documento que segue:
 - 1 – Certidão de Nascimento ou Casamento ou Contrato de União Estável;
 - 2 – Documento de identificação oficial original, com foto, de forma a permitir com clareza a sua identificação;
 - 3 – Certidão de Quitação Eleitoral regularizada, (obtida na página do Tribunal Superior Eleitoral: <www.tse.jus.br>);
 - 4 – Certidão Negativa ou Atestado de Antecedentes Criminais, que tenha sido emitido em **até 90 (noventa) dias** antes da Concentração Final, fornecido pela:
 - **Polícia Federal:** o candidato poderá conseguir este documento na página do Departamento de Polícia Federal <www.dpf.gov.br>;
 - **Justiça Militar da União:** o candidato poderá conseguir este documento na página do Superior Tribunal Militar <www.stm.jus.br>; e
 - **Justiça Estadual ou Distrital:** referente ao(s) domicílio(s) que residiu nos últimos **5 (cinco) anos**, expedida há, no máximo, **6 (seis) meses**. O candidato deverá verificar junto ao Fórum, órgão de segurança pública e/ou de identificação ou Polícia Civil como conseguir este documento.

5 – Ofício de apresentação da OM de origem (**Anexo K**), com a homologação do Comandante, Chefe ou Diretor da OM, por meio das informações referentes ao atendimento das condições previstas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 8.1.

8.2 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

8.3 Se o candidato deixar de entregar algum dos documentos previstos no item 8.1, ou entregá-lo com discrepância citada no item 8.2, somente será matriculado se sanar o problema até a data prevista para a solução do recurso apresentado.

8.4 A constatação, a qualquer tempo, de omissão, falta de veracidade em documento ou informação fornecida pelo candidato implicará a anulação da sua matrícula, bem como de todos os atos dela decorrentes, independentemente das medidas administrativas e sanções previstas na legislação em vigor.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS

9.1.1 As despesas relativas a transporte, alimentação e estada para a participação nas diversas etapas do processo seletivo correrão por conta do candidato, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados do Exame tiverem que ser cancelados, repetidos ou postergados.

9.1.2 O candidato, na situação de aprovado e classificado dentro do número de vagas e selecionado pela JEA, fará jus aos direitos remuneratórios previstos, na forma da legislação vigente, relativos à matrícula e realização do Estágio.

9.1.2.1 O candidato que receber Ordem de Matrícula **não** deverá ser desligado de sua Organização de origem. Deverá apresentar-se no CIAAR, passando à situação de adido a essa Organização de Ensino.

9.1.3 Os locais, dias e horários em que os candidatos deverão apresentar-se para a realização da INSPSAU, do EAP, do TACF e da PPRM, incluídos os seus recursos, caso não estejam fixados no Calendário de Eventos, serão estabelecidos pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora durante a Concentração Intermediária ou divulgados pela página eletrônica do Exame.

9.1.3.1 Os períodos previstos no Calendário de Eventos para a realização dessas etapas destinam-se à melhor adequação e organização do certame, de modo que, uma vez informados os dias, horários e locais de cada etapa, essas informações tornam-se vinculantes e será compulsório o comparecimento do candidato.

9.1.4 Os locais de realização de todas as etapas, inclusive a área de realização das Provas Escritas, da INSPSAU, do EAP, do TACF e da PPRM terão a entrada restrita aos candidatos, membros da Banca Examinadora e da Comissão Fiscalizadora.

9.1.5 O não comparecimento do candidato aos locais dos eventos, dentro dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos (ou divulgados pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora ou na página eletrônica do Exame), implicará sua falta e, em consequência, sua exclusão do certame.

9.1.6 O candidato que estiver portando **arma de qualquer espécie** será impedido de adentrar aos locais dos eventos deste Exame, ainda que detenha autorização para o respectivo porte ou mesmo estando uniformizado e/ou de serviço.

9.2 IDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

9.2.1 O candidato **deverá** portar o seu documento de identificação oficial original, com foto, em todos os eventos do Exame, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas.

9.2.1.1 Serão aceitos como Documentos de Identificação: Carteiras de Identidade (expedidas por Comando Militar, Secretaria de Segurança Pública ou de Defesa Social, Ministério da Justiça, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar); carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); Passaporte Brasileiro; Carteira Funcional do Ministério Público ou expedida por Órgão Público que, por lei federal, valha como Identidade; Certificado de Reservista, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo **com foto**).

9.2.1.2 Não serão aceitos como Documentos de Identificação: Certidão de Nascimento ou de Casamento ou Contrato de União Estável; Título de Eleitor; Carteira Nacional de Habilitação (Carteira de Motorista - modelo **sem foto**); Carteira de estudante; cartão do Cadastro de Pessoa Física (CPF); Certificado de Alistamento Militar (CAM); Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI); carteira de clube ou de entidade de classe; crachá funcional, ou quaisquer outros documentos não constantes destas Instruções.

9.2.1.3 Não serão aceitos documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados, cópias de documentos (mesmo que autenticadas) e nem protocolo de documento em processo de expedição ou renovação. Os documentos deverão permitir com clareza a identificação do candidato.

9.2.1.4 A Comissão Fiscalizadora poderá, com a finalidade de verificação da autenticidade da identificação de qualquer candidato, efetuar a coleta de dados, de assinaturas, da impressão digital de fotografia e/ou filmagem dos candidatos nos eventos deste Exame.

9.2.2 O candidato que não portar documento de identificação oficial original no dia das Provas Escritas, ou em qualquer etapa do Exame, por motivo de perda, roubo, furto ou extravio dos documentos pessoais pode apresentar Boletim de Ocorrência Policial que tenha expedido há, no máximo, **30 (trinta) dias** e participar da etapa correspondente, devendo a Comissão Fiscalizadora realizar identificação especial, conforme previsto nessas Instruções Específicas e solicitar ao candidato que escreva, de próprio punho, o seguinte texto: *“Eu, NOME COMPLETO DO CANDIDATO, CPF, filho de NOME DO PAI e NOME DA MÃE, declaro, sob as penas da lei, que sou candidato do EXAME e estou de livre e espontânea vontade fazendo essa Declaração, de próprio punho, para posterior confirmação da minha identidade e prosseguimento no certame. LOCAL, DATA e ASSINATURA DO CANDIDATO”*, registrando o fato em Ata, junto com a identificação de **2 (duas)** Testemunhas, de modo a poder ser processada a confirmação da identidade, posteriormente.

9.2.2.1 O candidato será autorizado a realizar a etapa do certame, após esses procedimentos e com a entrega do Boletim de Ocorrência, para ser anexado aos Documentos da Comissão Fiscalizadora.

9.2.3 O candidato que **não** apresentar documento de identificação oficial original (conforme definido nestas Instruções), nem se enquadrar no disposto no subitem **9.2.2**, **não** poderá participar da etapa correspondente, pela absoluta impossibilidade de comprovação da veracidade da Identificação e por questão de segurança do certame.

9.3 UNIFORME E TRAJE

9.3.1 Para os eventos deste certame realizados em Organizações Militares (incluindo Colégios Militares), o candidato deverá comparecer uniformizado obrigatoriamente, em acordo com o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica (RUMAER).

9.3.1.1 O candidato que descumprir o subitem anterior, ou seja, não comparecer uniformizado, prosseguirá no certame, porém, por tratar-se de transgressão disciplinar, o fato será comunicado ao seu Comandante, Chefe ou Diretor.

9.3.2 Para os eventos do Exame realizados em instituições civis, o candidato poderá comparecer em traje civil ou uniformizado.

9.3.3 Em qualquer situação ou local, todos os candidatos deverão sempre trajar roupa condizente com o ambiente.

9.4 EXCLUSÃO DO EXAME

9.4.1 Será excluído do Exame o candidato que:

- a) não obtiver aproveitamento nas Provas Escritas e na Redação;
- b) não atingir o grau mínimo exigido na MF;
- c) obtiver Parecer desfavorável da SECPG;
- d) não for convocado para a Concentração Intermediária;
- e) não for considerado “APTO” na INSPSAU, no EAP e no TACF;
- f) não for considerado “APROVADO” na PPRM;
- g) não atingir os resultados previstos nestas Instruções, após a solução dos recursos apresentados; e/ou
- h) deixar de cumprir qualquer item estabelecido nestas Instruções.

9.4.2 Será excluído do Exame, por ato do Comandante do CIAAR ou por ato do Presidente da Comissão Fiscalizadora, nos casos concretos que exijam intervenção imediata, com registro em ata e posterior homologação pelo Comandante do CIAAR, sem prejuízo das medidas administrativas e legais previstas, o candidato que proceder de acordo com qualquer uma das alíneas que se seguem:

- a) burlar ou tentar burlar qualquer uma das normas para a realização das Provas Escritas, da INSPSAU, do EAP, do TACF, da PPRM definidas nestas Instruções ou em Instruções Orientadoras do Exame que vierem a ser dirigidas ao candidato;
- b) portar, junto ao corpo ou sobre a mesa, durante a realização das Provas Escritas e de modo a se enquadrar em alguma das condutas não autorizadas, óculos escuros, telefone celular, relógio de qualquer tipo, gorro, “bibico”, luvas, cachecol, lenço ou faixa de cabelo, chapéu, boné ou similares, bolsa, mochila, pochete, lápis, lapiseira, borracha, caneta de material não transparente, livros, manuais, impressos, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações (inclusive o Cartão de Inscrição), calculadora, protetores auriculares, uso de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registros eletrônicos, e/ou quaisquer dispositivos, bem como, aparelhos eletroeletrônicos que recebam, transmitam e também armazenem informações;
- c) adentrar no Setor de Provas portando arma de qualquer espécie, ainda que detenha Autorização para o respectivo porte ou mesmo estando uniformizado e/ou de serviço;
- d) utilizar-se ou tentar utilizar-se de meios fraudulentos ou ilegais, bem como praticar ou tentar praticar ato de indisciplina durante a realização de qualquer atividade referente ao Exame;
- e) fazer, durante as Provas Escritas e na PPRM, qualquer anotação em local/Setor que não seja o próprio Caderno de Questões;
- f) fazer uso ou consulta, durante as Provas Escritas e na PPRM, de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos, papéis ou quaisquer anotações;
- g) recusar-se a entregar o Caderno de Questões, caso decida ausentar-se do local/Setor das Provas Escritas antes do término do tempo oficial previsto para levá-lo;

- h) tentar marcar no Cartão de Respostas ou fazer anotação no Caderno de Questões após o comunicado do encerramento do tempo oficial, previsto para a realização das Provas Escritas, após ter sido advertido por membro da Comissão Fiscalizadora para interromper o ato de marcar resposta ou de fazer anotação;
- i) dar ou receber auxílio para a realização das Provas Escritas;
- j) deixar de assinar o Cartão de Respostas das Provas Escritas no local para isso reservado;
- k) ausentar-se do Setor das Provas Escritas, durante ou após o seu período de realização, portando o Cartão de Respostas, sua Folha de Redação ou qualquer folha de respostas que lhe tenha sido entregue;
- l) desrespeitar qualquer membro da Comissão Fiscalizadora ou outro candidato;
- m) deixar de acatar determinação emanada de membro da Comissão Fiscalizadora;
- n) deixar de comparecer ou chegar atrasado aos locais designados nos dias e horários determinados para as Provas Escritas, de todas as etapas do Exame e dos seus recursos, quando aplicável;
- o) não apresentar o documento de identificação oficial original, previsto nestas Instruções ou recusar a submeter-se ao processo de identificação por meio de coleta de dados da impressão digital, de assinatura, de fotografia, ou de filmagem por ocasião de qualquer etapa do Exame;
- p) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para Matrícula, nos prazos determinados, ou apresentá-los contendo discrepâncias que não venham a ser sanadas até as datas limites previstas;
- q) deixar de cumprir qualquer uma das exigências previstas nas condições para inscrição ou Matrícula;
- r) praticar falsidade ideológica, constatada em qualquer momento do Exame;
- s) desistir voluntariamente em qualquer etapa do Exame; e/ou
- t) deixar de apresentar-se no CIAAR na data prevista para matrícula e início do Estágio, passando a ser considerado candidato desistente, no caso de candidato titular e, no caso de candidato excedente, até o dia e horário estabelecido por ocasião de sua convocação.

9.5 VALIDADE DO EXAME

9.5.1 O prazo de validade do ES EAOF 2016 expirar-se-á em **04 (quatro) dias corridos** após a data prevista para a Matrícula.

9.5.2 Os resultados obtidos pelos candidatos em todas as etapas do Exame de Seleção somente terão validade para a matrícula no EAOF 2016.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Não cabe compensação, reparação ou indenização, pecuniária ou não, em função de indeferimento de inscrição, reprovação nas etapas do Exame, cancelamento de matrícula, exclusão do certame, anulação de ato ou não aproveitamento por falta de vagas, em cumprimento às condições estabelecidas nas presentes Instruções.

10.2 A Aeronáutica não possui vínculo com qualquer Curso ou escola preparatória, nem sugere ou se responsabiliza por material didático comercializado por professores ou instituições de ensino.

10.3 Ao Diretor-Geral do DEPENS caberá:

- a) anular este Exame, no todo ou em parte, em todo o País ou em determinadas localidades, quando houver grave indício de quebra de sigilo, cometimento de irregularidades durante a realização de qualquer evento de caráter seletivo e/ou classificatório, e quando ocorrer fato incompatível com estas Instruções ou que impossibilite o seu cumprimento;
- b) determinar retificação de ato equivocado, anulando e tornando sem efeito todas as consequências por ele produzidas e, em seguida, providenciar a correção e a divulgação com os novos resultados, dando ampla publicidade de todas as ações, com as devidas explicações e respectivas motivações que produziram as alterações; e
- c) dar solução aos casos omissos nestas Instruções.

10.4 Em caso excepcional de mudança no Calendário de Eventos, por motivo de força maior ou decisão judicial, o DEPENS reserva-se o direito de reprogramar o mencionado calendário conforme a disponibilidade e a conveniência da Administração, ficando implícita a aceitação dos candidatos às novas datas, a serem oportunamente divulgadas.

10.5 Em caso excepcional de alteração na divulgação de algum resultado (conforme especificado na alínea “b” do item **10.3**), não cabe qualquer pedido de reconsideração referente ao ato anulado, pois dele não se originam direitos, uma vez que este estará eivado de vício, que o torna ilegal e carente de ser retificado.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Diretor-Geral do DEPENS

Anexo A – Siglas e Vocábulo

BCA	- Boletim do Comando da Aeronáutica
CDA	- Comissão de Desportos da Aeronáutica
CEMAL	- Centro de Medicina Aeroespacial
CENDOC	- Centro de Documentação da Aeronáutica
CF	- Comissão Fiscalizadora
CIAAR	- Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CINDACTA	- Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COMAER	- Comando da Aeronáutica
COMAR	- Comando Aéreo Regional
COMGEP	- Comando-Geral do Pessoal
DEPENS	- Departamento de Ensino da Aeronáutica
DIAP	- Documento de Informação de Aptidão Psicológica
DIRSA	- Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DIS	- Documento de Informação de Saúde
DOU	- Diário Oficial da União
EAOF	- Estágio de Adaptação ao Oficialato
EAP	- Exame de Aptidão Psicológica
ECT	- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FIFQ	- Ficha Informativa sobre Formulação de Questão
FSI	- Formulário de Solicitação de Inscrição
ICA	- Instrução do Comando da Aeronáutica
IE/ES	- Instruções Específicas do Exame de Seleção
INCAER	- Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
INSPSAU	- Inspeção de Saúde
IPA	- Instituto de Psicologia da Aeronáutica
JEA	- Junta Especial de Avaliação
LOCAL	- Endereço onde ocorrerá determinado Evento
LOCALIDADE	- Cidade
OE	- Organização de Ensino
OM	- Organização Militar
OMAP	- Organização Militar de Apoio
PPRM	- Prova Prática de Regência Musical
RUMAER	- Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica
SECPG	- Secretaria da Comissão de Promoções de Graduados
SERENS	- Serviço Regional de Ensino
TACF	- Teste de Avaliação do Condicionamento Físico

Anexo B – Conteúdos Programáticos e Bibliografias**1 EXAME DE ESCOLARIDADE****1.1 GRAMÁTICA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (GIT)**

1.1.1 Compreensão e Interpretação de texto: informações literais e inferências possíveis. Ponto de vista do autor.

1.1.2 Significação contextual de das palavras e expressões. Relações entre ideias e recursos de coesão.

1.1.3 Divisão silábica. Acentuação gráfica. Ortografia. Morfologia. Emprego das Classes de palavras – classificação, flexão e emprego: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

1.1.4 Vozes verbais.

1.1.5 Sintaxe: Análise sintática da Oração. Análise sintática do e Período.

1.1.6 Pontuação. Regência: Nominal e Verbal. Concordância: Nominal e Verbal. Emprego do indicativo de Estudo da crase.

1.1.7 Colocação pronominal.

1.1.8 Semântica e estilística: Sinonímia e polissemia. Denotação e conotação.

1.1.9 Funções da linguagem.

1.1.10 Tipologia e gêneros textuais.

1.1.11 BIBLIOGRAFIA

1.1.11.1 AQUINO, Renato. **Interpretação de Textos:** teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.

1.1.11.2 BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa:** atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

1.1.11.3 CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa:** novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

1.1.11.4 CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva:** texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).

1.1.11.5 CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar; CLETO Ciley. **Interpretação de textos:** construindo competências e habilidades em leitura. Ensino Médio. 2. ed. São Paulo: Atual, 2012. 304p.

1.1.11.6 CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa.** Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

1.1.11.7 COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e Textualidade.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 133p.

1.1.11.8 CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

1.1.11.9 GARCIA, Othon Moacyr et al. **Comunicação em prosa moderna:** aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 548p. (Atualizada com a nova ortografia da Língua Portuguesa).

1.1.11.10 KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.

1.1.11.11 MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.

1.1.11.12 PIMENTEL, Carlos. **Redação Descomplicada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 192p. (Nova ortografia).

1.1.11.13 SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática completa Sacconi: teoria e prática**. 31. ed. São Paulo: Nova Geração Gram. 2011. 592p.

2 CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

2.1 REGULAMENTOS (COMUM A TODAS AS ESPECIALIDADES)

2.1.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior das Forças Armadas. Portaria nº 1.270/GC3, de 3 de novembro de 2005. Aprova a edição do **RCA 34-1 “Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER)”**. Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2005. Brasília, DF, 2005.

2.1.2 BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Decreto nº 76.322**, de 22 de setembro de 1975. Aprova o **Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER)**. Diário Oficial da União de 23 de setembro de 1975. Brasília, DF, 1975.

2.1.3 BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA). **Portaria nº 2.189/GC3**, de 29 de dezembro de 2014. Aprova a reedição do **Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA) - RCA 12-1**. Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2014. Brasília, DF, 2014. BCA nº 64, de 07 de abril de 2015.

2.1.4 BRASIL. **Lei nº 6.880**, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o **Estatuto dos Militares**. Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1981. Brasília, DF, 1981.

2.1.5 BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 660/MD**, de 19 de maio de 2009. Aprova o **Regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – RCONT**. Diário Oficial da União de 21 de maio de 2009. Brasília, DF, 2009.

2.1.6 BRASIL. **Portaria Normativa nº 849/MD**, de 04 de abril de 2013. Altera os arts. 45, 81, 83, 92, 100, 104, 110, 111, 124, 133, 136, 148 e 201 da Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009, que aprova o **Regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – RCONT**. Diário Oficial da União de 21 de maio de 2009. Brasília, DF, 2009.

2.1.7 BRASIL. **Lei nº 13.109**, de 25 de março de 2015. Dispõe sobre a **licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas**. Diário Oficial da União de 26 de março de 2015. Brasília, DF.

2.1.8 BRASIL. **Portaria nº 782/GC3**, de 10 de novembro de 2010. Aprova a **regulamentação da sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação da punição disciplinar**. Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), nº 193, de 15 de outubro de 2009. Brasília, DF.

2.2 AERONAVES (QOEA ANV)

2.2.1 Corrosão: Pilhas Eletroquímicas. Formas de Corrosão. Mecanismos básicos. Meios corrosivos. Corrosão galvânica. Corrosão eletrolítica. Revestimentos: limpeza e preparo de superfície. Revestimentos não-metálicos inorgânicos.

2.2.2 Motores a Reação: Princípios básicos de um motor a reação. Tipos de motores a reação. Componentes dos reatores. Sistemas de um motor a reação. Comandos e instrumentos dos motores a reação. Operação do motor a reação. Noções básicas de manutenção.

2.2.3 Eletricidade Básica: Lei de Ohm e potência. Circuitos série de corrente contínua. Circuitos paralelos de corrente contínua. Baterias. Geradores e motores de corrente contínua. Princípios da corrente alternada. Indutância, reatância indutiva e circuitos indutivos. Capacitância, reatância capacitiva e circuitos.

2.2.4 Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica: Disposições preliminares. Classificação das Publicações Oficiais. Elaboração. Alteração. Numeração. Registro. Divulgação.

2.2.5 Hélices de Aeronaves: Aerodinâmica para hélices. Hélices de aviação. Nomenclatura básica. Forças atuantes. Tipos de hélice. Ângulos de operação. Reparo de pás de hélices metálicas. Tipos de ligas e cortes existentes nas pás. Causas que determinam reparos nas pás. Governador de velocidade constante. Nomenclatura, funcionamento e inspeções. Hélice sem contrapeso. Verificação do ângulo das pás. Hélice com contrapeso. Hélice de contrapeso e molas de embandeiramento. Nomenclatura e função das peças. Generalidades. Funcionamento. Hélice hidromática. Generalidades. Conjunto da hélice. Funcionamento do esquema hidráulico.

2.2.6 Instrumentos de Aeronaves: Instrumentos mecânicos. Instrumentos elétricos. Instrumentos giroscópicos. Instrumentos digitais.

2.2.7 Aerodinâmica e Teoria de Voo: Geometria do avião. Escoamento. Forças aerodinâmicas. Dispositivos hipersustentadores. Voo horizontal. Voo planado. Voo ascendente. Comandos de voo. Voo em curva. Cargas dinâmicas. Decolagem e pouso. Estabilidade longitudinal. Estabilidade lateral. Estabilidade direcional. Parafusos. Teoria de voo de alta velocidade.

2.2.8 Helicóptero: O helicóptero e suas partes. Aerodinâmica. Aerodinâmica dos rotores. Eixos imaginários. Características aerodinâmicas das aeronaves de asas rotativas. Comandos de voo. Estrutura.

2.2.9 Princípios de Ciência dos Materiais: Características exigidas nos materiais usados em engenharia. Fases metálicas e suas propriedades. Metais monofásicos. Deformação dos metais. Ruptura dos metais. Materiais orgânicos e suas propriedades. Mecanismos de polimerização. Estrutura dos polímeros. Deformação dos polímeros. Comportamento dos polímeros. Materiais compostos. Materiais aglomerados. Modificações da superfície. Materiais reforçados.

2.2.10 BIBLIOGRAFIA

2.2.10.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica - **NSCA 5-1** Brasília, 2011.

2.2.10.2 BRASIL. Instrumentos de Aeronaves: BMA / CFS. Guaratinguetá: EEAR, 2012. (Módulo único).

2.2.10.3 BRASIL. Hélices de Aeronaves: BMA / CFS. Guaratinguetá: EEAR, 2011. vol. 1.

2.2.10.4 BRASIL. Hélices de Aeronaves: BMA / CFS. Guaratinguetá: EEAR, 2011. vol. 2.

2.2.10.5 HOMA, Jorge M.. Aerodinâmica e Teoria de Voo. 21.ed. São Paulo: Asa, 2002. 120p.

2.2.10.6 GENTIL, Vicente. Corrosão. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 353p.

2.2.10.7 GUSSOW, Milton. Eletricidade Básica. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997. 639p.

2.2.10.8 PALHARINI, Marcos J. A.. Motores a Reação. 12. ed. São Paulo: Bianch Pilot Training, 2014. 124p.

2.2.10.9 SILVA, Paulo Rodrigues da. Helicóptero Conhecimentos Técnicos Noções Fundamentais. São Paulo: ASA, 2006.

2.2.10.10 VLACK, Lawrence H. Van. Princípios de Ciência dos Materiais. São Paulo: Blucher, 2012. 427p.

2.3 ARMAMENTO (QOEA ARM)

2.3.1 Princípios de Armamento: Termos técnicos. Definição e Classificação das armas de fogo. Estudo dos canos lisos e raiados. Armas de Fogo: condições gerais e particulares. Armas aéreas. Elementos de influência no tiro. Princípios que determinam a construção das armas de fogo. Balística. Tecnologia e metrologia. Noções de giroscópio.

2.3.2 Armas Portáteis: regras básicas de segurança. Pistola Taurus cal. 9 mm modelo PT-92. Pistola IMBEL 9 mm modelo M-973. Submetralhadora Taurus 9 mm modelo MT-12. Fuzil HK-33 cal. 5,56 mm. Estande de Tiro: Utilização e seguranças e manutenção.

2.3.3 Explosivos e Cartuchos. Explosivos: definições. Composição dos explosivos. Características dos explosivos. Explosões. Explosivos iniciadores. Explosivos rompedores. Explosivos propulsores. Cartuchos: designação de modelos. Divisão dos cartuchos. Munição do calibre .50”. Munição do calibre .22”. Munições “NATO”. Artíficos pirotécnicos. Regras de consumo e substituição. Experiência. Munição calibre 20mm; e munição calibre 30mm. Granadas: generalidades. Cargas das granadas. Granadas de mão. Granadas de fuzil. Emprego das granadas. Técnica de lançamento e segurança.

2.3.4 Bombas e Espoletas: bombas de aviação: definição e componentes. Classificação e efeitos de uma bomba. Cadeias explosivas. Tipos de bomba. Bombas não-guiadas. Bombas guiadas. Bombas especiais. Kit Lizard. Espoletas de bombas: generalidades. Espoleta de ogiva mecânica M904. Espoleta de cauda mecânica M905. Pods e Iluminadores: FLIR e Rafael Litening III.

2.3.5 Segurança de Explosivos: Princípios básicos de segurança. Classificação, identificação e compatibilidade de explosivos e munições. Instalações bélicas e condições de armazenagem.

2.3.6 BIBLIOGRAFIA

2.3.6.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Segurança de explosivos - MCA 135-2.** Rio de Janeiro, DIRMAB, 2012.

2.3.6.2 BRASIL. **Armas Portáteis.** Guaratinguetá, EEAR - BMB - CFS, 2012. v. único.

2.3.6.3 BRASIL. **Bombas e espoletas.** Guaratinguetá, EEAR - BMB - CFS, 2012.

2.3.6.4 BRASIL. **Explosivos e cartuchos.** Guaratinguetá, EEAR - BMB - CFS, 2011.

2.3.6.5 BRASIL. **Princípios de armamento.** Guaratinguetá: EEAR - BMB - CFS, 2011. v. único.

2.4 BOMBEIRO DA AERONÁUTICA (QOEA BBA)

2.4.1 Teorias Contraincêndio: Fundamentos básicos. Elementos essenciais do fogo. Combustão. Fases do incêndio. Métodos de extinção do fogo. Classificação dos incêndios. Leitura complementar.

2.4.2 Prevenção Contraincêndio: Prevenção contraincêndio. Fatores que podem contribuir na prevenção contraincêndio.

2.4.3 Extintores de Incêndio: História dos extintores de incêndio. Extintores de incêndio.

2.4.4 Agentes Extintores: Agentes extintores. Agentes extintores mais utilizados; espuma; pós químicos; agentes extintores gasosos. Tabela de aplicação de agentes extintores.

2.4.5 Superestrutura Básica de viaturas de bombeiro: Características básicas. Superestruturas. Noções de hidráulica e Pneumática.

2.4.6 Manutenção Preventiva de viaturas de bombeiro: Manutenção de viaturas. sistema propulsor ou motor; sistema elétrico; sistema de freio; sistema de transmissão; suspensão; sistema de direção; carroceria; verificações.

2.4.7 Nível de Proteção de Salvamento e Contraincêndio em Aeródromos do Comando da Aeronáutica: Siglas e abreviaturas; conceituações. Nível de proteção contraincêndio necessário; nível de proteção existente; e responsabilidades.

2.4.8 Organização e Funcionamento dos Serviços de Salvamento e Contraincêndio em Aeródromos: Atividades principais. Atividades acessórias. Área de atuação. Equipamentos especiais. Agentes extintores. Equipagens dos CCI. Qualificação do pessoal. Treinamento; estrutura funcional. Organograma do SESCINC. Atribuições principais. Instalações. Procedimentos recomendados. Escala de serviço. Procedimentos durante o serviço. Cuidados com o CCI. Programa de instrução. Controle e estocagem de material. Controle e manutenção de extintores de incêndio. Relatórios de acidentes. Disposições gerais. Compatibilização de estruturas apoio técnico. Área de treinamento. Definição e finalidade. Descrição das oficinas; tanque; cruz; lagarta; maracanã; bumerangue; e área para treinamento com viaturas.

2.4.9 Organização e Funcionamento do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Edificações do Comando da Aeronáutica: Disposições preliminares. Origem. Finalidade. Âmbito. Siglas. Conceituação. Sistema de Contraincêndio do Comando da Aeronáutica. Introdução, atividades de prevenção, salvamento e combate a incêndio. Órgão central do sistema. Elos do sistema. Administração e execução do serviço de prevenção, salvamento e controle a incêndio em edificações. Sistemas de proteção contraincêndio. Classificação das edificações quanto ao risco de incêndio. Proteção por extintores. Certificação de extintores. Classificação dos extintores. Capacidade extintora. Determinação da capacidade extintora e da quantidade mínima de extintores. Classificação dos extintores segundo o agente extintor, a carga nominal e a capacidade extintora equivalente (tabela 1). Determinação da capacidade extintora, área e distâncias a serem percorridas (tabela 2). Determinação do tipo de agente extintor. Seleção do agente extintor segundo a classificação do incêndio (tabela 3). Localização e instalação de extintores de incêndio. Inspeção, manutenção, problemas encontrados no extintor durante a inspeção (tabela 4). Proteção por hidrantes. Caixa de incêndio. Proteção por chuveiros automáticos-sprinklers. Proteção por dióxido de carbono. Proteção por agentes especiais. Proteção por aparelhos de detecção e alarme automático. Proteção por aparelhos de alarme sonoro manual. Rotas de fuga. Escadas comuns e/ou de emergência; iluminação e sinalização de emergência. Portas de emergência (portas comuns e corta-fogo). Elevadores. Inspeção e testes operacionais no sistema de desocupação das edificações. Armazenamento e manipulação de substâncias inflamáveis. Edificações providas de gás liquefeito de petróleo (GLP). Áreas providas de tanques suspensos de combustíveis inflamáveis. Sistema de proteção de descargas atmosféricas SPDA pára-raios. Segurança em serviços em eletricidade. Armazenamento e manuseio de materiais diversos. Segurança em caldeiras; segurança contraincêndio em locais de reunião de público. Helipontos elevados e de superfície. Capacidade extintora mínima em helipontos junto a edificações (tabela 5). Princípios gerais de acionamento de emergência. Segurança contraincêndio nos canteiros de obras. Armários de salvamento e arrombamento. Treinamentos. Projeto e instalação de equipamentos e sistemas de prevenção e combate a incêndio. Uso do carro contraincêndio.

2.4.10 Elaboração do Plano Contraincêndio de Aeródromos: Disposições preliminares. Finalidade. Âmbito. Siglas e abreviaturas; conceituações, elaboração do plano, responsabilidade, fases da elaboração, aprovação, registro e atualização do plano; aprovação e registro do plano; atualização do plano. Inspeção e orientação técnica; execução de treinamento; treinamento para equipe de bombeiros; treinamento completo de emergências aeronáuticas; reuniões; divulgação do plano.

2.4.11 Orientações Gerais para Condução de Viaturas Contraincêndio: Disposições preliminares. Origem. Finalidade. Âmbito. Conceituações. Capacitação de motoristas. Procedimentos, manutenção preventiva, inspeção diária, condições básicas para deslocamento de viaturas pelas

equipes de bombeiros, Aquecimento de viatura. Exercício de tempo-resposta. Teste de desempenho após manutenção corretiva. Deslocamento para atendimento a emergências.

2.4.12 Requisição e Distribuição de Material de Contraincêndio: Finalidade. Âmbito. Conceituações. Material de contraincêndio. Definição. Codificação do material. Procedimento quanto à distribuição, provimento e revisão do material de contraincêndio. Solicitações extra-previsão. Distribuição do material e responsabilidades. Responsabilidades das organizações requisitantes. Responsabilidade da divisão de contraincêndio.

2.4.13 Proteção Contraincêndio aos Pousos e Decolagens de Aeronave Presidencial: Disposições preliminares. Finalidade. Âmbito; Siglas e abreviaturas. Conceituações. Recursos para proteção. Apoio de prevenção, salvamento e combate a incêndio. Generalidades; nos aeródromos com SESCINC; nos aeródromos sem SESCINC ou locais fora de aeródromo. Apoio realizado por bombeiro urbano. Responsabilidades; dos SESCINC; do OCSISCON; do responsável pela logística da PR/coordenador da missão; do COMAR; procedimento operacional do SESCINC; generalidade. Pouso da aeronave presidencial. Decolagem de aeronave presidencial. Situações de emergência.

2.4.14 BIBLIOGRAFIA

2.4.14.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Agentes Extintores**. Guaratinguetá: EEAR 2013. Elaborada em 2012.

2.4.14.2 BRASIL. **Nível de Proteção de Salvamento e Contraincêndio em Aeródromos do Comando da Aeronáutica - ICA 92-1**. Rio de Janeiro: DIRENG, 2011.

2.4.14.3 BRASIL. **Proteção Contraincêndio aos Pousos e Decolagens de Aeronave Presidencial - ICA 92-2**. Rio de Janeiro: DIRENG, 2014.

2.4.14.4 BRASIL. **Requisição e Distribuição de Material de Contraincêndio – ICA 92-3**. Rio de Janeiro: DIRENG, 2002.

2.4.14.5 BRASIL. **Elaboração do Plano Contraincêndio de Aeródromos - ICA 92-4**. Rio de Janeiro: DIRENG, 2014.

2.4.14.6 BRASIL. **Extintores de Incêndio**. Guaratinguetá: EEAR 2013. vol. único. Elaborada em 2013.

2.4.14.7 BRASIL. **Manutenção Preventiva de Viaturas de Bombeiro**. Guaratinguetá: EEAR, 2014. vol. único.

2.4.14.8 BRASIL. **Organização e Funcionamento do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Edificações do Comando da Aeronáutica - NSCA 92**. Rio de Janeiro: DIRENG, 2005.

2.4.14.9 BRASIL. **Organização e Funcionamento dos Serviços de Salvamento e Contraincêndio em Aeródromos - IMA 92-05**. Rio de Janeiro: DIRENG, 1987.

2.4.14.10 BRASIL. **Orientações Gerais para Condução de Viaturas Contraincêndio - ICA 92-6**. Rio de Janeiro: DIRENG, 2014.

2.4.14.11 BRASIL. **Prevenção Contraincêndio**. Guaratinguetá, 2013. vol. único. Elaborada em 2013.

2.4.14.12 BRASIL. **Superestrutura Básica de Viaturas de Bombeiro**. Guaratinguetá: EEAR, 2012. vol. único.

2.4.14.13 BRASIL. **Teorias Contraincêndio**. Guaratinguetá: EEAR, 2013. vol. único. Elaborada em 2012.

2.5 COMUNICAÇÕES (QOEA COM)

2.5.1 Princípios de Telecomunicações: Conceitos Básicos em Telecomunicações. Canais de Comunicação e o Ruído Elétrico. As Ondas de Rádio. Linhas de Transmissão. Antenas. Radiopropagação. O Radiotransmissor. Equipamentos Rádio – Especificações e Manutenção.

2.5.2 Eletricidade Básica: Lei de Ohm e Potência. Circuitos Série de Corrente Contínua. Circuitos Paralelos de Corrente Contínua. Baterias. Leis de Kirchhoff. Cálculo de Redes. Magnetismo e Eletromagnetismo. Princípios da Corrente Alternada. Geradores e motores de corrente contínua. Transformadores.

2.5.3 Eletrônica Digital: Sistemas de Numeração. Funções e Portas Lógicas. Álgebra de Boole e Simplificação de Circuitos Lógicos. Conversores Digital-Analógicos e Análogo-Digitais. Circuitos Multiplex, Demultiplex e Memórias.

2.5.4 Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica. Disposições Preliminares. Centro de Comutação Automática de Mensagens (CCAM). Rede Administrativa de Comutação Automática de Mensagens (RACAM). Provedor de Serviço de Telecomunicações. Mensagem Telegráfica. Estrutura das Mensagens. Peculiaridades das Telecomunicações. Procedimentos Operacionais das Telecomunicações Aeronáuticas. Designadores Telefônicos e Serviço Móvel Aeronáutico. Instalações e Pessoal do CCAM, do AMHS, da RACAM e dos Órgãos ATS ou Setores que possuam terminais. Horário de Funcionamento. Arquivo de Mensagens. Disposições Gerais. Anexos.

2.5.5 BIBLIOGRAFIA

2.5.5.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. - **MCA 102-7. Manual do Serviço de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica.** Rio de Janeiro: DECEA, 2013. 124p.

2.5.5.2 GUSSOW, Milton. **Eletricidade Básica.** Tradução de Aracy Mendes da Costa. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Makron Books, 2008.

2.5.5.3 IDOETA, Ivan Valeije; CAPUANO, Francisco Gabriel. **Elementos de Eletrônica Digital.** 40. ed. São Paulo: Érica, 2008.

2.5.5.4 MEDEIROS, Júlio Cesar de Oliveira. **Princípios de telecomunicações:** teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Érica, 2007.

2.6 CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO (QOEA CTA)

2.6.1 Regras do Ar.

2.6.2 Serviço de Tráfego Aéreo.

2.6.3 Fraseologia de Tráfego Aéreo.

2.6.4 Serviço de gerenciamento de fluxo de tráfego aéreo.

2.6.5 Regras e procedimentos especiais de tráfego aéreo para helicópteros.

2.6.6 NOTAM.

2.6.7 Solicitação de Divulgação de Informação Aeronáutica e PRENOTAM.

2.6.8 Requisitos para operação VFR ou IFR em aeródromos.

2.6.9 Sistema de Pouso por Instrumentos (ILS).

2.6.10 Sistema Anticolisão de Bordo (ACAS).

2.6.11 Mensagens ATS.

2.6.12 Voo de aeronaves sem Transponder no Brasil.

2.6.13 Atribuições dos órgãos do SISCEAB após a ocorrência de acidente aeronáutico grave.

2.6.14 Procedimentos para contingência do ATC.

2.6.15 Plano de voo e preenchimento dos formulários de plano de voo.

2.6.16 Procedimentos especiais para aeronave presidencial.

2.6.17 BIBLIOGRAFIA

2.6.17.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Atribuições dos órgãos do SISCEAB após a ocorrência de acidente aeronáutico ou incidente aeronáutico grave - ICA 63-7.** Rio de Janeiro: DECEA, 2014. 25p.

2.6.17.2 BRASIL. **Fraseologia de Tráfego Aéreo - MCA 100-16.** Rio de Janeiro: DECEA, 2013. 71p.

2.6.17.3 BRASIL. **Mensagens ATS - ICA 100-15.** Rio de Janeiro: DECEA, 2012. 52p.

2.6.17.4 BRASIL. **NOTAM - ICA 53-1.** Rio de Janeiro: DECEA, 2014. 56p.

2.6.17.5 BRASIL. **Plano de voo - ICA 100-11.** Rio de Janeiro: DECEA, 2012. 24p.

2.6.17.6 BRASIL. **Preenchimento dos formulários de plano de voo - MCA 100-11.** Rio de Janeiro: DECEA, 2014. 64p.

2.6.17.7 BRASIL. **Procedimento para contingências do ATC - CIRTRAF 100-28.** Rio de Janeiro: DECEA, 2008. 16p.

2.6.17.8 BRASIL. **Procedimentos especiais para aeronave presidencial - ICA 100-9.** Rio de Janeiro: DECEA, 2015. 21p.

2.6.17.9 BRASIL. **Procedimentos Operacionais e Orientações de Treinamento para Pilotos e Controladores de Tráfego Aéreo com Relação ao Sistema de Anticolisão de Bordo (ACAS) - ICA 100-32.** Rio de Janeiro: DECEA, 2008. 32p.

2.6.17.10 BRASIL. **Regras e procedimentos especiais de tráfego aéreo para helicópteros - ICA 100-4.** Rio de Janeiro: DECEA, 2014. 24p.

2.6.17.11 BRASIL. **Regras do ar - ICA 100-12.** Rio de Janeiro: DECEA, 2013. 76p.

2.6.17.12 BRASIL. **Requisitos para operação VFR ou IFR em aeródromos - ICA 100-1.** Rio de Janeiro: DECEA, 2012. 16p. Modificação de 26 de agosto de 2014.

2.6.17.13 BRASIL. **Serviço de Gerenciamento de Fluxo de Tráfego Aéreo - ICA 100-22.** Rio de Janeiro: DECEA, 2010. 30p.

2.6.17.14 BRASIL. **Serviços de Tráfego Aéreo - ICA 100-37.** Rio de Janeiro: DECEA, 2013. 188p.

2.6.17.15 BRASIL. **Sistema de Pouso por Instrumentos (ILS) - ICA 100-16.** Rio de Janeiro: DECEA, 2013. 29p.

2.6.17.16 BRASIL. **Solicitação de Divulgação de Informação Aeronáutica e PRENOTAM - ICA 53-4.** Rio de Janeiro: DECEA, 2014. 64p.

2.6.17.17 BRASIL. **Voo de aeronaves sem transponder no Brasil - CIRCEA 100-67.** Rio de Janeiro: DECEA, 2014. 17p.

2.7 FOTOGRAFIA

2.7.1 Fotografia Digital I: Câmera Fotográfica; focagem, exposição fotográfica e enquadramento. Filtros. Iluminação com flash. Armazenamento, visualização e impressão de imagens. Noções básicas de vídeo e manutenção preventiva das câmeras.

2.7.2 Fotointerpretação I: Generalidades. Introdução à leitura de fotografias aéreas. Elementos básicos de leitura. Comparação da fotografia aérea com a carta. Escala. Meios auxiliares de exame. Divisão do estudo da fotografia aérea. Camuflagem.

2.7.3 Geoprocessamento: Entendendo o geoprocessamento. Sistema de Informações Geográficas (SIG). Tipos de dados utilizados em geoprocessamento e suas representações computacionais. Modelagem de dados em geoprocessamento.

2.7.4 Guerra Eletrônica aplicada à inteligência: Divisões da Guerra Eletrônica. Princípios básicos de modulação. Conceitos básicos de radar. Tipos de Radares. Medidas de Apoio de Guerra Eletrônica (MAGE). Medidas de Ataque Eletrônico (MAE). Medidas de Proteção Eletrônica (MPE).

2.7.5 Noções de Inteligência: Sistemas de Inteligência nacional. Níveis de Inteligência na Força Aérea Brasileira. Conceitos fundamentais de produtos de Inteligência Operacional.

2.7.6 Noções de Navegação Aérea: Conceitos iniciais e métodos de navegação. Representação da terra. Cartas aeronáuticas. Estudo do tempo. Magnetismo terrestre. Instrumentos de Navegação. GPS. Navegação à Baixa Altura (NBA).

2.7.7 Noções de Sensoriamento Remoto: Princípios de sensoriamento remoto. Sensoriamento remoto na faixa do visível. Sensoriamento remoto na faixa do infravermelho. Sensoriamento remoto na faixa das micro-ondas. Sistemas orbitais. Sensoriamento multiespectral e hiperespectral. Comportamento espectral de alvos. Resoluções.

2.7.8 Óptica: Propagação e reflexão da luz. Espelhos planos. Espelhos esféricos. Refração da luz. Prisma óptico. Lentes esféricas, objetivas. Óptica da visão. Instrumentos de óptica. Luz e radiação eletromagnética.

2.7.9 Sensores I: Doutrina de reconhecimento na FAB. Sensores imageadores. Manutenção preventiva nível orgânica afeta aos sensores imageadores.

2.7.10 Sensores II: Conceituações. Aeronaves empregadas na aviação de patrulha. Tipos de missões da aviação de patrulha. Sensores embarcados na aviação de patrulha. Aquisição das aeronaves P-3AM Orion, modernizando a aviação de patrulha. Importância e técnicas para manutenção preventiva dos sensores da aviação de patrulha.

2.7.11 BIBLIOGRAFIA

2.7.11.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Fotografia Digital I**. Guaratinguetá: EEAR – BFT, 2012. v. único.

2.7.11.2 BRASIL. **Fotointerpretação I**. Guaratinguetá: EEAR – BFT, 2009. v. único.

2.7.11.3 BRASIL. **Geoprocessamento**. Guaratinguetá: EEAR – BFT, 2012.

2.7.11.4 BRASIL. **Guerra Eletrônica aplicada à Inteligência**. Guaratinguetá: EEAR– BFT, 2012. v. único.

2.7.11.5 BRASIL. **Noções de Inteligência**. Guaratinguetá: EEAR – BFT, 2012. v. único.

2.7.11.6 BRASIL. **Noções de Navegação Aérea**. Guaratinguetá: EEAR – BFT, 2006.

2.7.11.7 BRASIL. **Noções de Sensoriamento Remoto**. Guaratinguetá: EEAR – BFT, 2011. v. único.

2.7.11.8 BRASIL. **Óptica**. Guaratinguetá: EEAR – BFT, 2006. Módulo único.

2.7.11.9 BRASIL. **Sensores I**. Guaratinguetá: EEAR – BFT, 2012. v. único.

2.7.11.10 BRASIL. **Sensores II**. Guaratinguetá: EEAR – BFT, 2012. v. único.

2.8 GUARDA E SEGURANÇA (QOEA GDS)

2.8.1 Planejamento de Segurança das Instalações (ICA 205-45): Disposições preliminares. Planejamento de Segurança das instalações. Estudo do cenário. Percepção de riscos à segurança das instalações. Avaliação dos riscos. Medidas de segurança nas instalações. Operacionalização e controle.

2.8.2 Aplicação de medidas de controle no solo pela Aeronáutica (MCA 125-11): Finalidade. Conceituações. Âmbito. Introdução. Conceituações gerais sobre abordagem e revista. Equipes táticas de MCS. Táticas, técnicas e procedimentos gerais.

2.8.3 Operações de Garantia da Lei e da Ordem em instalações aeroportuárias de interesse (MCA 125-12): Disposições preliminares. Emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem. Segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita. Proteção das instalações aeroportuárias nas operações de Garantia da Lei e da Ordem. Disposições finais.

2.8.4 Uso progressivo da força e regras de engajamento (NOSDE PRO-04A): Disposições preliminares. Disposições gerais. Disposições finais.

2.8.5 Prevenção e combate ao terrorismo (NOSDE PRO-12): Disposições preliminares. Conceituações. Generalidades. Atividades básicas do eixo de prevenção e combate ao terrorismo. Sinais indicadores de ameaça terrorista. Medidas de segurança e defesa do COMAER para a prevenção e combate ao terrorismo.

2.8.6 Operações I: Conhecimentos Operacionais I. Camuflagem individual, de viaturas e de aeronaves. Maneabilidade. Fortificação em campanha. Embarque e desembarque operacional em viaturas. Marchas a pé, transposição de cursos de água. Orientação. Armadilhas. Conhecimentos Operacionais II: Silenciamento de sentinela, prisioneiro de guerra, fuga e evasão, ofidismo, patrulhas, assalto e emboscada.

2.8.7 Polícia da Aeronáutica: Organização. Generalidade. Deveres fundamentais. Atribuições. Autoridade do PA. Ocorrências. Companhia de Polícia da Aeronáutica (CPA). Patrulha: Organização. Policiamento interno: Plano de segurança. Sistema de identificação. Trânsito. Modos de Ação: Procedimentos de modos de ação. Algemas. Abordagem. Cassetete. Procedimentos com preso. Controle de Distúrbios Cívicos: Fases comportamentais do coletivo social. Agente químico.

2.8.8 Teoria de contraincêndio: História do fogo. Fogo e incêndio. Conceito de fogo. Composição do fogo. Elementos essenciais do fogo. Processo da combustão. Fases do fogo. Velocidade da combustão. Formas de combustão. Produtos da combustão. Explosões. Métodos de extinção do fogo. Classificação dos incêndios. Agentes extintores. Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

2.8.9 BIBLIOGRAFIA

2.8.9.1 BRASIL. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Aplicação de Medidas de Controle no solo pela Aeronáutica – MCA 125-11**. Brasília: Comando-Geral de Operações Aéreas, 2015.

2.8.9.2 BRASIL. **Operações de garantia da Lei e da Ordem em Instalações Aeroportuárias de Interesse – MCA 125-12**. Brasília: Comando-Geral de Operações Aéreas, 2015.

2.8.9.3 BRASIL. **Operações I**. Guaratinguetá: EEAR 2002. Módulo único. Revisão em 2011.

2.8.9.4 BRASIL. **Planejamento de Segurança das Instalações – ICA 205-45**. Brasília: Comando-Geral de Operações Aéreas, 2013.

2.8.9.5 BRASIL. **Polícia de Aeronáutica**. 2. ed. Guaratinguetá: EEAR, 2011. v. único.

2.8.9.6 BRASIL. **Prevenção e combate ao terrorismo – NOSDE PRO-12**. Brasília: Comando Geral de Operações Aéreas, 2015.

2.8.9.7 BRASIL. Uso progressivo da força e regras de engajamento – NOSDE PRO-04A. Brasília: Comando-Geral de Operações Aéreas, 2011.

2.8.9.8 BRASIL. Teoria de Contraincêndio. Guaratinguetá: EEAR, 2010. Revisão em 2011.

2.9 METEOROLOGIA (QOEA MET)

2.9.1 Meteorologia Geral: Introdução à termodinâmica da atmosfera. Radiação eletromagnética. Dinâmica da atmosfera.

2.9.2 Meteorologia Aeronáutica: Organização Internacional da Aviação Civil. Organização Meteorológica Mundial. Sistemas de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Aeronaves. Aeródromos e Helipontos. Atmosfera Padrão e Altimetria. Condições de tempo adversos à aviação.

2.9.3 Observação Meteorológica de Superfície. Estações Meteorológicas de Superfície. Observação de Superfície. Códigos METAR, SPECI e SYNOP. Operação do SISCOMET.

2.9.4 Observação Meteorológica de Altitude. Estações Meteorológicas de Altitude. Procedimentos adotados pelos Órgãos ATS e MET. Códigos TEMP e PILOT.

2.9.5 Órgãos Operacionais de Meteorologia Aeronáutica: Classificação dos Órgãos Operacionais de Meteorologia Aeronáutica. Qualificação, estágio supervisionado e verificação operacional (nível técnico).

2.9.6 Informações Meteorológicas: Divulgação de informações meteorológicas.

2.9.7 Processamento e Arquivamento de dados meteorológicos: Normas e procedimentos de coordenação, digitação, remessa, recebimento, arquivamento e controle dos dados meteorológicos.

2.9.8 Intercâmbio de Informações Meteorológicas: Procedimentos relativos ao intercâmbio de informações meteorológicas entre os Órgãos MET, ATS, SAR e AIS.

2.9.9 Operação do WEBMET: Manual de Operação do WEBMET. Procedimentos Operacionais nas Estações do SISCEAB. Procedimentos nos Órgãos Regionais do DECEA. Procedimentos no ICEA.

2.9.10 Cartas, Códigos e Símbolos Meteorológicos: Sistema Mundial de Previsão de Área e Centros Meteorológicos. Cartas de Superfície. Cartas de Altitude. Cartas Auxiliares de Altitude. Cartas e Códigos de Previsão. Mensagens Meteorológicas e Informações Meteorológicas para Aviação.

2.9.11 Radar Meteorológico: Procedimentos operacionais do radar meteorológico.

2.9.12 BIBLIOGRAFIA

2.9.12.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. Procedimentos relativos ao intercâmbio de informações meteorológicas entre os Órgãos MET, ATS, SAR e AIS - CIRCEA 63-1. Rio de Janeiro: DECEA, 2013. 23p.

2.9.12.2 BRASIL. Classificação dos Órgãos Operac. de Meteorologia Aeronáutica ICA 105-2. Rio de Janeiro: DECEA, 2015. 23p.

2.9.12.3 BRASIL. Divulgação de Informações Meteorológicas - CIRCEA 63-3. Rio de Janeiro: DECEA, 2014. 89p. Incluindo Anexos de 17 jul. 2014.

2.9.12.4 BRASIL. Manual de Centros Meteorológicos - MCA 105-12. Rio de Janeiro: DECEA, 2014. 203p. Incluindo a 1ª modificação de 02 jul. 2014.

2.9.12.5 BRASIL. Manual de Códigos Meteorológicos - MCA 105-10. Rio de Janeiro: DECEA, 2014. 251p.

2.9.12.6 BRASIL. Manual de Estação Meteorológica de Superfície Automática - MCA 105-14. Rio de Janeiro: DECEA, 2015. 20p.

2.9.12.7 BRASIL. Manual de Estações Meteorológicas de Superfície - MCA 105-2. Rio de Janeiro: DECEA, 2015. 60p.

2.9.12.8 BRASIL. Manual de Estações Meteorológicas de Altitude - MCA 105-9. Rio de Janeiro: DECEA, 2014. 33p.

2.9.12.9 BRASIL. Manual de Operação do SISCOMET - MCA 105-15. Rio de Janeiro: DECEA, 2012. 54p.

2.9.12.10 BRASIL. Manual de Operação do WEBMET - MCA 105-16. Rio de Janeiro: DECEA, 2012. 46p. Incluindo a 1ª modificação de 02 jul. 2014.

2.9.12.11 BRASIL. Manual de Procedimentos Operacionais do Radar Meteorológico - MCA 105-13. Rio de Janeiro: DECEA, 2013. 23p.

2.9.12.12 BRASIL. Meteorologia Aeronáutica. Guaratinguetá: EEAR – CFS – BMT, 2015. 149p.

2.9.12.13 BRASIL. Meteorologia Geral. Guaratinguetá: EEAR – CFS – BMT, 2014. 92p.

2.9.12.14 BRASIL. Procedimentos Operacionais referentes à difusão de informações sobre cinzas vulcânicas - CIRCEA 63-2. Rio de Janeiro: DECEA, 2012. 19p.

2.9.12.15 BRASIL. Procedimentos Operacionais referentes ao lançamento de balões meteorológicos - CIRCEA 63-3. Rio de Janeiro: DECEA, 2013. 15p.

2.9.12.16 BRASIL. Processamento e Arquivamento de dados meteorológicos - ICA 105-6. Rio de Janeiro: DECEA, 2015. 18p.

2.9.12.17 BRASIL. Qualificação e Estágio supervisionado do pessoal de Meteorologia Aer. ICA 105-14. Rio de Janeiro: DECEA, 2015. 18p.

2.9.12.18 BRASIL. Verificação Operacional. Nível técnico - ICA 105-3. Rio de Janeiro: DECEA, 2013. 15p.

2.10 MÚSICA (QOEA MUS)

2.10.1 Teoria Musical: Notação musical (Pauta). Clave de Sol. Figuras de Notas. Figuras de Pausas. Clave de Fá (4ª linha). Duração dos Valores. Compasso. Compasso Binário. Ponto de Aumento. Compasso Ternário. Escala Diatônica de Dó Maior. Graus conjuntos e Disjuntos. Tom e Semitom. Nomes dos Graus da Escala. Ligadura. Legato e Staccato. Ponto de Aumento Duplo. Compasso Quaternário. Linhas Suplementares. Espécies de Claves. Divisão Proporcional dos Valores. Colocação das Hastes. Figuras Antigas. Divisão Ternária dos Valores Pontuados. Divisão Binária dos Valores Pontuados.

2.10.2 Signos de Compasso. Numerador e Denominador. Unidade de Tempo e de Compasso. Acento Métrico. Compasso Simples. Compassos mais usados, menos usados e não usados. Sinais de Alteração (efeitos das alterações, alterações ascendentes e descendentes). Fermata ou Suspensão. Intervalos (simples e compostos, superiores e inferiores). Classificação dos intervalos simples. Quadro dos intervalos simples. Graus onde se encontram os intervalos simples. Semitons cromáticos e diatônicos. Instrumentos temperados e não temperados. Inversão dos intervalos. Modificação dos intervalos naturais. Modos da escala. Escalas menores (harmônicas e melódicas). Tetracorde. Reprodução das escalas maiores com sustenidos. Armadura de clave com sustenidos e Armadura de clave com Bemóis. Escalas relativas. Reprodução das escalas menores. Escalas homônimas. Graus modais e tonais. Tríade tonal e Tríade harmônica. Como conhecer o tom de um trecho musical. Linha de 8ª. Sinais de repetição. Intervalos (simples e compostos, melódicos e harmônicos, consonantes e dissonantes, diatônicos e cromáticos). Compassos compostos.

Compassos correspondentes. Síncope. Contratempo. Quiálteras (aumentativas, diminutivas, regulares e irregulares). Tons vizinhos e tons afastados. Notas comuns e diferenciais. Acordes de 3 Sons (classificação e inversões, ordem direta e indireta, posição unida e afastada). Acordes de 4 sons (classificação e inversões, ordem direta e indireta, posição unida e afastada). Acordes de 5 sons (classificação e inversões, ordem direta e indireta, posição unida e afastada); Acordes consonantes e dissonantes (análise completa de um acorde). Dobramentos (notas dobradas). Modulação. Uníssono (uníssono nas claves). Vozes. Legato e Staccato. Sinais de abreviatura. Andamentos. Sinais de Intensidade. Palavras de expressão. Escala cromática. Tonalidade. Outros tipos de escalas. Atonalidade. Compassos mistos. Compassos alternados. Acentuação métrica. Notas atrativas. Enarmonia (intervalos enarmônicos, escalas enarmônicas e acordes enarmônicos). Gêneros. Escala geral (diapásão normal, numeração das oitavas, regiões da escala geral, localização das vozes na escala geral). Transposição. Som. Qualidades do Som Musical. Som Gerador ou Som Fundamental. Sons Harmônicos. Série Harmônica; Ornamentos.

2.10.3 Fraseologia: Noções de Fraseologia: estrutura da frase musical (célula; motivo; cesura; inciso; grupo; membro de frase; período; cadência; medida de frase; tésis e ársis; íctus; anacruse; inícios e terminações; frase unitônica e modulante).

2.10.4 Harmonia: Movimento melódico. Movimento harmônico. Cifragem dos acordes de 3 sons no estado fundamental (supressão de notas nos acordes; uníssono; cruzamento; conservação de notas comuns). 5ª e 8ª diretas permitidas. 5ª e 8ª consecutivas. Notas atrativas (resolução por tendência atrativa nos encadeamentos VII - I, V - VI, e V - I). Realização do baixo dado. Acordes de 6ª. Acorde de 6ª do II grau. Acorde de 4ª e 6ª. Acorde de 4ª aumentada e 6ª. Harmonia a 4 Vozes. Dobramento de notas nos acordes de 5. Dobramento de notas nos acordes de 6. Dobramento de notas nos acordes de 4/6. Dobramento de notas nos acordes de 4ª aumentada e 6ª. Mudança de posição dos acordes. Cadências harmônicas. Escolha de acordes para bons encadeamentos (cifragem do baixo). Marchas harmônicas (ou progressão harmônica). Harmonia dissonante natural; Acorde de 7ª da dominante. Canto dado. Acordes de 7ª da sensível e de 7ª diminuta. Acordes de 9ª (maior e menor) da dominante. Modulação aos tons vizinhos. Acordes de 7ª e 9ª sobre-tônica (dissonantes artificiais). Acordes de empréstimo. Resolução suspensa dos acordes dissonantes naturais. Acordes de 7ª juntada (ou acordes de 7ª por prolongação). Modulação aos tons próximos. Resolução excepcional dos acordes dissonantes. Falsa relação. Cadência evitada. Marchas (progressões) formadas com acordes de 7ª (com acordes de 7ª juntada, com acordes de 7ª da dominante, com acordes de 7ª Diminuta); Harmonização cromática unitônica.

2.10.5 Instrumentação: Instrumentação (definição). Gêneros dos instrumentos. Instrumentos de arco (afinação e extensão dos instrumentos de arco). Sons harmônicos. Notas dobradas. Cordas tríplexes. Cordas quádruplas. Efeitos (Grande Staccato ou Staccato Sciolto, Martellato, Staccato, Sautillé, Pichettato, Jeté, Trêmolo, Trêmolo Quebrado, Pizzicato, Surdina, Glissando, Trinado). Instrumentos de Sopro. Instrumentos de Embocadura. Instrumentos de Palheta Simples. Instrumentos de Palheta Dupla. Instrumentos de Bocal. Efeitos (Staccato, Legato, Trinado, Trêmolo, Surdina, Frullati, Glissando). Instrumentos de Percussão.

2.10.6 Regência: Por que uma técnica para regência? Trabalhar com pessoas em grupo. Noções de composição e estilos musicais. Conhecimento dos instrumentos. Arranjos, transcrições e adaptações. Conhecimento da música a ser regida. Uso da batuta (usar ou não a batuta). Treinamento geral do braço direito. Gesto preparatório para iniciar. Modelos básicos de regência. Fermatas. Dinâmicas. Anacruses. Chamadas ou entradas.

2.10.7 Disposições Preliminares: Finalidade, conceituação, âmbito. Bandas de música e bandas marciais. Instrumentos musicais. Procedimentos para bandas de música e marciais (comandos por gestos, banda de música no Cerimonial Militar). Aprovação de composições musicais militares. Relatório semestral. Disposições gerais. Disposições finais. Classificação e localização das bandas de música e marciais. Efetivo das bandas de música (Categorias “A”, “B” e “C”). Efetivo da banda

marcial. Modelos de atribuições das funções dos integrantes das bandas de música e marciais. Manejo de instrumentos musicais.

2.10.8 BIBLIOGRAFIA

2.10.8.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. Escola de Especialistas de Aeronáutica. **Instrumentação.** Guaratinguetá: EEAR, 2000.

2.10.8.2 BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **Atividade de música no Comando da Aeronáutica - ICA 906-1.** Brasília: INCAER, 2013. (Portaria INCAER nº 12/DIR, de 22 de maio 2013).

2.10.8.3 CARDOSO, Belmira; MASCARENHAS, Mário. **Curso Completo de Teoria Musical e Solfejo.** 15. ed. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996. v.1.

2.10.8.4 BRASIL. **Curso Completo de Teoria Musical e Solfejo.** 8. ed. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996. v.2.

2.10.8.5 PRIOLLI, Maria Luisa de Mattos. **Harmonia:** da concepção básica à expressão contemporânea. 7. ed. Rio de Janeiro: Casa Oliveira de Músicas, 1999. v. 1.

2.10.8.6 VIEIRA, Luiz João. **Noções de Regência Musical.** Brasília: Fundação Educacional do Distrito Federal, 1985. (Livro disponibilizado pelo CENDOC/INCAER).

2.11 SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO AERONÁUTICA (QOEA SIA)

2.11.1 Publicação Auxiliar de Rotas Aéreas (ROTAER): Composição e conteúdo dos capítulos.

2.11.2 Publicação de Informação Aeronáutica (AIP-Brasil): Composição e conteúdo dos capítulos.

2.11.3 Apresentação de Plano de Voo e Atualizações Correspondentes por Telefone ou Fac-Símile: Critérios gerais, informações disponíveis, procedimentos para apresentação de planos de voo, procedimentos para apresentação de informação sobre cancelamento, atraso ou modificação no Plano de Voo.

2.11.4 Implantação do Centro de Informação Aeronáutica de São Paulo: Disposições iniciais, regras gerais, procedimentos específicos, disponibilidade de informações, disposições transitórias, disposições finais.

2.11.5 Apresentação de Plano de Voo pela Internet: Disposições iniciais, regras gerais, procedimentos específicos, disponibilidade de informações, disposições transitórias, disposições finais.

2.11.6 Metodologia de Coleta de Dados Aeronáuticos: Abreviaturas, conceituação, cadeia de dados aeronáuticos, responsabilidades e atribuições, metadados, requisitos de exatidão, resolução e integridade, verificação e validação, formas de envio, prazos para apresentação e divulgação, erros.

2.11.7 NOTAM: Abreviaturas e siglas, conceituação, aplicação, finalidade, classificação, séries, regras específicas, regras gerais, divulgação da informação, dúvidas sobre a expedição, NOTAM iniciador, lista de verificação, composição, formulário NOTAM, identificação, linha de qualificadores, demais campos, transmissão, distribuição.

2.11.8 Sala de Informação Aeronáutica - Sala AIS: Sala AIS de aeródromo e de Órgão ATC, obtenção e exposição da informação, prestação do serviço, Plano de Voo e Atualizações Correspondentes, comunicações e coordenações e familiarização com a área de atuação.

2.11.9 Planejamento de Pessoal AIS: Controle de pessoal, estágio supervisionado, avaliação anual.

2.11.10 Solicitação de Divulgação de Informação Aeronáutica e PRENOTAM: Abreviaturas e siglas, conceituação, solicitação de divulgação de informação aeronáutica, PRENOTAM, competências, formato PRENOTAM, atribuições.

2.11.11 Coleta de Dados Estatísticos AIS: Impressos, atribuições, procedimentos para o preenchimento dos formulários, regras gerais.

2.11.12 Suplemento AIP: Abreviaturas e siglas, conceituação, finalidade, classificação, regras gerais, encaminhamento, prazos para divulgação, atribuições, sistema AIRAC, confecção de Suplemento AIP.

2.11.13 Disponibilização e Utilização da Informação Aeronáutica em formato digital: Abreviaturas, conceituação, competências, produtos disponibilizados, meios de divulgação, utilização da informação.

2.11.14 Procedimentos dos Operadores AIS Relacionados ao DCERTA: Siglas e abreviaturas, definição, competências, procedimentos.

2.11.15 Horário de Trabalho do Pessoal ATC, CNS, MET, AIS, SAR e OPM: Siglas e conceituações, efetivo operacional para órgãos AIS, escala de serviço operacional.

2.11.16 Plano de Voo: Regras gerais, regras específicas para os Formulários de Plano de Voo completo, Plano de Voo Repetitivo e Plano de Voo Simplificado.

2.11.17 Mensagens ATS: Regras gerais, Mensagem de Plano de Voo apresentado, Mensagem de atraso, Mensagem de modificação, Mensagem de cancelamento de Plano de Voo, encaminhamento de mensagens.

2.11.18 Manual de Confecção de Cartas Aeronáuticas IFR: Abreviaturas, simbologias, Carta de aeródromo, Carta de estacionamento de aeronaves, Carta de aeródromo para movimento no solo, Carta de saída por instrumento, Carta de aproximação por instrumento, Carta de chegada padrão por instrumentos, Carta de rota, Carta de área, Carta de planejamento de voo, Carta de aproximação visual, Carta de altitude mínima de vigilância ATC, Carta de obstáculo de aeródromo – tipo A, Carta topográfica para aproximação de precisão.

2.11.19 Manual de Confecção de Cartas Aeronáuticas VFR: Carta Aeronáutica Mundial (WAC), Carta de Navegação Aérea Visual (CNAV).

2.11.20 Preenchimento dos Formulários de Plano de Voo: Abreviaturas e siglas, Procedimentos gerais, Conceituações, Instruções para o Preenchimento dos Formulários de Plano de Voo Completo, Plano de Voo Simplificado e Plano de Voo Repetitivo.

2.11.21 BIBLIOGRAFIA

2.11.21.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Apresentação de Plano de Voo e Atualizações Correspondentes por Telefone ou Fac-Símile** - AIC N05/07. Rio de Janeiro: DECEA, 2007.

2.11.21.2 BRASIL. **Apresentação de Plano de Voo pela Internet** - AIC N26/13. Rio de Janeiro: DECEA, 2013.

2.11.21.3 BRASIL. **Coleta de Dados Estatísticos AIS** - ICA 53-5. Rio de Janeiro: DECEA, 2013.

2.11.21.4 BRASIL. **Disponibilização e Utilização da Informação Aeronáutica em formato digital** - ICA 53-7. Rio de Janeiro: DECEA, 2015.

2.11.21.5 BRASIL. **Horário de Trabalho do Pessoal ATC, CNS, MET, AIS, SAR e OPM** - ICA 63-33. Rio de Janeiro: DECEA, 2015.

2.11.21.6 BRASIL. **Implantação do Centro de Informação Aeronáutica de São Paulo** - AIC N20/13. Rio de Janeiro: DECEA, 2013.

2.11.21.7 BRASIL. **Manual de Confecção de Cartas Aeronáuticas** - MACAR CARTAS IFR. Rio de Janeiro: DECEA, 2014.

2.11.21.8 BRASIL. **Manual de Confecção de Cartas Aeronáuticas** - MACAR CARTAS VFR. Rio de Janeiro: DECEA, 2014.

2.11.21.9 BRASIL. Mensagens ATS - ICA 100-15. Rio de Janeiro: DECEA, 2012.

2.11.21.10 BRASIL. Metodologia de Coleta de Dados Aeronáuticos - CIRCEA 53-2. Rio de Janeiro: DECEA, 2012.

2.11.21.11 BRASIL. NOTAM - ICA 53-1. Rio de Janeiro: DECEA, 2014.

2.11.21.12 BRASIL. Planejamento de Pessoal AIS - ICA 53-3. Rio de Janeiro: DECEA, 2015.

2.11.21.13 BRASIL. Plano de Voo - ICA 100-11. Rio de Janeiro: DECEA, 2012.

2.11.21.14 BRASIL. Preenchimento dos Formulários de Plano de Voo - MCA 100-11. Rio de Janeiro: DECEA, 2014.

2.11.21.15 BRASIL. Procedimentos dos Operadores AIS Relacionados ao DCERTA - ICA 63-27. Rio de Janeiro: DECEA, 2013.

2.11.21.16 BRASIL. Publicação de Informação Aeronáutica – AIP. Rio de Janeiro: DECEA, 2015.

2.11.21.17 BRASIL. Publicação Auxiliar de Rotas Aéreas - ROTAER. Rio de Janeiro: DECEA, 2015.

2.11.21.18 BRASIL. Sala de Informação Aeronáutica (Sala AIS) - ICA 53-2. Rio de Janeiro: DECEA, 2015.

2.11.21.19 BRASIL. Solicitação de Divulgação de Informação Aeronáutica e PRENOTAM - ICA 53-4. Rio de Janeiro: DECEA, 2014.

2.11.21.20 BRASIL. Suplemento AIP - ICA 53-6. Rio de Janeiro: DECEA, 2014.

Nota: A bibliografia deverá conter todas as modificações, emendas e erratas publicadas até 21 de agosto de 2015.

2.12 SUPRIMENTO TÉCNICO (QOEA SUP)

2.12.1 Suprimento do Sistema de Material da Aeronáutica (SISMA): Consolidar as normas e procedimentos necessários para que as atividades de identificação, previsão, procura, aquisição, recebimento, armazenagem, fornecimento, expedição, transferência, descarga, nacionalização, alienação e controle do material aeronáutico sejam executadas, de forma padronizada, pelos órgãos e elementos executivos dentro do SISMA. Disposições preliminares: Finalidade. Conceituação. Abreviaturas utilizadas e âmbito e fundamento. Estruturação, atribuições e responsabilidades. Nacionalização. Controle de suprimento: Catalogação. Identificação de material. Determinação das necessidades. Controle. Obtenção de material e inventário. Fiscalização do material aeronáutico: Finalidade. Designação do gestor de material aeronáutico. Atribuições do gestor de material aeronáutico. Execução patrimonial e considerações gerais. Obtenção: Finalidade. Objetivos. Metas. Definições específicas. Dotação financeira. Determinação das necessidades. Obtenção de material e serviços através das CAB, CELOG, Praça Local e FMS. Recebimento e distribuição de material e serviços obtidos pelos órgãos de compra. Utilização do material obtido e reparado. Acompanhamento e controle e atribuições dos órgãos requisitantes. FMS: Finalidade. Responsabilidades e competências. Histórico. Funcionamento do FMS. Participação do COMAER e de suas organizações no FMS. Gerenciamento do programa FMS. Reparáveis. Relatório de discrepância. Cooperative Logistics Supply Support Arrangement (CLSSA). Requisição de material. Acompanhamento de requisições e Supply Tracking And Repairable Return (STARR). Solução de discrepâncias em aquisições na área comercial: Finalidade. Das discrepâncias. Procedimentos para solução de discrepâncias. Recebimento do material e preenchimento dos formulários. Procedimentos para solicitação e solução de necessidades de material aeronáutico em situação de emergência: Finalidade e atribuições. Armazenagem: Processo de armazenagem. Planejamento. Critérios de armazenagem. Disposição do armazém. Área de armazenagem. Área de serviço. Armazenagem em área externa. Sistema de localização. Disposição do material no

armazém. Itens que necessitam de cuidados especiais. Armazenagem e manuseio de lubrificantes em tambores. Movimentação de material e prevenção de acidentes e incêndio. Material SSS: Finalidade. Fontes supridoras. Dotação anual de equipamentos SSS. Projeto SSS e considerações gerais. Sistema de controle, recebimento e distribuição de material: Finalidade. Estruturação. Atribuições e considerações gerais quanto à distribuição de material. Produtos especiais, químicos, gases, tintas e solventes específicos aplicados em equipamentos aeronáuticos: Finalidade. Definições. Publicações aplicáveis. Responsabilidades. Procedimentos gerais. Produtos especiais. Produtos químicos. Gases e tintas e solventes específicos. Distribuição, recebimento e expedição: Recebimento. Marcação de material. Embalagem. Expedição e transporte. Remessa de material ao exterior: Finalidade. Procedimentos para remessa de material ao exterior. Retorno de material e considerações gerais. Desembaraço alfandegário: finalidade. Atribuições e considerações gerais. Alienação de material aeronáutico: Finalidade. Da competência. Referências. Material aeronáutico. Formas de licitação. Processo de alienação e considerações gerais.

2.12.2 Suprimento de publicação do SISMA e do SISMAB: Consolidar a regulamentação e a divulgação dos procedimentos sobre a administração das atividades de suprimento de publicações do SISMA e do SISMAB. Disposições preliminares: Introdução. Finalidade. Conceituação. Classificação. Siglas. Abreviaturas utilizadas e âmbito. Elos: COMGAP. Organizações militares fornecedoras. Organizações intermediárias. Fontes de fornecimento. Centro de distribuição e controle de publicações (CDCP) e bibliotecas técnicas e arquivos. Suprimento de publicações: Formas de suprimento. Processo de aquisição: Instrumentos de aquisição e modalidades de aquisição. Arquivo mestre do CDCP: Publicações supridas pelo CENDOC. Publicações supridas pela DIRMAB. Publicações de aplicação específicas supridas pela DIRMAB. Tratamento das Publicações: Tratamento da informação técnica, organização do acervo e princípio de armazenagem. Segurança das informações: Transferência e reprodução de publicações técnicas, segurança de acesso e segurança de backup. Sistemas de informação e novas tecnologias. Aviso de deficiência de publicação técnica (ADPT): Finalidade, preenchimento do formulário 7530DIRMA5-29. Avaliação de Suprimento de Publicações: Auditoria técnica, visita de assistência logística aos operadores, visita de assistência técnica e apoio aos operadores. Disposições gerais. Disposição finais.

2.12.3 Suprimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB): Consolidar a estrutura e o funcionamento do suprimento nos órgãos pertencentes ao SISCEAB. Disposições preliminares: Finalidade. Conceitos e definições. Siglas utilizadas e âmbito. Estruturação, atribuições, composição e responsabilidades. Funcionamento do suprimento técnico: Catalogação de material. Fiscalização. Gerência de estoque. Aquisição de material. Recebimento. Expedição. Armazenagem. Inventário. Competência para efetuar ajustes. Fluxo de material. Delineamento de material. Controle de qualidade e suprimento imediato.

2.12.4 Manual digital de execução orçamentária, financeira e patrimonial do Comando da Aeronáutica: Consolidar as siglas, os conceitos e as normas utilizadas na Contabilidade Patrimonial, com a finalidade de registrar os atos e fatos administrativos inerentes à execução patrimonial sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Execução Patrimonial: Generalidades. Bens de consumo. Bens de consumo de uso duradouro. Bens móveis permanentes. Bens destinados à doação. Desfazimento de bens patrimoniais móveis. Bens imóveis. Bens intangíveis e Apropriação de custos.

2.12.5 Licitações e contratos administrativos: consolidar as normas para licitação e contratos da Administração Pública. Disposições gerais: Dos princípios. Das definições. Das obras e serviços. Dos serviços técnicos profissionais especializados. Das compras e das alienações. Licitação: das modalidades. Limites e dispensa da habilitação, dos registros cadastrais e do procedimento e julgamento. Contratos: Disposições preliminares; da formalização dos contratos; da alteração dos contratos; da execução dos contratos e da inexecução e da rescisão dos contratos. Sanções

administrativas e da tutela judicial: disposições gerais; das sanções administrativas; dos crimes e das penas e do processo e do procedimento judicial. Recursos administrativos.

2.12.6 Atribuições das comissões de fiscalização e recebimento de material e serviços (COMREC): Consolidar as atribuições das comissões de fiscalização de contratos e recebimento de material e serviços do sistema de material aeronáutico e do sistema de material bélico, bem como definir a sua competência e responsabilidade, no que tange à execução dos contratos, acordos, convênios e ajustes firmados no país e no exterior, a fim de que possam acompanhar e fiscalizar adequadamente os mencionados instrumentos contratuais, bem como efetuar corretamente o recebimento dos seus objetos. Disposições preliminares: finalidade. Conceituação. Competência. Responsabilidade. Composição das COMREC/Fiscal. Âmbito e abreviaturas. Atribuições gerais e específicas das COMREC e do Fiscal: acompanhamento. Fiscalização. Atribuições das COMREC ou do fiscal relativas ao acompanhamento e fiscalização. Recebimento do objeto e atribuições específicas. Disposições gerais: do registro de ocorrências; do relatório de situação de instrumento contratual e do grau de sigilo e da correspondência.

2.12.7 BIBLIOGRAFIA

2.12.7.1 BRASIL. Lei n.º 8.666, de 21 jun. 1993: licitações e contratos administrativos: consolidação determinada pelo art. 3º da Lei n.º 8.883/94. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 06 jul. 1994. Índice alfabético-remissivo organizado por Cerdônio Quadros, Marcelo Rodrigues Palmieri e Centro de Estudos de Direito Administrativo da NDJ. 23.ed. São Paulo: NDJ, 2005.

2.12.7.2 BRASIL. Comando da Aeronáutica. Atribuições do fiscal de contrato e das Comissões de Recebimento de material e serviços (COMREC) - ICA 65-8. Rio de Janeiro: DIRMAB, 2009. 57p.

2.12.7.3 BRASIL. Manual Básico de Suprimento Técnico do SISCEAB - MCA 67-6. Rio de Janeiro: DECEA, 2008. 30p.

2.12.7.4 BRASIL. Manual de Suprimento - MCA 67-1. Rio de Janeiro: DIRMAB, 2007. 480p.

2.12.7.5 BRASIL. Manual Digital de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica - MCA 172-3. Brasília: SEFA, 2007. Disponível em: <www.sefa.intraer>. Acesso em: 07 ago. 2015.

2.12.7.6 BRASIL. Manual do Suprimento de Publicações do SISMA e do SISMAB - MCA 5-2. Rio de Janeiro: DIRMAB, 2009. 65p.

2.13 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (QOEA SVA)

2.13.1 BRASIL. ICA 10-1: Correspondências e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER): Disposições Preliminares. Papéis. Envelopes e Timbres. Formas de tratamento. Abreviaturas, siglas, números e símbolos. Regras Gerais para a elaboração de Documentos. Elaboração de Documentos e Atos Administrativos. Trâmite de Documentos. Numeração de Protocolo e Organização de Processo. Disposições Transitórias. Disposições Finais. Anexos.

2.13.2 BRASIL. FCA 30-3: Interpretando a Legislação de Pessoal: Disposições preliminares. Assessoria Jurídica (AJ). Assessoria do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES). Assessoria de Informática e de Organização e Métodos (IOM). Secretaria da Comissão de Promoções de Graduados (SECPG). Divisão de Registro e Controle (DRC). Divisão do Serviço Militar (DSM). Divisão do Pessoal Militar (DPM). Divisão do Pessoal Civil (DPC). Disposições Finais. Anexo A: Glossário.

2.13.3 BRASIL. ICA 35-1: Padronização de Processos Administrativos: Disposições preliminares. Finalidade. Conceituação. Considerações Gerais e Âmbito. Cadastramento Inicial: Orientações. Boletins e seus Aditamentos. Apresentação e reinclusão no serviço ativo por força de

decisão judicial. Matrícula em estágios/cursos de formação ou especialização: Informações necessárias. Movimentação: lançamento de dados no SIGPES, Trânsito e critérios e procedimentos. Disciplina: Conselho de Disciplina. Punições e elogios. Promoções/progressão funcional: promoção de graduados. Interposição de recursos na CPG e inclusão de cabos no EAGTS. Medalha militar: encaminhamento de Ofício-Proposta. Períodos considerados. Punição, Militares com punição. Parecer do Comandante, Chefe ou Diretor de OM. Término de decênio anterior. Retificação. Períodos de licença. Remessa à OM. Entrega de medalha e militar sob liminar. Cartas patentes: Expedição de cartas patentes, apostila de cartas patentes e concessão de 2ª via de Carta Patente. Registro de Certificados ou Diplomas e uso de Condecorações: Registro e uso de Condecorações. Boletim: Definição, divisão do Boletim, aditamento a Boletim Interno e Boletim Interno de Informações Pessoais. Histórico: Alterações, registro de alterações, folhas de alterações e retificação de dados pessoais. Licenças: licença para acompanhar cônjuge ou companheiro e licença para tratar de interesse particular. Informações à DIRAP e licença especial. Situações especiais: adição e vinculação. Militar candidato a cargo eletivo de natureza política e averbação de tempo de serviço. Assuntos de Justiça Militar, Comum Criminal e de Conselhos de Justificação e de Disciplina: Remessa de informação à DIRAP, sentença condenatória à pena restritiva de liberdade com trânsito em julgado. Observações. Militar sob restrições legais. Prorrogação de tempo de serviço de Oficiais (QOCON e QCOA), de Sargentos, de Cabos e de Taifeiros. Atribuição, prorrogação de tempo de serviço de Oficiais do QOCON e do QCOA. Prorrogação de tempo de serviço de Sargentos, Cabos e Taifeiros. Cancelamento do pedido de prorrogação. Recurso ao indeferimento do pedido de prorrogação. Orientações gerais. Preenchimento do Requerimento de Prorrogação de Tempo de Serviço e Preenchimento do 2º Despacho do Requerimento de Oficiais do QOCON. Inatividade: licenciamento do serviço ativo, nomeação em cargo ou emprego público civil temporário não eletivo. Militares que prestam concursos externos ao COMAER. Demissão do serviço ativo. Quota compulsória. Reserva remunerada. Transferência para a reserva remunerada a pedido. Transferência para a reserva remunerada “*ex officio*”. Reforma. Consequência de Conselho de Justificação. Condenação em Conselho de Disciplina e/ou condenação à pena restritiva de liberdade. Exclusão do serviço a bem da disciplina ou condenação à pena restritiva de liberdade superior a dois anos, após o trânsito em julgado. Desligamento e falecimento. Disposições Finais.

2.13.4 BRASIL. Administração: princípios e tendências. Conceitos básicos: o Administrador, as Organizações, a Administração. Princípios de Organização: organização, organogramas, a estrutura organizacional. Planejamento, Controle e Coordenação. Comitês e outros grupos. Recursos Humanos: recursos humanos. Avaliação e Planejamento de Recursos Humanos. Comportamento Organizacional: Comportamento organizacional. Liderança e cultura organizacional. Estruturas organizacionais: centralização e descentralização. A tomada de decisões: A tomada de decisões. Tendências atuais da administração: Qualidade Total e Benchmarking. Aperfeiçoamento dos processos.

2.13.5 BRASIL. Decreto nº 4.307, de 18 Jul 2002 e **Medida Provisória nº 2215-10**, de 31 Ago 2001. **Lei de Remuneração dos Militares:** Remuneração na ativa. Remuneração na inatividade.

2.13.6 BRASIL. Lei nº 8.666/93: Cap I – Das Disposições Gerais. Cap II – Da Licitação. Cap III – Dos Contratos. Cap IV – Das Sanções Administrativas e da Tutela Judicial. Cap V – Dos Recursos Administrativos e Cap VI – Disposições Gerais e Transitórias.

2.13.7 BRASIL. Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000.

2.13.8 BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

2.13.9 BRASIL. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

2.13.10 BIBLIOGRAFIA

2.13.10.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER) - ICA 10-1. Rio de Janeiro: CENDOC, 2015. 146p.

2.13.10.2 BRASIL. Interpretando a Legislação de Pessoal - FCA 30-3. Rio de Janeiro: DIRAP. 2008. 85p.

2.13.10.3 BRASIL. Padronização de Processos Administrativos - ICA 35-1. Rio de Janeiro: DIRAP, 2013. 139p.

2.13.10.4 BRASIL. Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Diário Oficial da União. Brasília, 9 ago. 2000. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>.

2.13.10.5 BRASIL. Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002. Diário Oficial da União. Brasília, 19 jul. 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960 e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

2.13.10.6 BRASIL. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Diário Oficial da União. Brasília, 01 jun. 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>.

2.13.10.7 BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil. Brasília, 21 jun. 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>.

2.13.10.8 BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Diário Oficial da União. Brasília, 18 jul. 2002 e retificado em 30 jul. 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bem e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>.

2.13.10.9 LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. Administração: Princípios e Tendências. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 544p.

2.14 SERVIÇOS DE ENGENHARIA (QOEA SVE)

2.14.1 BRASIL. NSMA 85-7: Administração de Obras e Serviços de Engenharia. 2.14.1.1 Disposições preliminares. 2.14.1.2 Licitação para Obras e Serviços de Engenharia. 2.14.1.3 Contratação de Obras e Serviços de Engenharia. 2.14.1.4 Especificações para Obras e Serviços de Engenharia. 2.14.1.5 Controle e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia. 2.14.1.6 Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia. 2.14.1.7 Cadastramento de fornecedores. 2.14.1.8 Disposições Finais.

2.14.2 BRASIL. NSCA 85-1: Norma de Edificações. 2.14.2.1 Considerações Preliminares. 2.14.2.2 Serviços técnicos profissionais (exceto os subitens 2.1.3 ao 2.1.5 e 2.2.3 ao 2.2.5). 2.14.2.3 Serviços Preliminares (exceto os subitens 3.2.3 ao 3.2.5 e 3.3.3 ao 3.3.10). 2.14.2.4 Fundações e Estruturas (exceto os subitens 4.2.3 ao 4.2.7; 4.3.3 ao 4.3.10; 4.4.3 ao 4.4.4 e 4.5.3 ao 4.5.9). 2.14.2.5 Arquitetura e Elementos de Urbanismo (exceto os subitens 5.1.2.1 ao 5.1.2.4; 5.1.3 ao 5.1.7; 5.2.2.1 ao 5.2.2.4; 5.2.3 ao 5.2.5; 5.3.2.1 ao 5.3.2.4; 5.3.3 ao 5.3.5; 5.4.2.1 ao 5.4.2.3 e 5.4.3 ao 5.4.7). 2.14.2.6 Instalações hidráulicas e sanitárias (exceto os subitens 6.1.3 ao 6.1.15; 6.2.3 ao 6.2.11; 6.3.3 ao 6.3.13; 6.4.3 ao 6.4.13 e 06.5.3 ao 6.5.5). 2.14.2.7 Instalações elétricas e eletrônicas (exceto os subitens 7.1.3 ao 7.1.29; 7.2.3 ao 7.2.11; 7.3.3 ao 7.3.7; 7.4.3 ao 7.4.11; 7.5.3 ao 7.5.8; 7.6.3 ao 7.6.7; 7.7.3 ao 7.7.14; 7.8.3 ao 7.8.11 e 7.9.3 ao 7.9.10). 2.14.2.8 Instalações mecânicas e de utilidades (exceto os subitens 8.1.3 ao 8.1.10; 8.2.3 ao 8.2.9; 8.3.3 ao 8.3.10; 8.4.3 ao 8.4.10; 8.5.3 ao 8.5.11; 8.6.3 ao 8.6.8; 8.7.3 ao 8.7.6; 8.8.3.1 ao 8.8.3.4; 8.8.4 ao 8.8.5; 8.9.3.1 ao 8.9.3.4; 8.9.4; 8.10.3.1 ao 8.10.3.4 e 8.10.4). 2.14.2.9 Prevenção e Combate a incêndio (exceto os subitens 9.1.3 ao 9.1.18). 2.14.2.10 Serviços de

Conservação e Manutenção (exceto os subitens 10.4.1.1 ao 10.4.1.19; 10.4.1.21 ao 10.4.1.22; 10.4.2.2 ao 10.4.2.6; 10.4.2.8 ao 10.4.2.33; 10.5.1 ao 10.5.5 e 10.6.1 ao 10.6.10).

2.14.3 BRASIL. ICA 12-20: Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica. 2.12.3.1 Disposições preliminares. 2.12.3.2 Destinação e Classificação. 2.12.3.3 Condições de uso de PNR. 2.12.3.4 Inscrição. 2.12.3.5 Distribuição e Ocupação. 2.12.3.6 Direitos, Deveres e Responsabilidades. 2.12.3.7 Desocupação. 2.12.3.8 Ação de reintegração de posse. 2.12.3.9 Multa por ocupação irregular. 2.12.3.10 Inscrição na Dívida Ativa da União. 2.12.3.11 Destinação da Receita da multa, da taxa de uso e das indenizações. 2.12.3.12 Disposições Gerais.

2.14.4 BRASIL. ICA 87-4: Guarda, Manutenção, Proteção contra Invasão e Depredação dos Imóveis sob Responsabilidade do Comando da Aeronáutica. 2.12.4.1 Disposições Preliminares. 2.12.4.2 Aspectos Patrimoniais e Jurídicos. 2.12.4.3 Procedimentos. 2.12.4.4 Legislação aplicada. 2.12.4.5 Programa Anual de Inspeções. 2.12.4.6 Disposições Finais.

2.14.5 BRASIL. NSCA 87-1: Norma do Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica. 2.12.5.1 Disposições Preliminares. 2.12.5.2 Levantamento Cadastral. 2.12.5.3 Avaliação de Imóveis. 2.12.5.4 Incorporação de Imóveis. 2.12.5.5 Cadastro de Imóveis. 2.12.5.6 Responsabilidades Patrimonial e Administrativa. 2.12.5.7 Demolição de benfeitorias. 2.12.5.8 Desincorporação de Imóveis. 2.12.5.9 Utilização de bens Imóveis de uso especial da União por terceiros. 2.12.5.10 Execução Patrimonial. 2.12.5.11 Zoneamento de Imóveis. 2.12.5.12 Disposições Finais.

2.14.6 BRASIL. Lei 8.666/1993. 2.12.6.1: Das Disposições gerais. 2.12.6.2 Da licitação. 2.12.6.3 Dos contratos. 2.12.6.4 Das sanções administrativas e da tutela judicial. 2.12.6.5 Dos recursos administrativos. 2.12.6.6 Disposições Finais e transitórias.

2.14.7 BIBLIOGRAFIA

2.14.7.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica - ICA 12-20. Brasília: EMAER, 2012. 67p.

2.14.7.2 BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Guarda, Manutenção, Proteção Contra Invasão e Depredação dos Imóveis sob a Responsabilidade do Comando da Aeronáutica - ICA 87-4. Rio de Janeiro: DIRENG, 2011. 22p.

2.14.7.3 BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Norma de Edificações - NSCA 85-1. Rio de Janeiro: DIRENG, 2000. 245p.

2.14.7.4 BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Administração de Obras e Serviços de Engenharia - NSMA 85-7. Rio de Janeiro: DIRENG, 1999. 51p.

2.14.7.5 BRASIL. Norma do Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica - NSCA 87-1. Rio de Janeiro: DIRENG, 2011. 134p.

2.14.7.6 BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 22 jun. 1993, republicado em 06 jul. 1994 e retificado em 06 jul. 1994, Brasília, DF, por determinação do art. 3º da Lei nº 8.883/94 e suas alterações.

2.15 SERVIÇOS HOSPITALARES (QOEA SVH)

2.15.1 Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde: disposições preliminares: finalidade e conceituação. Inspeções de saúde: finalidade, competência, classificação dos inspecionados, prazos e orientação. Juntas de saúde: definição, classificação, junta superior de saúde, juntas especiais de saúde, juntas mistas especiais de saúde, juntas regulares de saúde, juntas de saúde de emergência, funcionamento das juntas de saúde e julgamentos das juntas de saúde. Disposições gerais e Disposições finais.

2.15.2 Implantação da estrutura organizacional dos serviços de arquivos médicos e estatística: disposições preliminares, definições, atribuições gerais do SAME, estrutura administrativa, atribuições e procedimentos das seções/subseções do SAME, estrutura funcional e rotinas operacionais para o pessoal das seções/subseções.

2.15.3 Prestação da assistência de saúde aos beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica: disposições preliminares, tratamentos psiquiátricos, cirurgias plásticas reparadoras, reabilitação física e cirurgias ortopédicas, tratamentos oncológicos, assistência especializada aos portadores de necessidades especiais, tratamentos geriátricos e gerontológicos, tratamentos odontológicos, tratamentos fonoaudiológicos, próteses auditivas e aparelhos de amplificação sonora individuais, tratamentos em serviços de alto grau de especialização, atendimentos de urgências, exames complementares para diagnóstico e tratamento, remoções, assistência domiciliar, encaminhamentos de pacientes, procedimentos para o ressarcimento de despesas com a assistência médico-hospitalar e odontológica, encaminhamentos das contas e disposições gerais.

2.15.4 Assistência médico-hospitalar na Aeronáutica: disposições preliminares, recursos financeiros, contribuintes, contribuição, beneficiários da Assistência Médico-Hospitalar Complementar, beneficiários da Assistência Médico-Hospitalar, identificação, condições de atendimento, indenizações e isenções, pagamentos das indenizações pelos beneficiários da AMHC, pagamentos das indenizações pelos beneficiários da AMH, aplicação dos recursos financeiros da AMHC, convênios, contratos e credenciamentos, atribuições específicas, disposições gerais e disposições finais.

2.15.5 Comissão de controle de infecção hospitalar no SISAU: disposições preliminares. Introdução. Disposições gerais. Orientações gerais. Instituir política e Atividades da Odontologia: classificação de materiais, processo de esterilização e tempo de validade de esterilização. Responsabilidades das OSA.

2.15.6 Encaminhamentos e transferências de pacientes entre as Organizações de Saúde da Aeronáutica: considerações preliminares, considerações gerais e considerações finais.

2.15.7 Exposição accidental a materiais biológicos: considerações preliminares, considerações gerais, normas gerais de biossegurança, profilaxia para o HIV, profilaxia para hepatite B, medidas para hepatite C e considerações finais.

2.15.8 Tratamento dos resíduos hospitalares nas Organizações de Saúde da Aeronáutica: Finalidade. Desenvolvimento: Tratamento dos resíduos: tipos de resíduos gerados nas unidades hospitalares. Geração do resíduo (manejo, segregação e acondicionamento). Recomendações de acondicionamento. Coleta interna I. Armazenamento interno. Coleta interna II. Armazenamento externo. Carro de coleta interna. Coleta e transporte externo. Considerações finais.

2.15.9 BIBLIOGRAFIA

2.15.9.1 BRASIL. Comando da Aeronáutica. Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS) - **ICA 160-1**. Rio de Janeiro: DIRSA, 2002. 45p. Primeira e segunda modificações. (Portaria nº R-587/GC3, de 13 de outubro de 2003 e Portaria nº 1.531/GC3, de 15 de setembro de 2014).

2.15.9.2 BRASIL. Instruções sobre a Implantação da Estrutura Organizacional dos Serviços de Arquivos Médicos e Estatística - **ICA 160-11**. Rio de Janeiro. DIRSA, 2007. 78p.

2.15.9.3 BRASIL. Instruções para a Prestação da Assistência de Saúde aos Beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica - **ICA 160-23**. Rio de Janeiro: DIRSA, 2011. 66p.

2.15.9.4 BRASIL. Instruções Reguladoras da Assistência Médico-Hospitalar - **ICA 160-24**. Brasília: COMGEP, 2010. 41p.

2.15.9.5 BRASIL. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar no SISAU - **ICA 160-36**. Rio de Janeiro: DIRSA, 2009. 61p.

2.15.9.6 BRASIL. Encaminhamentos e Transferências de Pacientes entre as Organizações de Saúde da Aeronáutica - **Ordem técnica n.º 006/DIRSA/2015**, de 03 de agosto de 2015.

2.15.9.7 BRASIL. Exposição acidental a materiais biológicos - **Ordem técnica n.º 012**. Rio de Janeiro: DIRSA, 2005. 11p.

2.15.9.8 BRASIL. Tratamento dos Resíduos Hospitalares nas Organizações de Saúde da Aeronáutica - **Ordem técnica n.º 014**. Rio de Janeiro: DIRSA, 2005. 15p.

2.16 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (QOEA SVM)

2.16.1 Corrosão: Corrosão. Oxidação-redução, potencial de eletrodo, pilhas eletroquímicas. Formas de corrosão. Corrosão: Mecanismos básicos. Meios corrosivos: atmosfera, substâncias poluentes. Corrosão seletiva: Grafítica e dezincificação. Corrosão induzida por micro-organismos. Corrosão associada a solicitações mecânicas.

2.16.2 Código de Trânsito Brasileiro: Lei nº. 9.503/97: Capítulo IX, Capítulo XI, Capítulo XII e Capítulo XIV.

2.16.3 ICA 75-1/00: Combustíveis e lubrificantes: Disposições preliminares, previsão de consumo, aquisição e fornecimentos, recebimento de combustível, controle e estoque, controle do consumo, inspeções e visitas técnicas.

2.16.4 MCA 67-1/07: Manual de Suprimento (Item 10.10): Itens que necessitam de cuidados especiais, itens perecíveis, material de borracha, material de borracha em geral, pneus e câmaras, mangueiras de borracha, baterias, equipamentos de salvamento, tintas e solventes, graxas, óleos e outros lubrificantes e ferramentas de precisão e testes.

2.16.5 MCA 172-3/2014 – Módulo 16: 16.2 Contratos administrativos. 16.2.1 Formalística. 16.2.2 Numeração dos contratos administrativos. 16.2.3 Sigilo. 16.2.4 Obrigatoriedade. 16.2.5 Estrutura. 16.2.5.1 Preâmbulo. 16.2.5.2 Qualificação das partes. 16.2.5.3 Convenções. 16.2.5.4 Cláusulas obrigatórias. 16.2.5.4.1 Objeto e seus elementos característicos. 16.2.5.4.2 Regime de execução ou forma de fornecimento. 16.2.5.4.3 Preço e condições de pagamento. 16.2.5.4.4 Prazos. 16.2.5.4.5 Custeio. 16.2.5.4.6 Garantias. 16.2.5.4.7 Direitos e responsabilidades das partes. 16.2.5.4.8 Reajustamento. 16.2.5.4.9 Penalidades. 16.2.5.4.10 Rescisão. 16.2.5.4.14 Fiscalização do contrato. 16.2.5.4.16 Prorrogação. 16.2.6 Assinatura. 16.2.6.1 Competência para assinatura, 16.2.6.2 Testemunhas. 16.2.6.3 Publicidade do Contrato. 16.2.7 Pré-requisitos para a formalização de contrato de despesa firmado no país. 16.2.7.1 Aprovação Jurídica. 16.2.7.2 Aprovação da autoridade superior. 16.2.7.3 Aprovação do Estado-Maior da Aeronáutica. 16.3 Contratos Especiais. 16.3.1 Contrato comercial custeado por financiamento. 16.3.1.1 EMAER. 16.3.1.2 SEFA. 16.3.1.3 UG contratante. 16.3.1.4 Comando-Geral ou Departamento. 16.3.1.5 SEFA. 16.3.1.6. COJAER. 16.3.1.7 GABAER. 16.4 Contrato de receita. 16.4.1 Pré-requisitos para a formalização. 16.4.1.1 Inclusão da previsão de arrecadação em proposta orçamentária. 16.5 Termo aditivo. 16.5.1 Acréscimo contratual. 16.5.2 Supressão contratual. 16.5.3 Prorrogação. 16.5.4 Repactuação. 16.5.5 Numeração do termo aditivo. 16.5.6 Cláusulas contratuais obrigatórias. 16.5.6.1 Qualificação das partes. 16.5.6.2 Finalidade. 16.5.6.3 Cláusula de alteração contratual. 16.5.6.4 Cláusula de ratificação. 16.5.6.5 Vigência. 16.6 Termo de rescisão. 16.6.1 Cláusulas contratuais obrigatórias. 16.6.1.1 Qualificação das partes. 16.6.1.2 Motivação da rescisão. 16.6.1.3 Data da rescisão. 16.6.2 Assinatura. 16.6.3 Publicidade. 16.7 Apostilamento.

2.16.6 Resolução CONAMA nº 362/05: Recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

2.16.7 BIBLIOGRAFIA

2.16.7.1 BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 2007.

2.16.7.2 BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Combustíveis e Lubrificantes - ICA 75-1/00**. Brasília: DIRENG, 28 abr. 2000. 19p.

2.16.7.3 BRASIL. **Manual de Suprimento - MCA 67-1**. Brasília: DIRMAB, 9 mar. 2007.

2.16.7.4 BRASIL. **Resolução CONAMA nº. 362**, de 23 de junho de 2005. Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado. Diário Oficial da União. Brasília, 27 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>.

2.16.7.5 BRASIL. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. **Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica - MCA 172-3**. Brasília: SEFA, 2014. Módulo 16. Disponível em: <<http://www.sefa.intraer>>.

2.16.7.6 GENTIL, Vicente. **Corrosão**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

Anexo C – Calendário de Eventos

INSCRIÇÃO			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
1	Período de inscrição. O preenchimento do FSI será possível, via Intraer , a partir das 10h do primeiro dia de inscrições até as 15h do último dia - horário de Brasília.	CANDIDATOS / CIAAR	13/11/2015 a 10/12/2015
2	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal dos candidatos que tiveram a Solicitação de Inscrição Deferida e Indeferida.	CIAAR	11/12/2015
3	Envio online, via Intraer, ao CIAAR, da cópia do comprovante de pagamento da taxa de inscrição dos candidatos que tiveram a sua Solicitação de Inscrição Indeferida por falta de pagamento, até 15 horas do último dia das inscrições.	CANDIDATOS	11/12/2015 a 15/12/2015
4	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal dos candidatos que tiveram a Solicitação de Inscrição Deferida e Indeferida em grau de recurso.	CIAAR	17/12/2015
5	Disponibilização do Cartão de Inscrição.	CIAAR	29/02/2016
PROVAS ESCRITAS			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
6	Divulgação, via Intraer, dos locais das Provas Escritas.	CIAAR	29/02/2016
7	Provas Escritas: - Fechamento dos portões às 9h; - Leitura das Orientações Gerais das Provas Escritas aos Candidatos (Procedimentos Operacionais): 09h10min às 09h40min (Horário de Brasília); e - Início das provas às 9h40min (horário de Brasília).	CANDIDATOS / OMAP / COMISSÃO FISCALIZADORA	06/03/2016
8	Divulgação, via Intraer, das Provas aplicadas e dos gabaritos provisórios.	CIAAR	08/03/2016
9	Preenchimento eletrônico da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ) e envio por SEDEX ao CIAAR (disponível na Intraer até as 15h do último dia de recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	08/03/2016 a 10/03/2016

10	Divulgação, via Intraer, dos gabaritos oficiais e dos pareceres individuais sobre as FIFQ.	CIAAR	24/03/2016
11	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal de candidatos com os resultados obtidos nas Provas Escritas.	CIAAR	29/03/2016
12	Preenchimento do Formulário de Solicitação de revisão de grau e envio eletrônico ao CIAAR (disponível na Intraer até as 15h do último dia de recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	29/03/2016 a 31/03/2016
13	Divulgação, via Intraer, dos Resultados das Análises das Revisões dos graus atribuídos aos candidatos nas Provas Escritas.	CIAAR	05/04/2016
14	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal de candidatos com os resultados finais obtidos nas Provas Escritas, com suas respectivas Médias Parciais (MP).	CIAAR	06/04/2016
15	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal de candidatos que terão sua Redação (RED) corrigida (por Especialidade).	CIAAR	06/04/2016
16	Divulgação individual da correção da Redação, via Intraer.	CIAAR	18/04/2016
17	Preenchimento e impressão do Formulário de recurso para a Redação, envio eletrônico e por SEDEX ao CIAAR (disponível na Intraer até as 15h do último dia de recurso - horário de Brasília).	CANDIDATOS	18/04/2016 a 20/04/2016
18	Divulgação, via Intraer, dos resultados finais e dos Pareceres individuais sobre os recursos da Redação.	CIAAR	27/04/2016
19	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal de candidatos com os resultados finais obtidos nas Provas Escritas e Redação, com suas respectivas Médias Finais (MF) contendo a Classificação Final.	CIAAR	28/04/2016
AValiação da CPG			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
20	Comunicação às OM dos SARAM dos candidatos que receberam Parecer “DESFAVORÁVEL” sobre a Aptidão ao Oficialato e os respectivos motivos (ofício via rede mercúrio), solicitando que as respectivas OM informem se os candidatos irão ou não interpor recurso.	DIRAP / SECPG	25/01/2016

21	Remessa, à DIRAP/SECPG, da informação da intenção do militar interpor ou não recurso da CPG (mensagem telegráfica).	CMT OM / CANDIDATOS	27/01/2016
22	Entrada na DIRAP/SECPG dos recursos sobre o Parecer “DESFAVORÁVEL” da CPG, administrativamente por SEDEX e simultaneamente via rede mercúrio.	CMT OM / CANDIDATOS	29/01/2016
23	Remessa, ao CIAAR e às OM dos candidatos dos resultados dos recursos.	DIRAP / SECPG	14/03/2016
24	Comunicação às OM dos SARAM e dos candidatos que receberam Parecer “DESFAVORÁVEL” sobre a Aptidão ao Oficialato e os respectivos motivos (ofício via rede mercúrio), solicitando que as respectivas OM informem se os candidatos irão ou não interpor recurso.	DIRAP / SECPG	24/05/2016
25	Remessa à DIRAP/SECPG da informação da intenção do militar interpor ou não recurso da CPG (mensagem telegráfica).	CMT OM / CANDIDATOS	30/05/2016
26	Entrada na DIRAP/SECPG dos recursos sobre o Parecer “DESFAVORÁVEL” da CPG, administrativamente por SEDEX e simultaneamente via rede mercúrio.	CMT OM / CANDIDATOS	02/06/2016
27	Remessa ao CIAAR e às OM dos candidatos dos resultados dos recursos.	DIRAP / SECPG	24/06/2016
CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
28	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal de candidatos convocados para a Concentração Intermediária (por especialidade).	CIAAR	28/04/2016
29	Concentração Intermediária: - Fechamento dos portões às 9h (horário local); - Concentração Intermediária às 9h10min. (horário local).	CANDIDATOS / SERENS / COMISSÃO FISCALIZADORA	09/05/2016
INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
30	Inspeção de Saúde (INSPSAU) – realização e julgamento.	CANDIDATOS / OSA / COMISSÃO FISCALIZADORA	10/05/2016 a 17/05/2016

31	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal de candidatos com os resultados obtidos na INSPSAU. OBS.: O candidato com resultado “INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA” poderá acessar o respectivo Documento de Informação de Saúde (DIS), conforme previsto nas Instruções Específicas para o Exame de Seleção.	CIAAR	23/05/2016
32	Preenchimento e envio eletrônico do Requerimento para INSPSAU, em grau de recurso, pela Intraer (O preenchimento será possível até as 16h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS	23/05/2016 a 27/05/2016
33	Informação ao candidato, via Intraer e contato telefônico sobre a data, o local e o horário em que será submetido à INSPSAU em grau de recurso.	DIRSA	06/06/2016
34	Realização da INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS / DIRSA / OSA / COMISSÃO FISCALIZADORA	14/06/2016 a 16/06/2016
35	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal de candidatos com os resultados obtidos na INSPSAU em grau de recurso.	CIAAR	24/06/2016
EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
36	Exame de Aptidão Psicológica (EAP).	CANDIDATOS / IPA / SERENS/ COMISSÃO FISCALIZADORA	10/05/2016 a 17/05/2016
37	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal de candidatos com os resultados obtidos no EAP. OBS.: O candidato com resultado INAPTO poderá acessar o respectivo Documento de Informação de Aptidão Psicológica (DIAP).	CIAAR	07/06/2016
38	Preenchimento e envio eletrônico do Requerimento para Revisão do EAP, em grau de recurso, pela Intraer. O preenchimento será possível até as 16h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS	07/06/2016 a 09/06/2016

39	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal de candidatos com os resultados obtidos na revisão do EAP em grau de recurso.	CIAAR	22/06/2016
40	Preenchimento eletrônico da Solicitação de Entrevista Informativa, referente aos candidatos INAPTOS no EAP, que desejarem esclarecer o motivo de sua inaptidão pela Intraer. O preenchimento será possível até as 16h do último dia - horário de Brasília.	CANDIDATOS	22/06/2016 a 24/06/2016
41	Divulgação, via Intraer, do local e horário da realização da Entrevista Informativa.	CIAAR	04/07/2016
42	Realização da Entrevista Informativa.	CANDIDATOS / IPA	25/07/2016 a 27/07/2016
TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
43	Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) - Realização, Julgamento e divulgação imediata do resultado aos candidatos.	CANDIDATOS / CDA / SERENS / COMISSÃO FISCALIZADORA	04/07/2016 a 06/07/2016
44	Entrega, ao Presidente ou Secretário da Comissão Fiscalizadora, da Solicitação do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS	06/07/2016
45	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal de candidatos com os resultados obtidos no TACF.	CIAAR	11/07/2016
46	TACF em grau de recurso - Realização e julgamento.	CANDIDATOS / CDA / SERENS / COMISSÃO FISCALIZADORA	18/07/2016 a 19/07/2016
47	Divulgação, via Intraer, da Relação de candidatos com os resultados obtidos no TACF em grau de recurso.	CIAAR	21/07/2016
PROVA PRÁTICA DE REGÊNCIA MUSICAL (PPRM)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
48	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal dos candidatos convocados para a PPRM a ser realizada no Rio de Janeiro (local e horário).	CIAAR	22/07/2016

49	Prova Prática de Regência Musical (PPRM). - Fechamento dos portões às 07h45 min; e - Início da PPRM às 8h (horário de Brasília).	CANDIDATOS / INCAER / BANCA EXAMINADORA / COMISSÃO FISCALIZADORA	02/08/2016
50	Entrega, à Comissão Fiscalizadora, da Solicitação de Revisão da PPRM em grau de recurso.	CANDIDATOS	02/08/2016
51	Divulgação, via Intraer, dos resultados obtidos na PPRM.	CIAAR	04/08/2016
52	Divulgação, via Intraer, dos resultados obtidos na PPRM em grau de recurso (média e classificação finais dos candidatos à especialidade Música).	CIAAR	05/08/2016
JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
53	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal dos candidatos selecionados pela JEA para a Concentração Final e Habilitação à Matrícula.	CIAAR	23/08/2016
54	Publicação da Ordem de Matrícula no BCA.	CENDOC	26/08/2016
CONCENTRAÇÃO FINAL/MATRÍCULA			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATA / PERÍODO LIMITE DE EXECUÇÃO
55	Concentração Final, Habilitação à Matrícula, Matrícula e Início do Estágio no CIAAR (Apresentação às 9h - horário local).	CIAAR	05/09/2016
56	Solicitação de Recurso para a Análise da Documentação prevista para a Matrícula no Estágio.	CANDIDATOS	05/09/2016
57	Solução de pendências da documentação prevista para a Matrícula.	CANDIDATOS	06/09/2016
58	Convocação dos candidatos excedentes em substituição àqueles que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos ou considerados desistentes.	CIAAR	09/09/2016
59	Validade do Exame.	CIAAR	09/09/2016

60	Apresentação no CIAAR dos candidatos excedentes convocados. <i>Os candidatos que possuírem pendências na documentação prevista para Matrícula, terão 2 (dois) dias corridos, a contar da data de apresentação no CIAAR, para as respectivas soluções.</i>	CANDIDATOS	até 03 dias úteis a contar da data subsequente à de convocação
61	Divulgação, após a Concentração Final e Habilitação à Matrícula com análise de documentos, da Relação Nominal dos candidatos selecionados para a Matrícula, via Intraer.	CIAAR	14/09/2016
62	Informação ao DEPENS e divulgação da relação de candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do exame ou considerados desistentes, bem como da relação dos candidatos excedentes convocados (via e-mail).	CIAAR	15/09/2016
63	Divulgação, via Intraer, da Relação Nominal dos candidatos matriculados.	CIAAR	17/09/2016
64	Publicação no BCA do item que retifica a Ordem de Matrícula anterior e emissão da Ordem de Matrícula complementar com as novas convocações dos candidatos excedentes.	CENDOC	20/09/2016

Anexo D – Distribuição de Vagas por Especialidade do QOEA para o EAOF 2016

ESPECIALIDADES DO QOEA	ESPECIALIDADES DO QSS	ESPECIALIDADES DO QFG	VAGAS
Aeronaves (ANV)	BMA		21
Armamento (ARM)	BMB		3
Bombeiro da Aeronáutica (BBA)	SBO/SGS-02		2
Comunicações (COM)	BCO		13
	BEI		
	BET		
Controle de Tráfego Aéreo (CTA)	BCT		9
Fotografia (FOT)	BFT		2
Guarda e Segurança (GDS)	SGS/SGS-01		13
Meteorologia (MET)	BMT		4
Música (MUS)	SMU		3
Serviços de Informações Aeronáuticas (SIA)	SAI		5
Suprimento Técnico (SUP)	BSP		6
Serviços Administrativos (SVA)	SAD/SAD-01/SAD-06	SAD-01/SAD-03 SAD-04/SAD-05	17
Serviços de Engenharia (SVE)	SCF		10
	SDE		
	SEL		
	SOB		
	SPV		
	STP		
Serviços Hospitalares (SVH)	SEF	SEF	5
	SLB	SLB	
	SRD		
	STO	STO	
Serviços de Manutenção (SVM)	BEP		7
	BEV		
	SEM		
	SML		
TOTAL			120

Anexo E – Previsão de Efetivos para Ingresso no QOEA por Localidade (EAOF 2016)

COMAR	LOCALIDADE	ANV	ARM	BBA	COM	CTA	FOT	GDS	MET	MUS	SIA	SUP	SVA	SVE	SVH	SVM	Totais
I COMAR	BELÉM/PA	1						1							1		3
	SÃO LUÍS – ALCÂNTARA/MA				1	1								1			3
II COMAR	NATAL – PARNAMIRIM/RN	2			1			1					1	1			6
	RECIFE/PE							1					1	1			3
	SALVADOR/BA				1			1									2
	MACEIÓ/AL					1											1
III COMAR	BELO HORIZONTE – LAGOA SANTA – CONFINS/MG	2			1									1			4
	RIO DE JANEIRO/RJ	4	1		3	1			1		3	1	5	1		1	21
IV COMAR	GUARATINGUETÁ/SP				1									1		1	3
	PIRASSUNUNGA/SP					1		1						1	1		4
	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP				1			1	1				3	1			7
	SÃO PAULO - GUARULHOS/SP	2		1		1		2	1		1	3	2		1		14
	CAMPO GRANDE/MS	2						1				1	1				5
V COMAR	CANOAS - PORTO ALEGRE/RS	1			1							1	1	1		1	6
	CURITIBA/PR														1	1	2
	SANTA MARIA/RS	2						1		1							4
VI COMAR	ANÁPOLIS/GO	2	1	1						1				1			6
	BRASÍLIA – GAMA/DF	1			1		2	3					2				9
VII COMAR	BOA VISTA/RR					1			1	1							3
	MANAUS/AM	2			1	1					1		1		1	2	9
	PORTO VELHO/RO		1		1	1										1	4
	RIO BRANCO/AC					1											1
Totais		21	3	2	13	9	2	13	4	3	5	6	17	10	5	7	120

Anexo F – Relação das OMAP

As seguintes **OMAP** e respectivas **localidades** estão à disposição do candidato para realização do Exame:

OMAP	LOCALIDADE	ENDEREÇO
Primeiro Comando Aéreo Regional I COMAR (*)	BELÉM – PA	Av. Júlio César, s/nº – Bairro Souza CEP: 66613-902 – Belém - PA Fone: (91) 3204-9659 Fax: (91) 3204-9113
Segundo Comando Aéreo Regional II COMAR (*)	RECIFE – PE	Av. Armindo Moura, 500 Bairro Boa Viagem – CEP: 51130-180 Fone: (81) 2129-7092 Fax: (81) 2129-7222
Terceiro Comando Aéreo Regional III COMAR (*)	RIO DE JANEIRO – RJ	Praça Marechal Âncora, 77 Bairro Castelo – CEP: 20021-200 Fone: (21) 2101-4933, 6015 e 6026 Fax: (21) 2101-4949
Quarto Comando Aéreo Regional IV COMAR (*)	SÃO PAULO – SP	Av. Dom Pedro I, 100 Bairro Cambuci – CEP: 01552-000 Fone: (11) 3382-6109 Fax: (11) 3208-9267
Quinto Comando Aéreo Regional V COMAR (*)	CANOAS – RS	Rua Guilherme Schell, 3950 Cx. Postal: 261 – CEP: 92200-630 Fone: (51) 3462-1204 Fax: (51) 3462-1132
Sexto Comando Aéreo Regional VI COMAR (*)	BRASÍLIA – DF	SHIS-QI 05 Área Especial 12 CEP: 71615-600 Fone: (61) 3364-8205 Fax: (61) 3365-1393
Sétimo Comando Aéreo Regional VII COMAR (*)	MANAUS – AM	Av. Presidente Kennedy, 1500 Bairro Ponta Pelada CEP: 69074-000 Fone: (92) 2129-1735 e 2129-1736 Fax: (92) 3629-1805
Base Aérea de Campo Grande BACG Jurisdição: IV COMAR	CAMPO GRANDE – MS	Av. Duque de Caxias, 2905 Bairro Santo Antônio CEP: 79101-001 Fone: (67) 3368-3102 Fax: (67) 3314-7515
Base Aérea de Fortaleza BAFZ Jurisdição: II COMAR	FORTALEZA – CE	Av. Borges de Melo, 205 - Aeroporto CEP: 60415-513 Fone: (85) 3216-3000 Fax: (85) 3216-3039

OMAP	LOCALIDADE	ENDEREÇO
Base Aérea de Natal BANT Jurisdição: II COMAR	PARNAMIRIM – RN	Estrada da BANT s/nº – Emaús CEP: 59148-900 Fone: (84) 3644-7100 Fax: (84) 3643-1619
Base Aérea de Salvador BASV Jurisdição: II COMAR	SALVADOR – BA	Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães CEP: 41510-250 Fone: (71) 3377-8219 e 8224 Fax: (71) 3377-8220
Base Aérea de Florianópolis BAFL Jurisdição: V COMAR	FLORIANÓPOLIS – SC	Av. Santos-Dumont, s/nº - Bairro Tapera CEP: 88049-000 Fone: (48) 3229-5000 Fax: (48) 3236-1344
Base Aérea de Porto Velho BAPV Jurisdição: VII COMAR	PORTO VELHO – RO	Av. Lauro Sodré, s/nº Cx. Postal 040 CEP: 78900-970 Fone: (69) 3211-9712 Fax: (69) 3211-9710
Base Aérea de Boa Vista BABV Jurisdição: VII COMAR	BOA VISTA – RR	Rua Valdemar Bastos de Oliveira, 2990 Aeroporto – CEP: 69301-108 Fone: (95) 4009-1000 Fax: (95) 4009-1016
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica CIAAR Jurisdição: III COMAR	BELO HORIZONTE – MG	Av. Santa Rosa 10 - Bairro Pampulha CEP: 31070-750 Fone: (31) 4009-5066, 5068 Fax: (31) 4009-5002
Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo CINDACTA II Jurisdição: V COMAR	CURITIBA – PR	Av. Erasto Gaertner, 1000 Bairro Bacacheri – Cx. Postal: 4083 CEP: 82510-901 Fone: (41) 3251-5275 Fax: (41) 3251-5292

(*) Nestas OMAP (I COMAR, II COMAR, III COMAR, IV COMAR, V COMAR, VI COMAR, VII COMAR), encontram-se sediados os SERENS (Serviços Regionais de Ensino), Organizações Militares da Aeronáutica, onde o candidato poderá obter informações sobre o exame.

Anexo G – Requerimento para Teste de Avaliação do Condicionamento Físico em grau de recurso**AO SR. VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA**

Eu, _____,
candidato(a) ao ES EAOF 2016, portador(a) da identidade nº _____,
tendo realizado o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) em ____/____/____, na
localidade _____ (OMAP) e tendo sido considerado “NÃO APTO”,
venho requerer a V.Sa. o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico, em grau de recurso.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

✂ cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____h ____min, o Requerimento para o Teste de Avaliação do
Condicionamento Físico (TACF), em grau de recurso, do(a) candidato(a)

ao ES EAOF 2016.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

Anexo H – Requerimento para a revisão da Prova Prática de Regência Musical (PPRM), em grau de recurso**AO EXMO. SR. COMANDANTE DO CIAAR**

Eu, _____,
candidato(a) ao ES EAOF 2016, portador(a) da identidade nº _____, tendo realizado
a PPRM em ____/____/____, venho requerer a revisão do grau obtido na Prova Prática de
Regência Musical (PPRM), em grau de recurso, conforme disposto nas Instruções Específicas, com as
seguintes argumentações:

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

✂ cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____h ____min, o Requerimento para a revisão do grau obtido na
Prova Prática de Regência Musical (PPRM), em grau de recurso do(a) candidato(a)
_____ ao ES
EAOF 2016.

Assinatura e carimbo – Presidente ou Secretário da Comissão Fiscalizadora

**Anexo I – Requerimento para postergação da participação no Exame, por apresentar estado de
gravidez**

AO EXMO. SR. DIRETOR DE ENSINO DA AERONÁUTICA

Eu, _____,
candidata ao ES EAOF 2016, portadora da identidade nº _____ e CPF nº _____

_____, venho respeitosamente requerer a postergação da minha participação no referido Exame e permanência no próximo certame, por ter constatado estado de gravidez durante o período compreendido entre a Inspeção de Saúde e a Matrícula no Estágio, bem como atender às condições previstas nestas Instruções Específicas do ES EAOF 2016.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura da candidata

Anexo J – Requerimento de solicitação de recurso quanto à Validação Documental**AO EXMO. SR. COMANDANTE DO CIAAR**

Eu, _____,
candidato(a) ao ES EAOF 2016, portador(a) da identidade nº _____, tendo a
documentação rejeitada venho requerer a V.Exa., respeitosamente, recurso quanto a Habilitação à
Matrícula até a data do início do Estágio, pelo seguinte motivo:

Declaro estar de pleno acordo em cumprir todas as exigências contidas nas Instruções
Específicas para o Exame.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) candidato(a)

✂ _____ cortar aqui _____

RECIBO DO CANDIDATO (A)

Recebi em ____/____/____, às ____ h ____ min, o Formulário de Solicitação de recurso quanto à
Habilitação _____ à _____ Matrícula _____ do(a) _____ candidato(a)

ao ES EAOF 2016

Assinatura e carimbo

Anexo K – Modelo de Ofício de Apresentação da OM de origem**MINISTÉRIO DA DEFESA**

COMANDO DA AERONÁUTICA
OM DE ORIGEM DE APRESENTAÇÃO

Ofício nº
Protocolo COMAER nº

Brasília, XX de XXXXXX de 2015.

Do
Ao Exmo. Sr. Comandante da EEAR

Assunto: Apresentação de militar.

1. Apresento a V.Exa. _____,
(nome/posto/grad.), SARAM _____, por atender às condições previstas no **item 8**, alíneas
“F”, “G”, “H”, “I”, “J”, “K”, “L” e da Portaria DEPENS nº XX-T/DE-2, de XX de NOVEMBRO de
2015 (Instruções Específicas – IE/ES), e ter recebido Ordem de Matrícula no Estágio de Adaptação
para o Oficialato do ano de 2016 (EAOF 2016).

Comandante, Chefe ou Diretor da OM